

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

VICTOR GIARETTA RUBIRA

MISES E HAYEK: CONCORDÂNCIAS E DISCORDÂNCIAS

CAMPINAS

2020

VICTOR GIARETTA RUBIRA

MISES E HAYEK: CONCORDÂNCIAS E DISCORDÂNCIAS

PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO APRESENTADO NA
DISCIPLINA "CE825 – MONOGRAFIA II"
NO INSTITUTO DE ECONOMIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS.

ORIENTADOR: PROF. DR.
EDUARDO BARROS MARIUTTI

CAMPINAS

2020

Sumário

1. Resumo.....	2
1.1 Abstract.....	2
2. Introdução.....	3
2.1 Ideias e Termos	4
2.2 Carl Menger.....	7
3. Ludwig von Mises e suas influências	12
3.1 Eugen Böhm-Bawerk.....	12
3.2 Immanuel Kant	18
3.3 Max Weber	23
3.4 Mises e sua obra.....	26
3.3.1 A Praxeologia	27
3.3.2 A Cataláxia	31
3.3.3 A Teoria da Moeda e do Crédito	34
3.3.4 Ciclo Econômico	35
4. Friedrich von Hayek e suas influências	37
4.1 Friedrich Von Wieser	37
4.2 Karl Popper.....	41
4.3 Hayek e sua obra.....	49
4.3.1 Os Fatos das Ciências Sociais	50
4.3.2 Economia e Conhecimento.....	51
4.3.3 O Uso do Conhecimento na Sociedade.....	54
4.3.4 O Significado de Competição	56
4.3.5 A Seleção Cultural	58
4.3.6 O Bem-Estar Geral e os Propósitos Particulares.....	64
4.3.7 A Ordem de Mercado ou Cataláxia	65
5. Confrontando as Ideias	67
5.1 A Cataláxia	82
6. Conclusão.....	82
Bibliografia	88

1. Resumo

Análise das concepções e conclusões dos dois principais expoentes da Escola Austríaca de Economia - Ludwig von Mises (1881 – 1973) e Friedrich von Hayek (1899 – 1992) - buscando identificar seus entendimentos sobre a cataláxia e, assim, mostrar de que forma seus trabalhos se desenvolvem. Primeiramente, a partir das ideias legadas por Carl Menger (1840 – 1921), se mostrará delinear no que consistiria o centro das ideias austríacas sobre economia e ciência econômica. Nos capítulos seguintes o foco recairá em cada autor, mostrando suas principais influências, métodos e de quais debates participaram em seus distintos tempos. Para, no fim, responder se a Escola Austríaca, após estes dois intelectuais, é uma escola de pensamento com dois diferentes enfoques ou se, o mais correto, seria dividi-la em duas escolas diferentes, mas que compartilham temas e enfoques.

Palavras-chave: Mises; Hayek; cataláxia.

1.1 Abstract

Analysis of the conceptions and conclusions of the two major exponents of the Austrian Economics School – Ludwig von Mises (1881- 1973) and Friedrich von Hayek (1899 – 1992) – trying to identify their thoughts about the catalaxy and, as doing so, show how their works developed. First, by the ideas of Carl Menger (1840 – 1921), it will be show the delimitation of what would consist the center of the Austrian ideas about economy and economics. In the following chapters the focus will be in each author, showing their main influences, methods and of which debates they participated in each of their times. And, in the end, answer of the Austrian School, after these two intellectuals, is one thought school with two different approaches or two different schools, sharing the same themes and approaches.

Key words: Mises; Hayek; catalaxy.

2. Introdução

Dentro de um círculo alternativo de economistas teóricos tem ocorrido, há algumas décadas, um debate bem sério acerca da proximidade teórica entre dois de seus principais quadros históricos. Ao círculo alternativo dá-se o nome de Escola Austríaca e seus dois principais expoentes históricos são Ludwig Von Mises e Friedrich Von Hayek. O primeiro destacou-se por seu trabalho acerca das inadequações do socialismo - já nos anos 1920 - e também é lembrado como o pai da economia de mercado, já o segundo é reconhecido por seu trabalho sobre as condições de liberdade humana e como o vencedor do Prêmio Nobel de 1974.

Aos interessados mais incautos a semelhança de certas conclusões pode levar a parecer que os dois partiam e desenvolviam suas ideias sobre as mesmas bases. Este tipo de confusão acontece devido à ideia de que como Mises veio antes, então Hayek teria se apropriado de tudo que ele considerava verdadeiro de seu “professor” e teria apenas agregado pensamentos posteriores em novas condições históricas. Ignorando que, como aluno de Wieser, o problema central de Hayek era como se dava a alocação de recursos e para Mises, aluno de Böhm-Bawerk a questão central seria sobre a possibilidade de um cálculo econômico eficiente para alocar recursos escassos.

Hayek chegou a afirmar que conheceu Mises quando já era um economista formado, não como um aluno no sentido institucional, sendo antes seu principal influenciador e, posteriormente, adotando uma postura crítica, muito em função de não concordar totalmente com seu raciocínio, apesar de acabar chegando a conclusões semelhantes (EBELING, 2014, p. 630).

O trabalho buscará, primeiramente, mostrar quais eram as concepções econômicas em que ambos assentavam suas ideias, principalmente nas obras de Carl Menger e Eugen Böhm-Bawerk. Depois será apresentada uma síntese do pensamento de Mises, mostrando a influência da filosofia kantiana em suas ideias. Em seguida será feita também uma síntese do pensamento de Hayek e como a influência da filosofia da ciência de Karl Popper moldou sua observação da realidade. Por fim um destaque das semelhanças e das diferenças para na conclusão responder se é possível afirmar que, devido a essas diferenças, a Escola

Austríaca, hoje, se desenvolve em dois planos distintos de discussão ou se é possível ainda amalgamar tudo em uma só forma de análise da ação humana.

2.1 Ideias e Termos

Para a melhor compreensão deste trabalho é importante destacar algumas diferenças de significado acerca de alguns termos que serão utilizados ao longo da discussão com o que eles significam em outras escolas de pensamento econômico. Apresentando algumas teses básicas do pensamento que dá a Escola Austríaca de Economia algumas características únicas - mais brevemente as que serão desenvolvidas com mais profundidade em partes posteriores. Busca-se aqui, então, uma síntese geral do que normalmente atribui-se como parâmetros gerais desta escola.

Para Mises a Escola Neoclássica usa de metodologia positivista na análise dos fenômenos sociais, tentando replicar o método das ciências naturais nas sociais, mas ele enfatiza que isto é um grave equívoco, já que não é possível fazer a experimentação deste modelo na realidade do processo social, sendo necessários métodos diferentes para estes campos do conhecimento (ABREU, 2014, p. 84), que são diferentes. Há um abismo entre o domínio das ciências humanas e o das ciências da natureza (dualismo metodológico).

Ele recorreria ao termo praxeologia para a sua conceptualização geral das ciências sociais, que significa, literalmente, 'estudo da ação', podendo ela ser proposital, reflexiva ou não intencional. Deve-se se dizer que a origem do termo não é dele, mas creditada ao teórico das ciências francês Louis Bordeau (1882, p. 463) e seu sentido atual ao também francês Alfred V. Espinas, filósofo e sociólogo (OSTROWSKI, 1967, p. 385). A ideia é expandir a questão da economia para com suas relações com todo o amplo campo do conhecimento social, como política, direito, história, sociologia, psicologia, entre outros.

O entendimento básico acerca da Escola Austríaca deve, então, passar por três componentes de um núcleo fundamental: a ação humana, o tempo dinâmico e pela hipótese do limite do conhecimento. Destes derivam as ideias de utilidade marginal, subjetivismo e ordens espontâneas (ABREU, 2014, p. 85).

Sobre a ação humana Mises diz que o seu caráter distintivo é o comportamento propositado, isto é, vontade posta em funcionamento, que procura fins e objetivos, resposta a estímulos e condições do ambiente, ajustamento a determinações da vida. A distinção não é sobre comportamento voluntário ou involuntário, mas entre comportamento consciente e inconsciente. E não interessa os fatores psicológicos dos quais resultaram uma ação, apenas a ação em si. Sendo uma manifestação de preferência apenas quando é possível escolher e tenta alcançar um fim, sendo que toda escolha acarreta, por outro lado, alguma renúncia (MISES, 2014, p. 35-36).

A questão do tempo dinâmico, ou real, se dá ao considerar os acontecimentos como um fluxo, em oposição ao conceito de tempo estático newtoniano utilizado pela Escola Neoclássica. Do conceito de tempo real podem-se identificar três características: continuidade dinâmica (o presente ligando-se a outros momentos a partir das memórias e expectativas) ¹, heterogeneidade (a memória como fator de diferenciação, conforme o tempo passa, altera-se a perspectiva subjetiva individual) e eficácia causal (ideia de causalidade como fonte de novidade e aprendizado, sendo o processo de descobertas a força endógena de todo o sistema). O tempo é tido como um fator irreversível, devendo-se considerar a evolução do conhecimento e os tempos de rearranjos dos fatores (ABREU, Op. Cit., p. 86-87).

E sobre a limitação do conhecimento o método austríaco considera que as ações humanas produzem efeitos involuntários não previsíveis, a isso se dá o nome de incerteza, que nada mais é a impossibilidade de se determinar todos os resultados de uma ação, um conceito mais amplo do que simplesmente saber o futuro. E, ainda, que cada ação individual acarreta ações de outros indivíduos sobre esta nova perspectiva. Ou seja, para a Escola Austríaca a incerteza é uma variável endógena ao sistema, em oposição à ideia de variável exógena do *mainstream* (Ibid., p. 87), que ignora justamente o fator-chave determinante dos processos de produção e alocação de recursos em seus modelos de equilíbrio-geral.

Agora, sobre os elementos de propagação, começando pela lei de utilidade marginal, considera-se que, ao agir, o indivíduo ordena seus objetivos a partir de um critério de valoração próprio, segundo Mises, do mais desejável ao menos desejável

¹ Em Menger este conceito vai além e ao discutir um sistema em que os bens de primeira ordem são adquiridos por meio de bens de ordens superiores, deve se considerar o lapso de tempo através dos processos de produção (MENGER, 1983, p. 265).

com diferentes graus de relevância e urgência. Isto se dá, em cada um, de acordo com sua situação (Ibid., p. 88).

O subjetivismo, neste caso, não é só em relação à teoria do valor subjetivo, mas em um sentido mais amplo, em que tomadas de decisões baseiam-se no conteúdo de uma mente humana, evidenciando determinada criatividade e autonomia, cuja análise requer o individualismo metodológico e, precisamente por conta disto, não é sujeita ao tipo de determinação das ciências naturais (Ibid.).

E, por fim, as ordens espontâneas, que se referem a determinadas regularidades, surgidas da adaptação evolutiva de indivíduos que integram determinados meios e nas circunstâncias em que são afetados em determinado tempo e local. Seriam então, essas ordens, instituições estabelecidas da relação entre o instinto e a razão a partir da ação na ausência de um real intento para este fim, mas que decorre da convergência de ações individuais (Ibid., p. 88-89).

Há também quem coloca como grau de coesão de uma “Escola Austríaca” em termos de “apresentar eventos econômicos em termos da ação humana direcionada a um propósito” e “relatar as consequências não intencionais dessa ação humana” (ANGELI, 2018, p.686).

E ainda os que colocam oito pontos como característicos da identidade Austríaca:

“(1) the subjective, yet socially embedded, quality of human decision making; (2) the individual’s perspective of the passage of time (‘real time’); (3) the radical uncertainty of expectations; (4) the decentralization of explicit and tacit knowledge in society; (5) the dynamic market processes generated by individual action, especially entrepreneurship; (6) the function of the price system in transmitting knowledge; (7) the supplementary role of cultural norms and other cultural products (‘institutions’) in conveying knowledge; and (8) the spontaneous – that is, not centrally directed – evolution of social institutions” (RIZZO, 2013 apud ANGELI, Op. Cit.).

Rothbard² mesmo fala de como ele seria o herdeiro intelectual de Mises – já que utilizavam como pontos principais as ideias de ação humana, consequências intencionais e individualismo metodológico -, enquanto Hayek seria um austríaco

² Murray Rothbard (1926 – 1995) foi um economista norte-americano. Foi um dos fundadores e um dos principais teóricos do anarcocapitalismo, além de ser figura central do movimento libertário americano.

não-Misesiano e outros, como Lachmann³, e seriam pseudo-austríacos subjetivistas (Ibid., p. 689).

2.2 Carl Menger

A decisão de Mises de se tornar um economista foi devido à experiência de ler o livro Princípios de Economia [*Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*, nome original em alemão, de 1871], aos 22 anos, enquanto era estudante de Direito na Universidade de Viena.

Neste livro seu autor, Carl Menger, desenvolve a ideia a Teoria do Valor Subjetivo⁴. Em sua visão, por economia devemos entender o conjunto de atividades humanas orientadas de bens com grande demanda, mas pouca oferta, os bens econômicos (MENGER, 1983, p. 269). Para ele um bem econômico é todo aquele que é possível quantificar, concretamente, a utilização necessária para o atendimento das necessidades humanas⁵ - demanda efetiva⁶ - e este bem terá,

³ Ludwig Lachmann (1906 – 1990) foi um economista alemão. Foi aluno de Hayek na London School of Economics. Entre 1974 e 1987 trabalhou em prol de um novo desenvolvimento da Escola Austríaca.

⁴ Afirma que “A característica econômica dos bens de forma alguma depende da condição da economia humana em sua dimensão social”. Se a demanda for maior que a oferta, decorrem as características dos bens econômicos explicados a frente e, se ocorre o contrário, são bens não econômicos. O elemento trabalho, assim, não pode automaticamente fazer um bem passar a ser econômico, pois “o trabalho executado em um bem não constitui critério determinante de característica econômica desse bem; pelo contrário, é evidente que o único critério, no caso, é a relação entre a demanda e quantidade disponível” (MENGER, 1983, p. 273) (refere-se à nota de rodapé nº 7 da página citada).

De maneira sintética afirma que “o valor é algo subjetivo, não somente no que tange a sua natureza, como no tocante à medida de determinação do mesmo. Sempre e em toda parte, os bens tem “valor” para certos indivíduos, em relação a determinados indivíduos, e somente para tais indivíduos têm valor *determinado*” (em itálico no original) (Ibid., p. 304).

⁵ A preocupação em atender as exigências da vida e do bem-estar vão além da satisfação das necessidades imediatas, sendo quanto mais civilizado um povo, mais complexo seu sistema de previsão para o atendimento de necessidades futuras (Ibid., p. 259-60).

⁶ Assim foi traduzido o termo na versão em português utilizada por este trabalho. Em alemão é empregado o termo ‘Bedarf’ que tem dois significados. O mais comum é designar “as quantidades de bens necessárias para a plena satisfação das necessidades de uma pessoa”, mas também, do ponto de vista de comerciantes e industriais, significa a quantidade previsível de bens a ser consumida por uma pessoa (Ibid., p. 260) (refere-se à nota de rodapé nº 2 da página citada). No dicionário alemão-português, as opções de tradução apresentadas são demanda e necessidade (KELLER, 2009, p. 41).

Na versão em inglês foi traduzida como “requirements” (MENGER, 2007, p. 78) (refere-se à nota de rodapé 1 da página citada) - cuja tradução, em português, pode ser necessidade ou requisito (OXFORD, 1999, p. 568) -, visto que o termo “demand” foi utilizado na tradução da palavra “Nachfrage” – que em português pode significar “1 demanda, procura. 2 informação. 3 interesse” (KELLER, Op. Cit., p. 206).

então, um valor⁷, na medida em que vão fazendo uso deles, conforme atenda aos juízos das pessoas envolvidas nas atividades econômicas requeridas para a produção e comercialização deste (Ibid., p. 287), em outras palavras, uma escala de utilidade só faz sentido dada a importância relativa das necessidades, tendo relevância em uma análise econômica os números ordinais, não cardinais (HAYEK, 1983a, p. 219) processo este que determinará a relação da demanda existente com a quantidade disponível dos bens econômicos em questão (MENGER, Op. Cit., p. 284). E, em uma sociedade, a valoração de cada indivíduo acaba sendo de uma maneira específica, a partir de suas influências, sendo, assim, impossível chegar a uma medida comum de valor, incluindo, nesta análise, um valor para o trabalho. A medida de tudo seria, então, para Menger, a necessidade (Ibid., p. 299) ⁸.

Disso deriva a ideia de propriedade como ordem jurídica, de proteção àqueles que possuem determinados bens, não sendo - juntamente com a economia - “invenção arbitrária, mas simplesmente a única solução prática possível que a própria natureza (isto é, a defasagem entre a demanda e a oferta de bens) nos impõe, no caso de todos os bens denominados econômicos” (Ibid., p. 271).

Acreditava que sua pesquisa sobre os fundamentos da Economia Política eram uma questão de cumprir “uma tarefa intimamente ligada ao bem-estar humano, servir a um interesse público de altíssima importância, e empreender uma caminhada na qual até mesmo o erro pode ter seu mérito” (Ibid, p. 239). A Economia Política, para ele, devia ser entendida como uma ciência teórica sobre propostas práticas ao agir econômico, mas das condições em que se operam as atividades dos homens no atendimento às suas necessidades, observando “a regularidade de fenômenos totalmente independentes da vontade humana” (Ibid., p. 241).

Outro ponto inovador do livro de Menger foi a negação da teoria do custo ao afirmar que são os valores atribuídos aos bens⁹ de ordem inferior, ou, como o

⁷ “o valor não é algo inerente aos próprios bens; não é uma propriedade dos mesmos e muito menos uma coisa independente, subsistente por si mesma. O valor é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e de seu bem-estar; portanto, só existe na consciência das pessoas em questão” (MENGER, 1983, p. 287).

⁸ O trecho refere-se à nota de rodapé nº 8 da página citada.

⁹ Em Menger o termo ‘bens’ é inspirado na definição de Aristóteles (Política. I, 3) de “meios de que o homem necessita para viver e para seu bem-estar” (Ibid., p. 243) (O trecho refere-se à nota de rodapé nº 1 da página citada). E acrescenta que assim denominam-se bens à medida que reconhecemos o nexos causal da utilização destes para satisfazer efetivamente nossas necessidades (Ibid.). Dividindo-os, para sua análise, em bens-reais (coisas e forças da natureza) e ações humanas úteis (prestação de serviços) (Ibid., p. 246).

próprio os chama, de primeira ordem – os de consumo final - que determinam os valores dos bens de ordem superior (bens de capital, insumos e mão-de-obra)¹⁰, ao contrário do que se acreditava na época - com uma insistência de que qualquer bem de ordem superior depende de bens complementares¹¹ para a produção de determinada quantidade de bens de consumo final¹² (Ibid., p. 263). O processo de produção a partir de bens de ordens superiores para os de primeira ordem se dá ao longo do tempo, sendo que, quanto maior for o tempo necessário, maior será a produtividade da cadeia produtiva e, por conseguinte, do valor da utilização do capital (Ibid., p. 312)¹³. E, apenas devido a isso, que é possível ocorrerem trocas¹⁴, em um processo em que cada um dos agentes envolvidos acredite que o bem o qual adquirem tem maior valor do que os quais abriram mão, fazendo o preço flutuar entre as margens negociadas entre compradores e vendedores (NORI, BERNARDO e MEYER, 2019, p. 5-6). Este ponto seria mais bem desenvolvido posteriormente por Eugen Böhm-Bawerk.

Sua originalidade se deu na concepção de uma teoria que partiria do ser humano como “ator criativo e protagonista de todos os processos sociais” e, também, “uma teoria das instituições sociais, entendida como esquemas pautados de comportamento que surgem de forma espontânea na sociedade” (ABREU, Op. Cit., p. 82). Entendia o progresso do bem-estar humano não só como fruto da divisão do trabalho – ideia atribuída a Adam Smith –, mas isso juntamente com buscar atender suas necessidades, recorrendo ao processamento de bens em

¹⁰ “os bens de ordem superior adquirem e fazem valer sua qualidade de bem não em relação a necessidades imediatamente presentes, mas apenas em relação a necessidades que, de acordo com a previsão humana, só existirão concretamente no momento em que se encerrar o processo de produção...” (Ibid., p. 254).

¹¹ “nunca ocorre demanda de um só bem individual isolado de ordem superior, o que acontece é que, toda vez que a demanda de um bem de ordem inferior não for atendida, ou só for atendida parcialmente, ocorre sempre a demanda de cada um dos bens correspondentes de ordem superior, juntamente com a demanda quantitativa correspondente de bens complementares de ordem superior (Ibid., p. 263).

¹² Deve-se atentar para o fato de que se um determinado bem em uma determinada situação é não econômico, todos os bens de ordens superiores complementares para a sua produção são desnecessários (Ibid., p. 276-77).

¹³ O trecho refere-se à nota de rodapé nº 16 da página citada

¹⁴ Menger (1983, p. 322) afirma que a troca não se justifica por si mesma e também não representa um prazer em si mesmo, mas sim, continua (Ibid., p. 324) “um empenho em atender plenamente, se possível, às suas necessidades”, partindo de três pressupostos: “a) um dos indivíduos deve possuir quantidades de bens que, para ele, têm valor menor que outras quantidades de bens que estão na posse de outro indivíduo, enquanto no caso deste segundo ocorre o contrário com referência ao valor das quantidades de bens em questão; b) os dois indivíduos devem conhecer e reconhecer a existência dessa situação; c) os dois indivíduos devem poder concretizar efetivamente a citada troca de bens”.

ordens cada vez mais superiores, considerando um efeito multiplicador na utilização de bens de ordem superiores sobre os bens de consumo (MENGER, Op. Cit., p. 256-57).

Definiu a ideia de “produtividade do capital” como a disposição de certas quantidades dos bens econômicos, em determinados períodos de tempo, servem aos indivíduos de maneira a atender melhor e mais plenamente suas necessidades (Ibid., p. 310-11).

É fato amplamente sabido que ele fez parte da chamada Revolução Marginalista - juntamente com o inglês William Stanley Jevons e o francês León Walras – sendo necessário expor brevemente algumas de suas particularidades em relação aos outros dois economistas¹⁵. O contexto da ciência econômica na Alemanha, na segunda metade do século XIX, era a de desconsiderar qualquer especulação teórica sobre o tema (HAYEK, Op. Cit., p. 214), reinava a hegemonia da Escola Histórica. Tendo-se desenvolvido por lá, nos anos 1850 e 1860, ideias tentando combinar os conceitos de utilidade e escassez para explicar o conceito de valor – inspirado, principalmente, por trabalhos de autores franceses e italianos -, que acabaram exercendo grande influência no pensamento de Menger, mais do que qualquer influência de economistas clássicos ingleses, ou de Cournot – que seria a influência de Walras, apesar de ter tido contato com a obra de seu próprio pai, Auguste Walras (Ibid., p.214 – 215). Deve-se notar também que na época não havia nenhum grande economista político austríaco, sendo os professores desta matéria, normalmente, provenientes da Alemanha para o curso de Jurisprudência, sendo o próprio Menger um doutor em ciências jurídicas (Ibid., p. 216).

Como escritor de resenhas sobre o mercado para um órgão oficial, o *Wiener Zeitung*, percebeu as diferenças entre as teorias tradicionais e o que as pessoas com experiência prática consideravam relevantes na determinação dos preços (Ibid., 216). Em seus escritos buscava mais descrever cuidadosamente um fenômeno, do que designar um termo simples e adequado, evitando simplificações excessivas (Ibid., p. 218).

¹⁵ Uma análise mais atenta dificulta colocar estes três intelectuais tão juntos, pois, apesar de concordarem sobre a necessidade de se analisar a economia a partir da ideia de um valor subjetivo, o desenvolvimento de suas ideias e suas considerações em relação ao termo não eram assim tão próximos. Mas para o objetivo deste trabalho seria desviar muito da rota propor uma explicação mais aprofundada sobre este ponto.

Outra grande contribuição de Menger foi seu artigo *Geld*, de 1892, em que aplica o enfoque subjetivo especial na teoria do dinheiro, desenvolvendo, assim, “diversos conceitos de valor do dinheiro, sobre as causas da permuta e sobre a possibilidade de medir o valor, bem como sua discussão sobre os fatores que determinam a procura do dinheiro”, indo muito além, em relevância, da teoria quantitativa da moeda que trabalha com agregados e valores médios (Ibid., p. 228)¹⁶.

Seu ponto de partida, neste artigo, é a de resolver o mistério de se optar trocar bens por discos de metal inúteis (ou equivalentes) (MENGER, 1892, p. 239). Ataca a ideia de meio de troca universal, dizendo que a simples afirmação de que se tornou um meio de troca universal por convenção ou lei não teria substância, não explicando o porquê de metais preciosos terem sido escolhidos e nem o processo de seleção que foi necessário (Ibid., p. 241). Ao invés de propor uma solução, ele só levanta a questão de como iria se complicando a troca de bens, conforme foi aumentando a quantidade de diferentes opções com as quais comunidades primitivas podiam realizar a troca (Ibid., p. 242). A resolução disto dependeria de uma teoria do dinheiro baseada em uma teoria da vendabilidade (*saleableness*, ou *Absatzfähigkeit* no original) dos bens, sendo o dinheiro um caso especial de vendabilidade total (Ibid., 243). E também sobre como a compra e a venda de uma *commodity* tem magnitudes diferentes em cada uma dessas ações (Ibid.), sendo o intervalo de tempo de grande significância (Ibid., p. 245).

O grau de vendabilidade se daria por fatores tais como: o número de pessoas que queiram a *commodity* em questão e do tamanho deste querer; o poder de compra dessas; a quantidade disponível em relação à demanda não suprida; a divisibilidade ou as formas pelas quais a *commodity* pode se ajustar às necessidades das pessoas; o desenvolvimento do mercado e da especulação; e as limitações políticas e sociais sobre a troca e consumo desta. E de como se dá a distribuição destes fatores no espaço e tempo e em quais condições (Ibid., p. 245-47).

¹⁶ “o dinheiro, também em suas formas específicas, diversificadas sob o aspecto da época e da localidade, se nos apresenta, historicamente, não como o resultado de uma convenção, ou de uma coação legislativa, muito menos como o resultado do acaso, mas como o produto natural da situação econômica diversa de povos diferentes no mesmo período histórico, ou dos mesmos povos em épocas diferentes” (Ibid., p. 383).

Os bens mais vendáveis em um determinado local acabariam se tornando, ao longo do tempo, o dinheiro para as trocas realizadas ali. Sendo o uso disseminado de metais preciosos consequência de propriedades que atendiam às funções do dinheiro (Ibid., p. 252). E o preço desses metais serem relativamente menos vulneráveis em casos de emergência ou acidentes do que outros bens, tornando-os populares e favorecidos no comércio e, como consequência, os demais preços passaram a ser dados em relação aos destes metais - preços econômicos (Ibid., p. 254). Tendo assim o dinheiro uma origem social, sendo a sanção legal uma forma de se ter mais aperfeiçoamento e garantias, mas cujo reconhecimento e posteriores regulações por parte de autoridades foram extrínsecas a seu processo de gênese e uso (Ibid., p. 255).

Segundo Nori, Bernardo e Meyer (Op. Cit., p. 7) estão implícitos em seus raciocínios também estão os conceitos de que o poder de mercado afeta a formação de preços e de que a concorrência é um processo de descoberta e incentivos.

3. Ludwig von Mises e suas influências

3.1 Eugen Böhm-Bawerk

Eugen Böhm-Bawerk desenvolveria em sua carreira uma profunda contribuição à Teoria dos Capitais e Juros. Ele aplicaria a Lei da Utilidade Marginal de Menger¹⁷ no capital¹⁸ – definido como o conjunto de produtos intermediários surgidos em alguma das diversas etapas indiretas¹⁹ - e também discernindo os bens em superiores e de primeira ordem. A ideia é de que um desenvolvimento das etapas produtivas²⁰, ao mesmo tempo em que economiza trabalho, aumenta o

¹⁷ Menger elaborou o conceito, mas não definiu um termo técnico. Böhm-Bawerk utiliza, então, a ideia de Wieser inspirada em Menger de que “o valor de um bem se determina pela grandeza de sua utilidade marginal” (grifos do autor) (BÖHM-BAWERK, 1988, p. 168).

¹⁸ “Nos bens que permitem modos de utilização alternativos e nestes têm condições de proporcionar uma utilidade marginal de diferentes graus, o uso que tiver a utilidade marginal mais elevada é que comanda a medida de seu valor econômico” (Ibid., p. 180, grifos do autor).

¹⁹ “os métodos indiretos de produção capitalista colocam ou prolongam um tempo de espera que em média vai desde a aplicação inicial das forças produtivas originárias até à obtenção de seus produtos prontos para o consumo; e a fabricação de tipos duráveis ou mais duráveis coloca ou prolonga um segundo tempo de espera, que se junta ao primeiro já citado e que em média vai desde a obtenção dos produtos prontos para o consumo até o desfrute real dos serviços que eles oferecem” (Ibid., p. 119).

²⁰ Em inglês ‘roundaboutness’, não deveria ser entendido simplesmente como uma questão de produtividade (BUECHNER, 1989, p. 499), mas – pensando no sistema capitalista em geral, deve ser

tempo necessário para a produção do objetivo final (Ibid., p. 7-8). É este um dos principais pontos de sua obra 'Teoria Positiva do Capital' [*Positive Theorie des Kapitaless*], de 1889, que terá um resumo geral apresentado a seguir.

Deve-se lembrar da utilização do termo *bens complementares* em Menger se referindo à necessidade de, para atingir algumas utilidades econômicas, ser necessária a utilização conjunta de vários bens. A inter-relação mútua desses bens forma então seus valores, com peculiaridades engendradas sob a lei da utilidade marginal, fazendo-se necessário distinguir o valor referente à totalidade das unidades que formam o mesmo (BÖHM-BAWERK, 1988, p. 183). Dado este esquema em diversas etapas da produção, têm-se que o todo gera um ganho de bem-estar que é a utilidade marginal do produto final, sendo esta que define, por etapas, o valor de cada meio de produção²¹ (Ibid., p. 191). Indo além, o valor de cada unidade dos meios de produção se dá pela utilidade marginal e o valor do produto daquele o qual, dentro de todos os possíveis, tiver a menor utilidade marginal (Ibid., p. 194).

Destacando que em sua teoria o capital²² é um produto intermediário - "*um conjunto de produtos que servem como meios para a aquisição de bens*" (Ibid, p. 57, grifo do autor) - devendo ser visto não só como trabalho acumulado, mas também como força da natureza acumulada²³, sendo um elo de ligação entre terra e trabalho

entendido como uma cadeia de eventos preparada pelo homem a partir de uma operação simples que, quando ativada, permite o controle das forças naturais para processar e atingir seu objetivo final (Ibid, p. 500). Fenômeno este que, para Böhm-Bawerk, deve ser medido em unidade de tempo, o período médio de produção (Ibid, p. 501 - 502). Mais a frente, Buchener (Ibid., p. 507), diz que os termos '*roundaboutness*' e produtividade teriam de ser, necessariamente, conectados – como duas perspectivas diferentes para um mesmo problema -, sendo que, fora uma economia primitiva, seria impossível saber qual método tem mais ou menos '*roundabout*' que outro.

²¹ "O princípio determinante do valor nunca está neles mesmos, mas fora, na utilidade marginal dos produtos. A lei dos custos não é uma lei autônoma que rege o valor, mas constitui apenas um caso de incidência dentro da verdadeira lei geral, que é a da utilidade marginal. A lei dos custos é simplesmente a grande contrapartida da lei dos bens complementares." (BÖHM-BAWERK, Op. Cit., p. 196).

²² Böhm-Bawerk desenvolve independentemente os problemas de capital como meio de produção e a teoria dos juros do capital (Ibid., p. 26), sendo que formam uma só definição comum (Ibid., p. 58): todo o conjunto de produtos intermediários necessários nas diversas etapas de produção indireta (Ibid., p. 38).

²³ Buechner (Op. Cit., p. 506) critica esta ideia de Böhm-Bawerk, segundo ele: "This conception [idea of capitalist production as an accumulation of natural forces causing increased productivity] will not work for a sequential use of natural forces in one step after another, which is the normal manufacturing process. In that case, there is no accumulation. Instead, Böhm-Bawerk's implicit conception requires him to think of all the natural forces in use and focused together on the same specific task at the same time".

- as forças produtivas originais²⁴. Mas ele não é autonomamente produtivo, sendo necessário estar aplicado à produção de bens, para manter a produção de processos já iniciados e para iniciar novos projetos lucrativos (Ibid., p. 127-8). Em sua definição de capital não entram os meios de subsistência dos trabalhadores (grande debate na época) – nem na forma de salários nem na forma de bens indispensáveis às necessidades vitais – pois, para ele, o capital só existe se viabiliza uma produção indireta lucrativa. Uma situação em que só existissem meios de subsistência seria uma economia sem capital (Ibid., p. 75-76). Em outras palavras, o capital refere-se a uma quantidade de bens existentes em um dado momento no tempo, um estoque, enquanto que os salários, sendo renda, é um fluxo (Ibid., p.76)²⁵. Não concorda com a definição dada por Menger, a popular, de capital como “objetos que produzem renda, objetos estes que ou consistem em dinheiro ou são representados em termos de dinheiro” (Ibid., p. 77) considerando-o como um conceito para riqueza produtiva (Ibid., p.76)²⁶.

Sobre a formação do capital²⁷ Böhm-Bawerk afirma que é consequência tanto da poupança quanto da produção, visto que o simples acúmulo de poupança não gera produção e a produção só produz capital ao passar a formas indiretas, que requerem a renúncia de um consumo imediato. Ou seja, as forças produtivas necessitam ser liberadas para transformarem a terra e o trabalho em maior capacidade de produção (NORI, BERNARDO e MEYER, Op. Cit., p. 9). Considerando um estágio inicial, em que há apenas bens de consumo, uma poupança destes bens não produzirá *per se* bens de capital, sendo necessário estes serem produzidos, mas isto só é possível caso haja poupança de recursos - liberação de forças produtivas (BÖHM-BAWERK, Op. Cit., p. 130). Sendo isto verdadeiro tanto na primeira formação de capital, quanto em todo aumento subsequente do estoque de capital (Ibid., p. 131). Disso deriva sua ideia de que a

²⁴ Buechner (Ibid., p. 500) diz que a questão implícita no raciocínio de Böhm-Bawerk é: “How in principle does man accomplish tasks enormously beyond his bare physical capacities?”.

²⁵ O trecho refere-se à nota de rodapé nº 93 da página citada.

²⁶ O trecho refere-se à nota de rodapé nº 95 da página citada.

²⁷ "*Todos os bens de consumo que o homem produz se originam pela cooperação da força do homem com as forças da Natureza, sendo que estas últimas são em parte forças econômicas e em parte forças gratuitas. Com essas forças produtivas elementares, pode o homem produzir os bens de consumo desejados, diretamente ou indiretamente, utilizando produtos intermediários que se denominam bens de capital. Este último método requer um sacrifício de tempo, mas acarreta uma vantagem no tocante à quantidade do produto; essa vantagem costuma ocorrer também, ainda que em medida decrescente, em prolongamentos sucessivos da via de produção indireta*" (BÖHM-BAWERK, Op. Cit., p. 116, grifo do autor).

massa total de capital se dividiria em classes de maturidade em relação ao tempo necessário para consumo, sendo as classes de maturação mais altas constituídas apenas por partes dos setores de produção e as mais baixas pelas produções que requerem períodos mais curtos²⁸ (Ibid., p. 133).

O capital é então, em uma economia nacional, uma evidência de que esta adotou métodos vantajosos de produção. Também é uma ‘causa intermediária’ desta via indireta de produção adotada. E também é causa da adoção de novas e diferentes vias de produção indireta (inovação)²⁹ (Ibid., p. 123-24).

Sobre a discussão do valor, deve-se destacar sua ideia de que o valor de troca em si era formado por dois conceitos – valor de troca objetivo e valor de troca subjetivo, sendo a separação entre o valor de uso e valor de troca um fenômeno de menor importância na teoria econômica (Ibid., p. 183).

Sobre a troca, defende esta ser um fenômeno natural no sentido de que, dentre todos os possíveis motivos de uma operação de troca acontecer, se destaca a vontade de se conseguir uma vantagem direta a partir desta, para todas as partes³⁰. E disto deriva, então, os fenômenos de preço. Em sua obra Böhm-Bawerk se foca em desenvolver ideias de regularidade do fenômeno dos preços (Escola Inglesa), mas sem diminuir, segundo ele, a importante contribuição da Escola Histórica Alemã em buscar outros motivos e circunstâncias factuais (Ibid., p. 225-26). Não aceita usar os termos oferta e procura em sua pesquisa por considerá-los ‘amplos e vagos’ e que, anteriormente ao desenvolvimento da teoria do valor subjetivo, qualquer tentativa de procura de definições mais precisas para a lei do preço caía em interpretações e formulações incorretas (Ibid., p. 245). Sua teoria é que a concorrência faz com que a formação dos preços se dê em uma zona limite,

²⁸ "Bens produtivos duráveis, que prestem seus serviços gradualmente, no decurso de vários anos, naturalmente pertencem ao mesmo tempo, com partes diferentes de sua utilidade, respectivamente com os diversos círculos anuais dos serviços a várias classes de maturidade" (Ibid., p. 135) (O trecho refere-se à nota de rodapé nº 5 da página citada). E, devido à possibilidade de se usar determinados bens para várias aplicações, pode-se retroceder vários graus de maturidade dependendo da qual for escolhida (Ibid., p. 137).

²⁹ "Quanto maior for o estoque de capital, tanto maior será a parcela com a qual as forças produtivas de períodos passados contribuem para o suprimento de meios de consumo do presente, e tanto menor será a parcela de forças produtivas novas – sobrevividas neste ano – que se terá que destinar às necessidades de consumo do período em curso; em consequência disso, fica liberada uma cota maior dessas forças produtivas novas para servir ao futuro, para serem investidas em métodos de produção indiretos mais ou menos longos" (Ibid., p. 124).

³⁰ Mais adiante ele afirma que "*Uma troca só é economicamente possível entre pessoas cuja avaliação da mercadoria e do meio de troca seja diferente, ou melhor, oposta*", sendo que, em uma realidade de predominância da divisão do trabalho, há inúmeras oportunidades para avaliações contrastantes e, portanto, de troca (Ibid., p. 228, grifos do autor).

em que de fato haveria um equilíbrio quantitativo entre oferta e procura, anulando-se a influência nos preços dos vendedores que acreditam que seu bem vale mais e os compradores que acham que o bem vale menos do que o determinado (Ibid., p. 246).

A lei dos custos baseada na teoria do valor subjetivo não contradiria, então, a lei dos pares limites. O encadeamento, assim, do valor, do preço e dos custos ficaria de forma em que o valor e o preço são determinados pelas análises subjetivas individuais de cada consumidor, gerando uma demanda que será contraposta, em um primeiro momento, aos estoques de produtos acabados dos produtores, em um processo de avaliação de 'pares limites' determinando os preços. No decorrer do tempo os estoques vão se alterando, também devido aos acréscimos da produção. Sendo que essa só ocorre se o preço determinado pelos 'pares limites' for superior aos gastos para se produzir o bem. Do ponto de vista a partir do conceito da lei da utilidade marginal entende-se que o estoque sempre se destina a partir dos empregos com maior remuneração para os com menor, sendo o último o determinante do preço (Ibid., p. 258-59).

Sua teoria dos juros parte da concepção de que bens presentes valem mais do que bens futuros da mesma espécie, se sendo iguais as quantidades e qualidades (Ibid., p. 269). Uma das causas disso é a relação da oferta e da demanda ao longo do tempo (Ibid., 1988, p. 276). Outra causa é a tendência a subestimação de necessidades futuras e dos meios para atendê-las – ou por não pensarmos em todas as necessidades possíveis, ou por tender a valorar um prazer imediato de maneira muito maior que um sofrimento futuro, ou ainda devido a uma ideia de brevidade e a incerteza em relação à vida³¹ (Ibid., p. 279-80). E como última causa ele cita que, objetivamente, bens presentes sempre serão melhores para atender nossas necessidades do que os bens futuros, nos assegurando, também, uma maior utilidade marginal³² (Ibid., p. 283).

³¹ "todas as três causas parciais têm este efeito comum: sob sua influência, na avaliação de bens futuros atribuímos a eles uma utilidade menor do que a que corresponde à sua grandeza verdadeira: vemos a utilidade marginal de bens futuros como que em redução por diferença de perspectiva" (Ibid., p. 282, grifos do autor).

³² "no grande mercado combinado dos meios de subsistência da sociedade tem de haver para os bens presentes um ágio, como fruto orgânico da seguinte situação: os bens presentes são mais úteis e mais desejados do que os futuros, e os bens presentes nunca existem nem são oferecidos em abundância ilimitada; esse ágio, organicamente, necessário, ocorre, no mercado de empréstimos, diretamente na forma do juro, e no mercado de trabalho na forma de um preço do trabalho, que tem

Um elemento importante da teoria de Böhm-Bawerk é o uso do tempo de maneira subjetiva, sobre de que forma cada indivíduo se relaciona de maneira própria com a passagem do tempo. A partir deste conceito, a dinâmica econômica derivada é a de que a quantidade de etapas produtivas indiretas até se atingir os bens de primeira ordem – ou de consumo imediato - é o indicativo do desenvolvimento desta economia³³. Há uma troca entre bens presentes e bens futuros³⁴, sendo o primeiro sempre com maior valor, se de mesma espécie e quantidade. Daí surge sua teoria dos juros, indo além do risco e da exploração. Nesta questão temporal, acaba surgindo também a noção de que os diferentes estágios indiretos se desenvolvem independentemente e cada um a seu ritmo, de acordo com os interesses temporais dos agentes (NORI, BERNARDO e MEYER, Op. Cit., p. 9-10).

Ele é bem explícito em sua definição de que todo juro é “A diferença natural de valor entre bens presentes e bens futuros”, mas, devido a diferentes formas de concretização de relações de troca dessa natureza, ocorrem diferentes formas de se manifestá-lo (BÖHM-BAWERK, Op. Cit., p. 301). O primeiro caso principal seria o juro por empréstimo, em que um empresta hoje para receber em partes futuras (Ibid.), enquanto que o outro antecipa, para utilizar no presente, ganhos a serem realizados futuramente, em um processo o qual os bens emprestados são transferidos ao devedor de maneira definitiva ao restituir por outros bens (Ibid., p. 303). O segundo caso principal discutido é o da compra e emprego de bens produtivos de ordens superiores, ou os ganhos de capital dos empresários. Este processo é descrito através dos meios de produção, como o amadurecimento da mercadoria no qual o bem futuro vai se tornando bem presente, assim aumentando de valor que é o ganho de capital³⁵ (Ibid., p. 311-12). Por fim, aponta como terceiro

de ser inferior ao montante do produto futuro do trabalho e conseqüentemente oferece margem para um crescimento em direção a uma mais-valia” (Ibid., p. 333, grifos do autor).

³³ “A adoção de vias indiretas de produção que levam a resultados melhores na produção é um dos princípios mais importantes e mais fundamentais de toda a teoria da produção. É preciso dizer explicitamente que o fundamento desse princípio é única e exclusivamente a experiência da vida prática. A teoria da Economia Política não prova e nem pode provar a priori que deve ser assim, mas a experiência geral de toda a técnica de produção nos ensina que assim é realmente” (MENGER, 1988, p. 37).

³⁴ “importa considerar que para nossa avaliação presente de um bem ou produto futuro o que interessa não é sua utilidade marginal *verdadeira*, mas a *avaliação subjetiva* que se faz da mesma”. (BÖHM-BAWERK, Op. Cit., p. 287).

³⁵ Böhm-Bawerk faz uma curiosa observação de considerar o termo “mais-valia” como “mais acertada do que o suspeitaram os socialistas que a inventaram”, por ser “um ganho proveniente do aumento de valor da mercadoria futura, que, na mão dos empresários, se transforma em mercadoria presente

caso principal o juro proveniente de bens duráveis (Ibid., p. 335), cuja estrutura deve ser representada como uma grandeza composta dos graus de importância das necessidades que o bem pode servir (Ibid., p. 337).

Ele reconhece que o juro do capital pode estar associado a “uma exploração usurária e a inconveniências sociais”, mas ele em si não seria condenável. E não haveria meio de extirpar esses abusos, pois “em se tratando de coisas humanas, não existe nenhuma instituição que não venha acompanhada de alguma desvantagem”, devendo ser escolhido o melhor, de acordo com o que é mais favorável no equilíbrio entre “a vantagem atingível e os males que não há como evitar” (Ibid., p. 350).

Já nestes primeiros autores, segundo Ebeling (Op. Cit., p. 646), é clara a ideia de subjetivismo metodológico, em que o ponto de partida é o entendimento e a interpretação do significado dado pelos agentes às suas próprias ações, às ações dos demais e aos objetos do mundo.

Pode-se afirmar, segundo Hoppe (2010, p. 12), que já em Menger e Böhm-Bawerk, a ideia era de que a ciência econômica possuía proposições a priori justificadas definitivamente, mas essa ideia só se tornaria um conceito na obra de Mises, que assim possibilitaria o desenvolvimento das ideias destes economistas em uma escola de pensamento própria, com pressupostos e métodos diferentes de todas as demais.

3.2 Immanuel Kant

Segundo Hans-Hermann Hoppe, em sua obra *A Ciência Econômica e o Método Austríaco* [*Economic Science and the Austrian Method*, originalmente publicada em 1995], a ideia da praxeologia em Mises deriva de uma influência kantiana. É de onde ele tira distinções conceituais e terminológicas e insights. É em Kant que a ideia de que uma proposição seria sempre analítica se, a partir dos

para o consumo” (Ibid., p. 312). Mas antes já havia rechaçado a ideia de exploração, considerando o trabalho como um meio de produção enquadrado pelas mesmas leis que os demais, afirma que “os meios produtivos, se os avaliarmos em comparação com bens presentes, são constatados equivalentes a um número de unidades inferior àquele dos produtos finais prontos para o consumo, que se pode produzir deles”. E conclui, posteriormente, que “se comprarmos ou trocarmos esse grupo de meios de produção agora - já que nesse caso, naturalmente, o preço de compra é medido em dinheiro presente -, compramo-lo por um número menor de florins do que o número de florins que eles proporcionarão futuramente a seu proprietário” (Ibid., p. 310, grifos do autor).

meios da lógica formal, fosse possível descobrir sua veracidade e, caso contrário, seria sintética. E também de que, se fosse possível fazer esta verificação antes de alguma observação, a proposição seria a priori, e, caso contrário, a posteriori. (Ibid., p. 16).

Outra consideração que pode ser feita é a de que a verdade de proposições em que a lógica formal é insuficiente e as observações desnecessárias, a partir de axiomas matemáticos auto evidentes - sendo, um axioma auto evidente, aquele cuja validade não pode ser negada sem autocontradição - estes seriam mais trabalhosos de serem encontrados do que verdades empíricas, pois, para encontrá-los, necessita-se uma experiência interna produzida através de reflexões - e isto porque observações revelam apenas a maneira como as coisas acontecem, não indicando o porquê de as coisas acontecerem de determinada maneira (Ibid., p. 17).

Em Kant, as proposições sintéticas a priori verdadeiras são sobre como nossas mentes funcionam e como deveriam necessariamente funcionar, mas não fica claro como categorias mentais se conformariam com a realidade. Mais especificamente, sobre como pode a realidade se conformar com o princípio da causalidade se este também é um princípio em que a operação da mente deve se conformar, havendo a possibilidade de uma absurda suposição idealística em que a realidade seria criada pela mente. Mises, ao levar em conta que nossa mente está incorporada em indivíduos que agem, compreende que as categorias mentais estão baseadas nas categorias de ação e, assim, as proposições sintéticas a priori verdadeiras podem ser entendidas tanto como coisas mentais, quanto como características da realidade, é a partir da ação que a mente entra em contato com a realidade (Ibid., p. 18-19).

Assim, para a Hoppe, a relação entre esses dois pensadores pode ser assim claramente explicada. Mas o artigo *The philosophical roots of modern Austrian economics: past problems and future prospects* coloca esta questão em termos bem mais complexos.

Segundo Parsons (1990, p. 309-10), o autor do artigo, as investigações de Kant e Mises giram em torno da questão das condições de possibilidade (*the conditions of possibility*). Em Kant as condições a priori de uma possível experiência são, ao mesmo tempo, condições de possibilidade dos objetos da experiência e em Mises o foco da investigação era a ação, não objetos possíveis da experiência. A

questão central, em Kant, era o quanto o entendimento e a razão sabiam aquém de toda a experiência e, para Mises, era o que seria essencial e necessário ao caráter estrutural lógico da mente.

Para ele, apesar destas similaridades, era possível fazer uma crítica ao pensamento de Mises a partir da filosofia de Kant (Ibid., p. 310), partindo de uma reconstituição das raízes filosóficas do pensamento de Von Mises. Raízes estas neokantianas, que o levaram a dificuldades quando tratava da questão do tempo, que já a princípio distinguia-se do pensamento de Kant, pois, este, se preocupou sobre a possibilidade do conhecimento dos objetos da experiência, enquanto o neokantianismo preocupava-se sobre a validade de proposições e conceitos (Ibid., p. 296).

Kant buscou distanciar-se tanto do empirismo, quanto do racionalismo. Para ele julgamentos deveriam ser aplicáveis aos possíveis objetos da experiência, aos quais denominou de “sintéticos a priori”. No neokantianismo o foco na validade dos conceitos fez um distanciamento na relação entre o conhecimento e a experiência, fundamental para Kant. Como pode se observar no pensamento de Mises, que, além disso, interessava-se por pela construção de uma teoria do conhecimento, rejeitava o positivismo como método, rejeitava o historicismo e preocupava-se com questões de validade e valor (Ibid., p. 297).

A questão da validade e do valor eram pontos centrais de duas escolas neokantianas: a de Marberd (com pensadores como Cohen, Natorp e Cassirer) e Baden (com Windelband³⁶ e Rickert³⁷ como expoentes) (Ibid., p. 298). As duas eram baseadas nas ideias desenvolvidas por Lotze³⁸, como a proposição real ser aquela que é válida, independentemente de sua existência, sendo assim, a verdade, definida em termos de uma relação de ideias, não constrangida por contingências empíricas, válida, assim, eternamente em todos os lugares. O problema então de como comutar o mundo das ideias com o mundo real do ser. O que para Lotze, seria uma questão de fé, pois não poderia ser provada (Ibid., p. 299). A ideia de verdade é então, neste caso, uma questão de valor, não só nas questões éticas, e o mundo

³⁶ Wilhelm Windelband (1848 – 1915), filósofo alemão.

³⁷ Heinrich Rickert (1863 – 1936), filósofo alemão.

³⁸ Rudolph Hermann Lotze (1817 – 1881), filósofo e lógico alemão. É ele quem traz o conceito de “valor” da economia para a filosofia. Buscava assim responder aos problemas do “positivismo” científico que reduzira a tudo a uma questão de interpretação, até mesmo o mundo natural (Ibid., p. 299-300).

seria interpretável somente em relação aos seus valores, sendo, então, o próximo passo, o desenvolvimento da questão do significado. Os valores estariam desconectados da realidade, sendo objetivamente ideais - ou seja, válidos - sendo independentes da existência. Em resumo valor e validade eram distintos, mas a validade de conceitos - como a verdade - era mantida quando interpretados como valores (Ibid., p. 300).

As escolas de Marburg e Baden desenvolveram as ideias de valor e validade de Lotze com diferentes ênfases: a primeira na validade da proposição e a segunda na questão do valor. As ideias de Baden seriam o ponto de referência para Mises, como a conexão entre valor e conhecimento histórico. Windelband distinguiu as ciências culturais (história) das ciências naturais a partir de seus métodos formais de análise, ao invés da convencional distinção através dos objetos. Assim considerou as ciências naturais como nomotéticas, ao desenvolverem leis gerais para suas explicações, e as ciências culturais como idiográficas, ao movimento de individualizarem e analisarem em detalhes. Para ele os valores seriam subjetivos e individuais, mas rejeitando o relativismo, por poderem ser objetivamente avaliados, ou seja, não eram os valores, mas a avaliação dos valores que garante a validade (Ibid., p. 301).

Isto tornava uma validade sujeita às contingências históricas, fazendo-o considerar a existência de valores absolutos. O que fez surgir o problema sobre onde estariam estes valores absolutos e, para ele, estariam em Deus (Ibid., p. 302). Rickert, seu aluno, rejeitou esta sua saída para o problema, colocando que os valores absolutos seriam aqueles aos quais os valores temporários se relacionariam na realidade empírica, sendo reais apenas os segundos (Ibid., p. 303).

Mises critica Windelband e Rickert por falharem em conceber a possibilidade de conhecimento válido e universal em relação à ação humana e, por isso, seriam historicistas. E isto teria acontecido por negarem o caráter nomotético da sociologia. Ele então retornaria à distinção das ciências de Windelband, colocando a ciência da ação humana como nomotética, chamando-a de praxeologia, uma cognição conceitual sobre o que é necessário para a ação humana, com seus universais e categorias, preocupando-se com o conhecimento válido universal e não a validade de valores. Sendo a história, assim, considerada como idiográfica, com o que for único ou individual, identificando eventos e classes de eventos (Ibid., p. 304).

Colocar o problema desta forma o deixou mais próximo das ideias da escola de Merburg com sua ênfase em lógica e matemática. Ou seja, Mises teria colocado as fundações das ciências naturais, da lógica e da matemática na ciência da ação humana. Mas afirmando que predições quantitativas não seriam possíveis nesta, sendo a economia restrita a predições qualitativas. Os julgamentos de valores individuais concretos – como a definição de quantidades e preços nas relações de oferta e demanda – apareceriam somente como dados. Uma pessoa comum, segundo ele, não ficaria observando os “valores” daquilo que quer consumir, apenas escolheria dentre o que está disponível para obter determinadas satisfações, as quais não poderia ter em totalidade. Deve-se observar, que ao considerar a ciência da ação humana como nomotética, o permitiu não entrar no debate sobre o relativismo e a elaborar os valores como de natureza subjetiva (Ibid., p. 305-07).

Mises coloca em cima desse desenvolvimento metodológico a ideia de tempo - muito cara a Menger na análise econômica -, distinguindo assim os bens presentes de bens futuros, com a ação ocorrendo no tempo e os conceitos de mudança e tempo inseparáveis, como uma ordem temporal. Sobre o problema de uma validade eterna circunscrita no tempo, Mises coloca que o tempo é um dos elementos da análise, sendo ele praxeológico, notável ao praticar uma ação. Ao mesmo tempo em que afirma a ciência da ação humana como uma investigação apriorística (Ibid., p. 308).

Parsons afirma, então, que Mises falhou. Não conseguiu resolver a questão do sujeito agindo no tempo em relação com o mundo universal da validade. Ele coloca Mises como um racionalista e, por isso, limitado a um entendimento alternativo da questão do tempo (Ibid., p. 309).

Chegamos ao ponto então em que, segundo Parsons, pode-se, a partir de Kant, fazer uma crítica a Mises. Isto se daria pela ideia de Kant de como toda a aparência contém a substância permanente do objeto de si, mas como isso não tinha sido provado ainda, pois não poderia ser a partir de conceitos e proposições que só seriam válidas em relação a uma possível experiência, podendo ser provada apenas como dedução da possibilidade de experiência, ou capacidade de aprovação. Para provar, então, julgamentos *a priori*, sugere o que chamou de lógica transcendental - diferenciada da geral em relação ao tempo e espaço, sendo o julgamento feito a partir de conceitos e o tempo, não entre eles apenas. Assim, a

possibilidade de julgamentos sintéticos *a priori* pode ser trazida na relação do tempo, revelando sua aplicabilidade a objetos com aparências. Sendo o tempo *a priori*, porque tempo e espaço não seriam derivados da experiência, mas pressupostos que possibilitariam a experiência (Ibid., p. 310-11).

Se, como Mises afirma, meios e fins têm status apriorístico, sendo os fins temporalmente depois dos meios, esta relação já pressupõe o tempo. Ou seja, ele não é empírico – ou praxeológico - como Mises afirmava. Além disso, seu entendimento racionalista do conhecimento, a partir de julgamentos analíticos, segundo Kant, não levava a nenhum acréscimo de conhecimento. E, assim como Lotze, considerava a relação entre lógica e o mundo uma questão de fé ao colocar que a ação seria um ramo da razão, apesar da primeira estar no tempo e a segunda não. Enquanto em Kant conhecimento e objeto estariam no tempo (Ibid., p. 311-12).

A contradição em Mises está em, apesar de ressaltar a importância do sujeito agindo e ver a partir de um ator, sempre voltar à posição de cientista observador isolando as categorias praxeológicas do mundo empírico, localizado no tempo do agente. No mundo eterno do cientista, as ações eram então apenas dados (Ibid., p. 313).

3.3 Max Weber

Para Ebeling (Op. Cit., p. 646), diferentemente de seus predecessores, Mises fundamenta sua ideia de ação na definição de Max Weber de ‘Ação social’ como “conduta humana da qual um indivíduo é consciente e orienta alguns aspectos de suas atividades à presença de outro agente humano”, ideia que, segundo ele, Hayek também teria seguido³⁹.

”Sociology (in the sense in which this highly ambiguous word is used here) is a science which attempts the interpretative understanding of social action in order thereby to arrive at a causal explanation of its course and effects. In ‘action’ is included all human behaviour when and in so far as the acting individual attaches a subjective meaning to it. Action in this sense may be either overt or purely inward or subjective; it may consist of positive intervention in a situation, or of deliberately refraining from such intervention or passively acquiescing in the situation. Action is social in so far as, by

³⁹ O que não se verifica, visto que a concepção de ação social de Hayek é diferente, há um peso das tradições na orientação da ação social. A exposição sobre a ideia de Hayek será feita depois neste trabalho.

virtue of the subjective meaning attached to it by the acting individual (or individuals), it takes account of the behaviour of others and is thereby oriented in its course” (WEBER, 1947, p. 88).

É baseado nesta passagem que Lachmann (1977, p. 95) afirma que Mises, em *Ação Humana*, está indo em frente com o trabalho de Weber, com meios ('means') e fins ('ends') como categorias da ação humana.

Porém a praxeologia seria apenas um dos níveis da categoria ação social de Weber, o da construção científica “pelo método tipológico para elaboração de um tipo *ideal* de um fenômeno frequente”. Sendo os demais a consideração histórica (“a ação dos sujeitos específicos”) e a consideração sociológica de massa (como um nível de média ou de aproximação) (TRAGTENBERG, 2001, p. XXVIII, grifo do autor).

O entendimento da história, em Mises, se dá por teorias *a priori* (2010, p. 976) sendo, para ele, “impossível inferir relações causais do estudo de fenômenos complexos” (Ibid., p. 99). E, assim, o da história econômica se dá devido a uma teoria econômica explicando as consequências das ações econômicas, sendo a história relativa a fatos econômicos “uma coleção de dados desconexos” caso não exista uma teoria (Ibid., p. 80). Em outras palavras: “Não existe algo que se possa chamar de método histórico de análise econômica ou mesmo uma economia institucional. Existem economia e história econômica; e as duas não devem ser confundidas. Todos os teoremas da economia são necessariamente válidos, sempre que ocorrerem as premissas por eles adotadas” (Ibid., p. 96). Não há aqui espaço para a ‘individualização história’ proposta por Weber, em que o entendimento do evento histórico-social a partir de um julgamento “*a posteriori* para saber se uma classificação ou um grupo atingiu o *fim* que se propunha mediante a escolha de meios determinados” (TRAGTENBERG, Op. Cit., p. XXVIII, grifos do autor).

E o uso de um nível médio ou de aproximação - como os dados agregados macroeconômicos e a econometria na economia - é descartado por Mises. Ele afirma que a decisão do uso de estatística na ciência econômica é arbitrária devido a problemas de coeficientes definindo importâncias dada uma ponderação arbitrária e a escolha de médias (Op. Cit., p. 273), enfim, rejeita toda a ideia de apreensão da realidade econômica que não pelos indivíduos. As ideias de medição na praxeologia e na economia careceriam de sentido, pois, na realidade, não existem pontos fixos

para servir de padrão. Os índices, neste contexto, seriam, então, “ilustrações grosseiras e inexatas de mudanças já ocorridas” (Ibid., p. 274). E um estado de equilíbrio, segundo ele, “é uma construção puramente imaginária. No mundo real, cambiante, jamais chega a existir. Não corresponde à situação vigente hoje, nem a qualquer outra situação possível” (2010, p. 808).

Outra forma de se observar a questão social seria por meio da ação racional referente a fins, ação racional com tendência a valores e ação tradicional efetiva (TRAGTENBERG, Op. Cit., p. XXXV). Novamente observa-se que a teoria de Mises só se adere a uma dessas: a ação racional referente a fins. Ignora-se do escopo de sua ciência praxeológica as outras duas formas de comportamento.

Outro ponto que a visão de Weber, sobre o cientista social, que parece não se encaixar com a ideia de Mises, é a que o cientista não deve oferecer normas ou fins a atingir, devendo se restringir a iluminar as ações de maneira a mostrar limites. Mas Mises, ao longo de seu *magnus opus* critica todas as outras opções de organização econômica, que não aquela que garante o máximo controle de decisão nas mãos do indivíduo, não levando em consideração, assim, a ideia de Weber de que um sociólogo deveria “estudar as formações societárias e não procurar decretar a melhor organização social” (TREGTENBERG, Op. Cit., p. XLII). Isto se daria devido à impossibilidade da ciência de definir valores como válidos (ou não), podendo definir apenas meios que possam levar (ou não) a realização de certos valores⁴⁰ (Ibid.).

Uma semelhança entre Mises e Weber é o contato com a obra de Rickert, mas, como vimos, enquanto Mises rejeita o caráter ideográfico da sociologia - posição defendida também pelo professor de Rickert, Wildenband -, considerando-a nomotética; Weber rechaçaria a ideia transcendental dos valores, afirmando que eles são submetidos à prova da realidade (Ibid., p. XLIII). A sociologia, em Weber, seria então entendida como a ciência da ação social, conjuntamente da ação social referente a fins e a valores (afetiva e tradicional)⁴¹. Neste contexto, a ação social em referência a fins pode ser aproximada da ideia praxeológica de Mises - a sociologia

⁴⁰ A ideia de ação como escolha valorativa poderia ser considerada uma influência de Weber, mas, como visto neste parágrafo, isto é colocado de outra forma por Mises.

⁴¹ “Existe a ação social racional em relação a valores que é determinada pela crença consciente no valor ético ou religioso de determinada conduta sem relação com o resultado. Ela se desdobra em: a) uma ação social afetiva especialmente emocional, caracterizada por determinações sentimentais; b) uma ação social tradicional determinada por costume arraigado” (TREGTENBERG, Op. Cit., p. XLV, grifo do autor).

nomotética -, ao colocar que o comportamento do outro “aparece como “condição” ou “meio” para atingir os fins *racionalmente* perseguidos” (Ibid., p. XLV).

Mas, ainda assim, para Weber estes tipos não são puros, na prática aparecem mesclados, “na sua sociologia compreensiva lhe interessa a ação social em nível de ação com regularidade de massa” (Ibid.). Assim, “Na medida em que qualquer ação social pressupõe mais do que um indivíduo, Weber supõe que ocorre uma ação quando existe determinado tipo de relações sociais expressas em associações que tornam possível a vida social” (Ibid.).

Uma das características mais marcantes do pensamento de Weber é sua ideia de construção de tipos ideais como instrumentos heurísticos para a busca do conhecimento do social,

“em que compreensão significa uma apreensão do sentido que pode ser: a) pensada na ação específica (consideração histórica) de modo aproximativo (na análise sociológica de massa) e b) pensada na construção científica, tendendo à elaboração do tipo *ideal* de um fenômeno freqüente” (Ibid., p. XLV-XLVI),

que não é encontrado de maneira alguma no pensamento de Mises, o que seria esperado de alguém indicado como continuador da obra. Apenas colocando o sentido ‘b’ em uma interpretação muito limitada parece ser possível se considerar as descobertas apriorísticas da praxeologia como um equivalente na obra de Mises. Mesmo considerando que, para Weber, os tipos ideais deveriam ser “relativamente vazios ante a realidade histórica” de modo a permitir “a formação de conceitos unívocos” (Ibid., p. XLVI), volta à questão de que, para ele, estes deveriam ter contrapartida na realidade, diferente de Mises que considera como conhecimento válido aquele gerado pela razão independentemente de confrontos empíricos.

Assim exposto não se observa essa relação tão próxima entre a ideia de Weber e a de Mises, tal como clamada por Lachmann e ecoada por Ebeling.

3.4 Mises e sua obra

Um dos pontos mais destacados da carreira de Mises é seu artigo de 1920 *Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen*⁴² [O cálculo econômico em uma comunidade socialista] que deu origem a uma série de debates que comporiam o que hoje se chama de debate sobre o cálculo econômico socialista. No artigo ele deixava clara a impossibilidade de administradores centrais gerirem racional e eficientemente uma economia industrial sem propriedade privada dos meios de produção, sem competição de mercado e, conseqüentemente, sem preços monetários gerados pelo processo. Reflexo este da influência de Böhm-Bawerk, que focava justamente no cálculo monetário, só possível uma alocação racional de recursos em um sistema econômico com divisão do trabalho e especializações mediante a formação de preços reais de mercado que a condicionam.

Em Mises, segundo Hoppe, é clara a abordagem da ciência econômica como uma ciência *a priori*, com proposições justificadas logicamente, ao contrário de todas as outras escolas de economia que abordam a disciplina de maneira empírica e, assim, negam os teoremas econômicos austríacos devido à impossibilidade de serem provados em definitivo, apesar de não ser possível negar as validades de tal sistema sem cair em contradição (HOPPE, Op. Cit., p. 10).

Deve-se notar em sua carreira que, depois da morte de Böhm-Bawerk em 1914, suas ideias passaram a ter forte resistência dentro da Universidade de Viena, assim como as suas teorias da moeda e do ciclo econômico. Isto o levou a criar uma escola, uma “neo-austríaca”, com seus alunos e seguidores (ROTHBARD, 2010, p. 27-28).

Serão apresentadas a seguir suas ideias principais, de maneira temática, na ordem em que entendi ser a melhor para expor e entender seu pensamento, do mais abstrato e geral para o mais prático e específico.

3.3.1 A Praxeologia

Em sua grande obra de Mises foi o livro *Human Action* de 1949, publicado diretamente em inglês quando ele já morava nos EUA⁴³. Existem elementos do livro

⁴² Archiv für Sozialwissenschaften, edição 47.

⁴³ Ou seja, bem posterior ao considerado ponto alto de sua carreira que foi no debate sobre o cálculo econômico socialista. Sendo assim, pode haver diferenças sobre o método exposto em *Ação Humana* com o que de fato tinha em mente quando elaborou sua posição no debate nos anos 1920. Contudo este não é o foco deste trabalho expor com detalhes a evolução de suas ideias, mas sim apresentar

por todo este trabalho, mas neste ponto será focado em que Mises queria dizer por praxeologia, ou a ciência da Ação Humana.

Ele busca, inicialmente, responder sobre quais seriam os fatores que compeliriam os indivíduos a terem determinado comportamento, de modo a atingir um objetivo pretendido em meio a uma inexorável evolução do conjunto.

O desenvolvimento da economia teria possibilitado a descoberta de “uma regularidade na sequência e interdependência dos fenômenos de mercado” (MISES, Op. Cit., p. 21). Isto seria contrário à ideia de que os eventos sociais seriam irregulares e variantes - em oposição às descobertas de encadeamento causal das ciências naturais – e que seria possível uma organização política e social ótima da sociedade, a ser executada por ditos reformadores, e sendo um possível fracasso de sua execução atribuído à falta moral dos homens (Ibid., p. 22). Ou seja, logo no começo de *Ação Humana* ele destaca seu combate às ideias socialistas, tão em voga na época, destacando que elas iriam contra comportamentos regulares dos indivíduos, quando estes agem normalmente.

Com esta regularidade dos fenômenos sociais é possível que as pessoas ajustem suas condutas para buscarem ser bem-sucedidas. Apesar de esta concepção surgir já na gênese da ciência econômica, apenas a Revolução Marginalista, em meados do século XIX, possibilitou o desenvolvimento de uma teoria geral da escolha humana, sendo cada ação uma representação de uma escolha e podendo-se estender esta ideia para além do campo mercadológico, incluindo todos os valores humanos.

Assim, em resumo, pode-se entender a praxeologia como a teoria geral da ação humana, que analisa as implicações plenas de todas as ações, buscando o conhecimento válido sempre que as condições forem previstas na teoria. De sua lógica interna sobre o homem ter de agir - em que, negar isto seria uma ação - decorre que, este conhecimento, não depende de fatos históricos e de experiências. Ou seja, é uma ciência apriorística, considera que, na mente humana, existam relações lógicas fundamentais, não sujeitas a provas ou refutações, sendo pré-requisitos para a percepção a experiência e a memória. Seria, assim, impossível ao gênero humano pensar em categorias diferentes dessas relações lógicas

uma síntese de seu pensamento e, para isso, o que foi exposto em seu *magnus opus* é a nossa principal fonte. O motivo é simples: nesta obra ele apresenta e desenvolve os seus principais pontos acerca do método da ciência econômica de maneira clara e objetiva.

fundamentais e das relações causais impostas pela realidade. E o sentido de sua ação é sempre sair de uma condição de desconforto para uma condição de menor desconforto.

O objeto da ciência praxeológica é, então, o meio escolhido para alcançar determinado fim – menor desconforto -, independentemente de causas e juízos, não julgando possíveis irracionalidades dos agentes, buscando apenas responder se os recursos escolhidos seriam de fato os mais eficientes para obter o resultado desejado⁴⁴.

Dado este parâmetro mais geral da ideia da praxeologia como ciência da ação humana, passemos a algumas categorias dentro deste conceito. Primeiramente, sobre o agente homem, ao colocar sua vontade em funcionamento de maneira propositada⁴⁵, sendo comportamentos inconscientes⁴⁶ mais um dado da realidade a esse agente, como tantos outros (Ibid., p. 35). A análise praxeológica ignora o objetivo final da ação, sendo universalmente válidas as conclusões, independentemente deste, uma ciência de meios, não de fins (Ibid., p. 39). A ação humana seria um dado irreduzível por não pode ser rastreada até suas origens, mas que, ainda assim, pode ser estudada por ser um instrumento de atividade e transformação (Ibid., p. 43). Afirma ainda que, para a pesquisa humana, teria apenas duas vias: a causalidade ou teleologia; sendo a possível uma prova disto a partir da utilidade dos instintos, pois o próprio termo designa simplesmente um dado básico, não explicando nada relativo a uma causa ou uma causa final (MISES, 2010, p. 52-53).

Sobre a epistemologia desta ciência ele a coloca a parte da história como o próprio Mises afirma:

“O tema de todas as ciências históricas é o passado. Elas não nos podem ensinar algo que seja aplicável a todas as ações humanas, ou seja,

⁴⁴ Logo no começo do primeiro capítulo de Princípios de Economia Política, Carl Menger fala de como “Todas as coisas são regidas pela lei da causa e do efeito”, sendo o desenvolvimento humano e nossa própria personalidade enquadrados nesse encadeamento de causalidade. “Se, portanto, quisermos passar do estado de necessidade para o estado de satisfação dessa necessidade, deve haver causas suficientes que levem a essa mudança de estado...” (MENGER, 1983, p. 243).

⁴⁵ E também “necessariamente e sempre racional” (MISES, 2010, p. 43). Em Hayek esta ideia não tem eco, pois, como será apresentada, a possibilidade de agir racionalmente surgiu ao longo da evolução cultural do homem e, inclusive, o entendimento da ação por meio de uma análise racional só é possível *a posteriori*.

⁴⁶ Diferentemente da psicologia que tem como objeto os fatores internos, a praxeologia tem como objeto a ação resultante deste (Ibid., p. 36).

aplicável também ao futuro⁴⁷. O estudo da história torna um homem sábio e judicioso. Mas não proporciona conhecimento e habilidade que possam ser utilizados na execução de tarefas concretas” (Ibid., p. 57).

E mais adiante diz que

“A praxeologia não é uma ciência histórica, mas uma ciência teórica e sistemática. Seu escopo é a ação humana como tal. Independentemente de quaisquer circunstâncias ambientais, acidentais ou individuais que possam influir nas ações efetivamente realizadas. Sua percepção é meramente formal e geral, e não se refere ao conteúdo material nem às características peculiares de cada ação [...] Suas afirmativas e proposições lógicas não derivam da experiência. São como a lógica e a matemática. Não estão sujeitas a verificação com base na experiência e nos fatos. São tanto lógica como temporalmente anteriores a qualquer compreensão de fatos históricos. É um requisito necessário para qualquer percepção intelectual de eventos históricos. Sem sua ajuda, nossa percepção do curso dos eventos históricos ficaria reduzida ao registro de mudanças caleidoscópicas ou de uma desordem caótica” (Ibid., p. 59).

Deve-se destacar que, para Mises, a mente humana é equipada com o ferramental necessário para compreendermos a realidade, sendo estas adquiridas ao longo da evolução, mas precedentes a qualquer experiência (Ibid., p. 62). E a ação seria, assim, uma categoria antecedente a qualquer ato concreto (Ibid.). Sendo assim, a praxeologia seria humana tanto por ter seus teoremas de validade universal em todas as ações humanas e por lidar somente com elas. (Ibid., p. 63). Mas o conceito de ação não faz ser necessária a orientação por meio de uma teoria correta, ou o acesso à uma tecnologia eficaz para o alcance do objetivo pretendido, apenas implica que quem a executa acredita nos meios (Ibid., p. 65).

Sua análise da razão é então colocada como um aspecto diferente da mesma coisa que faz a ação, sendo a razão o poder de esclarecer as características da ação, por ser a segunda uma consequência da primeira. O produto disto seriam teoremas do raciocínio praxeológico “impecavelmente verdadeiros e incontestáveis”,

⁴⁷ Ao mesmo tempo em que busca romper com a ideia de um controle econômico em prol da decisão dos indivíduos, Mises ainda suplanta esta liberdade em prol de uma possibilidade de previsão do futuro acessível por meio da lógica, ao contrário das escolas econômicas tradicionais que o fazem por meio da análise de dados. Bem diferente da visão de Hayek sobre a impossibilidade de se determinar o direcionamento da sociedade como um todo por não sabermos quais são práticas e instituições atuais que dão as melhores condições concretas de evolução social – esta entendida no sentido lamarckiano do termo. Isto será mais bem desenvolvido na seção 4.3.5.

“referem-se, com a plena rigidez de sua certeza apodítica e de sua incontestabilidade” (Ibid, p. 67). Neste contexto a história é incapaz de ensinar “qualquer regra geral, princípio ou lei”, ou de ser possível extrair qualquer teoria ,ou teorema da conduta humana, ou de políticas, só sendo possível esclarecimento dos dados históricos se trazidos à luz pelo conhecimento praxeológico sistematizado⁴⁸ (Ibid, p. 69).

A análise da ação se dá a partir de uma que seja individual, sendo esta específica e concreta, realizada por determinada pessoa em uma determinada data, em um determinado local, independentemente de circunstâncias acidentais ou ambientais, nem o que a distingue de outras ações, interessando somente o que é necessário e universal (Ibid., p. 72).

Da praxeologia, a ciência econômica é o campo mais desenvolvido, sendo um “processo de construção mental de um arcabouço axiomático lógico-dedutivo para a compreensão da realidade, composta de ação humana – e interações humanas – e fenômenos da natureza” (ABREU, Op. Cit., p. 84). Mas se deve reconhecer a ignorância em relação a como os fenômenos externos naturais “afetam o pensamento humano, as ideias e os juízos de valor” (Ibid.), necessitando-se dividir o conhecimento em dois campos: dos acontecimentos externos (ou naturais) e do pensamento (ou da ação humana) (Ibid.).

3.3.2 A Cataláxia

A cataláxia é a teoria de mercado desenvolvida por Mises, é uma das faces em que se revela a praxeologia, através das trocas de mercado, sendo a teoria do valor subjetivo, como desenvolvida por Menger, seu ponto de partida. Outra forma seria dizer que a cataláxia é “a análise daquelas ações que são conduzidas com base no cálculo econômico” (MISES, Op. Cit., p. 289). Deve-se destacar que o

⁴⁸ “[historiadores] Tentam objetar os teoremas da economia apelando para documentos que presumivelmente conteriam provas de que a realidade seria incompatível com tais teoremas [da teoria econômica]. Não percebem que fenômenos complexos não podem provar ou refutar qualquer teorema e, portanto, não podem ser confrontados com qualquer afirmação teórica. A história econômica só é possível porque existe uma teoria econômica capaz de explicar as consequências das ações econômicas. Se não houvesse uma teoria econômica, toda a história relativa a fatos econômicos não seria mais do que uma coleção de dados desconexos, sujeita a qualquer interpretação arbitrária” (MISES, Op. Cit., p. 80).

subjetivismo desta análise se refere a um individualismo metodológico, em que os fenômenos de mercado são explicados a partir da ação humana individual.

Segundo Mises, há uma dificuldade em se delimitar o escopo dos problemas cataláticos, não devido à incerteza sobre quais fenômenos devem ser investigados, mas sim de que, para se entender esses fenômenos, deve-se ir além do mercado e de suas transações, tornando difícil saber quais ações devem ser compreendidas apenas como econômicas, no sentido restrito, e quais devem ser excluídas. Isto decorreria da necessidade de construção teórica hipotética acerca do contraste dos indivíduos no sistema de mercado, com indivíduos agindo isoladamente e indivíduos em uma comunidade socialista (Ibid., p. 287).

Basta, para o estudo da ação humana, saber que “Toda ação é motivada pelo desejo de suprimir um determinado desconforto” (Ibid.). E a economia, então, lidaria com os preços cobrados e pagos nas transações de mercado. Seu recorte de estudo da cataláxia é, então, “todos os fenômenos de mercado com todas as suas raízes, ramificações e consequências” (Ibid., p. 288), ou seja, deve se considerar que o agente humano busca - além de satisfações ditas materiais - satisfações de cunho ideal – ou espiritual - e que estas estão, em condições efetivas, entrelaçadas (Ibid.). E continua dizendo que

“A única afirmativa cabível é a seguinte: o principal interesse da economia é a análise da determinação dos preços em moeda dos bens e serviços intercambiados no mercado⁴⁹. Para cumprir essa tarefa, deve partir de uma teoria abrangente da ação humana. Além disso, deve estudar não apenas os fenômenos de mercado, mas também a hipotética conduta de um homem isolado e de uma comunidade socialista. Finalmente, não deve restringir suas investigações às ações que em linguagem comum são chamadas de “econômicas”, mas deve também considerar ações que numa linguagem imprecisa são chamadas de “não-econômicas” (Ibid., 2010, p. 289).

O método específico, assim como a praxeologia, seria o das construções imaginárias⁵⁰. Estas seriam imagens conceituais “de uma série de eventos

⁴⁹ Na Escola Austríaca os preços e quantidades não são o objeto de análise, mas a interação dos agentes, em um ambiente de conhecimento imperfeito, gerando as ditas forças de mercado que agem modificando preços, tecnologias e alocação de recursos. Em condições assim, é a existência de uma ordem espontânea, surgindo, assim, os preços e a competição a partir da coordenação dos planos dos agentes ao longo do tempo (ABREU, 2014, p. 89).

⁵⁰ “todo mundo, inclusive o leigo, ao lidar com os problemas de determinação de renda, recorre sempre a essa construção imaginária. Os economistas não a inventaram; apenas extraíram-na das

resultantes, como consequência lógica, dos elementos de ação empregados na sua formação” (Ibid., p. 291). Quando confrontadas com a realidade, deve-se questionar se estas descrevem adequadamente os dados empíricos, se “são idênticas às condições das ações que queremos conceber” (Op. Cit., p. 292).

“Somente num estágio posterior, depois de ter exaurido tudo o que pode ser apreendido pelo estudo dessa construção imaginária, a ciência econômica passa a examinar os vários problemas provocados pela interferência do governo e de outras organizações que empregam coerção e compulsão no mercado” (Ibid., p. 293).

Exemplos destas seriam a análise de um indivíduo isolado, uma economia socialista sem relações comerciais com o exterior (sendo ambas denominadas por Mises de Economia Autística), a economia uniformemente circular e a economia estacionária.

A análise de uma economia uniformemente circular, por exemplo, se daria, então, confrontando essas situações fictícias com os dados sujeitos a movimentos desiguais e irregularmente variáveis, elucidando o que ocorre em “nosso universo cambiante”, fazendo os economistas saírem de uma preocupação com as condições “estáticas” para um estudo da dinâmica. Isto ao introduzir um fator isolado que provoque mudanças, considerando tudo o mais permanecendo constante (Ibid., p. 304).

A análise cataláctica deve, assim, ser feita por meio de suas categorias, que sejam corporificações de funções distintas presentes no funcionamento do mercado. Enquanto que, em outros campos do conhecimento, estes termos se referem a tipos ideais, na cataláctica são funções integradas. Mises explica melhor isto usando de exemplo o termo empresário, sendo este uma função uma característica em todas as pessoas executando todas as ações, é o “agente homem visto exclusivamente do ângulo da incerteza inerente a qualquer ação” (Ibid., p. 309). Em oposição à ideia de que os empresários seriam aqueles

“ansiosos por lucrar com o ajustamento da produção às prováveis mudanças de situação, aqueles que têm mais iniciativa, maior espírito de aventura, maior rapidez de percepção que a maioria das pessoas, enfim

deficiências próprias a uma noção popular” (MISES, Op. Cit., p. 311) (O trecho refere-se à nota de rodapé nº 17 da página citada).

todos os pioneiros dinâmicos que promovem o progresso econômico” (Ibid., p. 311).

Que para Mises seria uma concepção bem mais estreita e que para tal deveria ser o usado o termo “promotor” (Ibid.).

O que ele tenta mostrar, desta análise toda sobre a ciência econômica, é como muitos economistas não usam essas ideias apenas com a função ferramental, que seria a ideal, mas tentam de fato fazer com que esses modelos condicionem a sociedade viva, sendo que só existem como expedientes do pensamento (Ibid., p. 313).

3.3.3 A Teoria da Moeda e do Crédito

Segundo Rothbard, em seu trabalho O Essencial von Mises [The Essential von Mises, de 1973], desde o tempo dos economistas clássicos a análise da moeda era feita de modo separado do restante da análise econômica. E isto poderia ser notado na divisão entre micro e macroeconomia. A primeira tem como referência as ações de produtores e consumidores e a segunda a agregados econômicos (por exemplo: nível de preços, produto nacional, gasto público) (ROTHBARD, Op. Cit., p. 19).

Mises teria então, segundo ele, buscado eliminar esta dissociação, fundamentando a economia na relação da moeda e de seu poder de compra - não denominando como nível de preços -, aplicando a teoria da utilidade marginal à oferta e à demanda da própria moeda – rejeitando, assim, as concepções de Fisher⁵¹ de velocidade de circulação e equações de troca. Em resumo, a demanda por dinheiro se daria no sentido de se conservar um saldo para ser gasto em algum momento, em algum bem ou serviço considerado útil, e a utilidade marginal da unidade monetária determinaria a demanda desse saldo. Esta relação determinaria o “preço” da moeda (Ibid., p. 20).

Um passo além em sua análise seria de que um aumento da oferta de moeda não simplesmente eleva o nível de preços. Mas, a partir da destinação da nova

⁵¹ Irving Fisher (1867 - 1947), economista norte-americano. Inventor dos índices econômicos e um dos pioneiros em econometria.

oferta de moeda, acarretaria um aumento da renda dos produtores dos mercados escolhidos, em seguida no preço dos bens e serviços desses mercados até ir se espalhando por toda a economia. O resultado final não é apenas a subida de preços, mas uma permanente alteração nas rendas relativas em favor daqueles que primeiro receberam a nova quantidade de moeda – na prática seria primeiramente o governo, que escolheria arbitrariamente as indústrias que receberiam essa benesse e na outra ponta do sistema estariam os desprovidos de poder político. Daí vem à ideia da inflação⁵² como tributação - para esses últimos - e redistribuição de riqueza pela via inflacionária (Ibid., p. 21).

Na lógica de Mises decorre-se, então, que em caso de ausência de controle governamental da oferta de moeda nacional (papel dos Bancos Centrais), os bancos privados seriam induzidos a buscar manter moedas fortes, ou seja, que mantivessem o seu poder de compra (Ibid., p. 23).

A ideia de utilidade em Mises também se transforma em uma escala ordinal subjetiva, não sendo passível de cálculo diferencial ou quantificação, como afirmado por Jevons, Walras e seus discípulos. Uma das consequências desta ideia é a eliminação de políticas igualitárias do Estado, como as que visam somar benefícios sociais e custos sociais (Ibid., p. 24).

3.3.4 Ciclo Econômico

Mises teria sido, segundo Rothbard, o primeiro a explicar de maneira correta a questão dos ciclos econômicos. Isto porque, anteriormente, os economistas teriam falhado em explicá-los por não integrarem a explicação destes em relação a uma análise geral do sistema econômico, que incluísse a teoria “micro” dos preços e da produção. Esta dificuldade teria sua origem na visão de equilíbrio econômico, que dificultava o entendimento de momentos alternados de prosperidade e depressão. Para Mises essa alternância não se fazia devido a uma característica intrínseca da economia de mercado, devendo ser buscada sua explicação em fatores externos (Ibid., p. 25).

⁵² Para Mises o significado de inflação é a expansão monetária, não o aumento de preços consequente.

Ele fez sua explicação em cima de três pilares: 1) a ideia de David Ricardo⁵³ sobre como o governo e o sistema bancário expandem usualmente a moeda e o crédito; 2) a análise de Böhm-Bawerk sobre o capital e a estrutura de produção; e 3) a ideia de Wicksell⁵⁴ das consequências da diferença entre a “taxa natural” de juros e a taxa efetiva no sistema produtivo e nos preços (Ibid., p. 25).

Partindo da construção imaginária da teoria da economia uniformemente circular, tem-se uma taxa de juro uniforme, a que Mises chama de taxa de juro originário⁵⁵, sendo este o único de todo o sistema, inclusive para empréstimos, sendo uma taxa de juros neutros. Nestas condições a moeda é neutra, mas deve se considerar, caso ela não o seja, as implicações seriam de que ela teria o poder de provocar mudanças duradouras no juro originário e no juro neutro; e como a interação dos fatores de mercado reajusta ao juro originário⁵⁶ (MISES, Op. Cit., p. 617-618).

O ciclo se daria então da seguinte forma: à medida que os bancos, incentivados pelo governo e pelo banco central, expandem a oferta monetária forçam a taxa de juros para baixo da “taxa natural” - a inflação miseniana. Nesta condição, os investidores são sempre incentivados a buscar mais dinheiro para a

⁵³ David Ricardo (1772 – 1823) foi um economista político clássico britânico. Um dos mais importantes economistas de todos os tempos. Sobre o tema em questão defendia uma limitação da emissão monetária como forma de se combater a inflação.

⁵⁴ Knut Wicksell (1851 - 1926), economista sueco. Desenvolveu a ideia de “taxa natural” para explicar o equilíbrio da taxa de juros a longo prazo.

⁵⁵ “Juro originário é a relação entre o valor atribuído à satisfação de uma necessidade no futuro imediato e o valor atribuído à sua satisfação em períodos mais distantes no tempo. Manifesta-se na economia de mercado pelo menor valor dos bens futuros em relação aos bens presentes. É uma relação entre preços da mesma mercadoria, e não um preço em si mesmo. Prevalece uma tendência de equalização dessa relação, para todas as mercadorias. Na construção imaginária da economia uniformemente circular, a taxa de juro originário é a mesma para todas as mercadorias” (MISES, Op. Cit., p. 605).

⁵⁶ “A essência da teoria monetária consiste na percepção de que as mudanças na relação monetária provocadas por variações dos encaixes não afetam os vários preços salários e taxas de juros, nem ao mesmo tempo, nem na mesma proporção. Se não houvesse essa desigualdade, a moeda seria neutra; as mudanças na relação monetária não afetariam a estrutura dos negócios, o tamanho e a orientação dos vários setores da indústria, o consumo, a riqueza e a renda dos vários estratos da população. Se fosse assim, a taxa bruta de juro do mercado também não seria afetada – nem transitória nem definitivamente – pelas mudanças no âmbito da moeda e do crédito circulante. *O fato de que a taxa de juro originário seja afetada por essas mudanças decorre das repercussões desiguais que as mesmas provocam na riqueza e na renda dos vários indivíduos. O fato de que, independentemente das variações na taxa de juro originário, a taxa bruta de mercado seja temporariamente afetada é, em si mesmo, uma manifestação dessa desigualdade.* Se a quantidade adicional de moeda entra no sistema econômico, de maneira a só atingir o mercado de crédito após já ter provocado um aumento nos preços das mercadorias e dos salários, esses efeitos imediatos e temporários sobre a taxa bruta de mercado, se existirem, serão muito pequenos. A taxa bruta de juro do mercado é tão mais violentamente afetada quanto mais cedo a injeção da quantidade adicional de moeda ou de meios fiduciários atingirem o mercado de crédito. (Ibid., p. 635-636, grifos do autor).

expansão da estrutura produtiva⁵⁷, principalmente aplicando capital em projetos de longo prazo – produção de bens de ordem superior - devido à variação na taxa de preferência temporal. Isto diminui o desemprego e força os salários para cima, mas os assalariados em geral não mudam suas taxas de preferências temporais, ou seja, não guardam o acréscimo de renda – e não necessariamente traduzido em aumento do consumo porque há um aumento nos preços -, não os possibilitando adquirir os tais bens de ordem superior que foram pensados – ao menos não na demanda projetada. A recessão - ou depressão -, neste caso, é um reajuste inevitável do sistema de produção, uma liquidação dos investimentos irrealizáveis (ROTHBARD, Op. Cit., p. 26). Mas isto não faz o mercado ter as mesmas tendências de antes da expansão creditícia, pois, por exemplo, nem todos os novos bens de capital são desperdícios de investimentos ruins, as mudanças de riquezas e rendas de indivíduos e grupos são determinadas por particularidades de cada processo inflacionário, como, por exemplo, a tecnologia pode ter evoluído, a demanda relativa de bens se alterado (MISES, Op. Cit., p. 643).

4. Friedrich von Hayek e suas influências

4.1 Friedrich Von Wieser

Friedrich Von Wieser que foi o mestre de fato de Hayek. Formado em sociologia e direito, passou a ter interesse em economia em seu último ano de formação quando teve contato com o livro *Grundsätze* de Carl Menger. Uma diferença de seu pensamento para com outros, assim chamados, austríacos, é a de rejeitar o liberalismo clássico, por considerar o sistema legal como um empecilho à liberdade⁵⁸. Visão que, como veremos, é totalmente contrária de seu mais célebre

⁵⁷ “Ao se iniciar a expansão creditícia, já estão em operação todos os processos de produção que são considerados rentáveis, nas condições vigentes no mercado. O sistema caminha para um estado no qual todos os que quisessem ganhar salário encontrariam emprego e todos os fatores de produção não conversíveis seriam empregados na medida em que a demanda dos consumidores e a quantidade disponível de fatores materiais não específicos e de mão de obra permitissem. A produção só pode continuar a se expandir se a quantidade de bens de capital for aumentada por uma poupança adicional, isto é, por um excedente da produção sobre o consumo. O traço característico da alta provocada pela expansão do crédito consiste no fato de que esses bens de capital adicionais ainda não estão disponíveis. Os bens de capital necessários à expansão das atividades empresariais terão de ser retirados de outras linhas de produção” (Ibid., p. 637).

⁵⁸ Segundo Hayek ele tinha uma simpatia pelo socialismo fabiano (HAYEK, 1983b, p. 50).

aluno. Apesar disso, sua importância para Hayek pode ser observada na passagem a seguir:

“Uma teoria sobre o valor dificilmente poderá ser qualificada como completa – e por certo, jamais será convincente – quando não se esclarecer explicitamente qual é o papel que desempenham os custos de produção na determinação do valor relativo de mercadorias diferentes. No início de sua exposição, Menger mostra que tem consciência do problema. Promete tratar dele mais adiante. Entretanto, a promessa não é cumprida. Coube a Wieser a tarefa de desenvolver o que mais tarde se tornou conhecido como o princípio dos “opportunity Kosten” ou como a “lei de Wieser”. Essa lei diz o seguinte: quando em qualquer tipo de produção os fatores desta entram em composição diversa, a alteração limita a quantidade disponível de mercadoria, a ponto de o valor do produto não cair abaixo do valor total dos fatores participantes da produção, nessa utilização diversa” (HAYEK, 1983a, p. 219).

Antes de entrarmos na exposição da obra de Hayek, vamos ver um pouco da teoria do valor de Wieser, que parece ser tão importante a ele. Wieser escreveu dois livros sobre o tema: *Der natürliche Werth*, em 1888 (Valor Natural, em tradução livre) – onde ele expõe sua teoria do valor – e *Theorie der gesellschaftlichen Wirtschaft*, em 1914 (Teoria da Economia Social, em tradução livre) - tentando aplicar a teoria à realidade. Sendo este segundo livro, a seu ver, uma evolução ao tratar do circuito do fenômeno econômico social, do Estado e mundial. Em que pessoas poderosas, tentando organizar a economia a partir de seus interesses pessoais, em detrimento do interesse geral, podem estar em harmonia, ou em oposição, a um funcionamento ótimo das relações econômicas das maneiras citadas (WIESER, 1927, p. xvii).

No primeiro, ele teve o propósito de definir Valor Natural como àquele que aparece devido à relação social entre uma quantidade de bens e sua utilidade (Idem, 1893, p. 60). Seu ponto de partida é o fato de Adam Smith ter desenvolvido duas teorias do valor: uma filosófica (do trabalho como origem do valor) e a outra empírica (em que considera, também, os juros do capital e a renda da terra). David Ricardo teria, então, tentado mostrar que essas duas teorias de Smith não seriam contraditórias, colocando que o aluguel não determinaria o valor, mas o contrário e, sobre os juros, coloca que variam na mesma proporção que o trabalho, mantendo a medida confiável no longo prazo, sem maiores explicações sobre sua natureza (Ibid., p. xvii-xix). Assim, para ele, os autores de pensamento clássico acabavam chegando a conclusões a partir de premissas idealizadas, que eram então aplicadas

sem modificações em análises sobre a realidade (HINRICHS, 1927, p. xiii). Isto resultou numa necessidade de uma nova teoria do valor, desenvolvida independentemente por diversos estudiosos, mas que, em sua visão, a de Menger seria a mais completa e era a partir dela que ele desenvolveria um novo arcabouço teórico econômico.

Originalmente escrito em seis volumes, a obra, no primeiro volume, começa com o conceito elementar de valor para a Escola Austríaca na época, baseado na Satisfação Marginal, entendida como o último uso de uma relação de oferta e demanda individual. Assim, a somatória de um estoque se daria multiplicando o valor desse último valor pela quantidade do determinado bem (SMART, 1893, p. vii-viii). Outra ideia a se destacar desta parte é a de que o contínuo esforço econômico, barateando as coisas, refletiria a tentativa de trazer o mais perto possível os bens econômicos em “presentes” (“free gifts”) com utilidade sem limites, mas sem valor (Ibid., p. x).

O segundo volume discorre acerca da conexão entre o Valor Natural (ou Valor de Uso) com o valor de troca, ou como ele diz, o valor da vida comum cotidiana. O preço estaria entre o máximo possível que o último comprador pode pagar e o máximo possível que o primeiro excluído da compra poderia pagar, sendo este o preço marginal que, então, é o preço de toda a unidade ofertada de determinado bem (Ibid., p. x). Assim, o valor de troca estaria assentado no valor de uso, só sendo possível uma troca entre valores objetivos iguais se, e somente se, os valores subjetivos em relação ao uso sejam diferentes (Ibid., p. xi).

Passando ao terceiro volume o foco é discutir o valor dos meios de produção, implicando a teoria do valor com as questões de distribuição de renda e de riqueza. Uma produção, para Wieser, só seria possível devido à possibilidade de se notar elementos de sucesso ou fracasso, em outras palavras, observando-se os retornos individuais dos fatores de produção, não sendo este um problema de grandeza física, mas de participação econômica (“*economically responsible*”). Como exemplo dá o de um fazendeiro que ignora as questões históricas e condições naturais de sua propriedade para, assim, focar-se em causas às quais ele tem controle para obter seus fins particulares (Ibid., p. xii-xiii).

Nesta parte ele critica a ideia socialista de que apenas o trabalho gera retorno e também critica a solução proposta por Menger que, segundo ele, esqueceu-se da

questão do elemento comum de uma cooperação, em que a falta de um único elemento pode acarretar uma perda maior do que apenas esse fator isolado. Para Wieser a solução deste problema se daria por uma ideia de Contribuição Produtiva (“Productive Contribution”) em que múltiplas equações de produção seriam organizadas de forma a possibilitar o tratamento referente a cada bem, podendo-se assim observar que, quanto maior a escassez de um fator, maior sua participação no retorno e vice-versa (Ibid., p. xiii-xv). Lembrando que a produtividade física do capital não poderia ser provada diretamente, pois uma máquina não replicaria a si mesma, mas algo alheio a ela (Ibid., p. xvii).

O quarto volume desenvolve então a ideia do valor natural de diversos fatores de produção, tentando entender como podem ser explicados os juros e o porquê de um determinado valor, em capital, não representar uma infinita soma de seus retornos. As explicações se dariam pela produtividade do capital, em que o retorno bruto contém a reprodução do capital mais um lucro. A partir disto, poder-se-ia inferir que o capital nunca pode valer mais que seu retorno bruto, sendo, assim, limitado e finito. E também que um retorno bruto sempre contém um retorno físico (Ibid., p. xvii).

No quinto volume Wieser discute como a teoria clássica do valor, determinado pelo custo de produção, nada mais é do que a forma mais geral e medida da utilidade. Isto porque o valor de produção dos bens deriva de seus produtos, mas bens produzidos não monopolizáveis tem seu preço baseado no menos valioso produzido, ou seja, de seu produto marginal. E uma vez obtido este valor, ele é passado aos fatores de produção. Sendo assim um caso específico da Lei Marginal do valor (Ibid., p. xix). Para Wieser, a única lei do valor é a do querer humano da posse de um bem, sendo o custo transmitido ao valor dos produtos apenas o propósito de existência dos fatores, um valor marginal (Ibid., p. xxi).

Exposta de maneira geral a ideia de Wieser, vejamos como isto pode ter impactado seu mais famoso aluno, Hayek.

A mais óbvia é a ideia que Hayek tinha em seu começo de carreira da justificação científica de uma taxa progressiva de imposto de renda, a partir da análise da utilidade marginal (CALDWELL, 2002, p. 47). Mas, segundo Caldwell, historiador de metodologia econômica na Duke University com especial interesse

nos trabalhos de Hayek, não é tão fácil assim traçar influências diretas de Wieser em Hayek como muitas vezes se pensa (Ibid.).

Por um lado, têm-se influências indiretas, como independentemente da organização econômica dever-se calcular o retorno dos fatores para o controle da produção de forma técnica, mesmo em um regime comunista. Adiantando a questão da econômica administração e valor, que ficaria mais clara com Mises, em seu debate sobre o cálculo econômico, no qual Hayek contribuiu. Ele também, em seu livro *Social Economics* já enfatizava instituições sociais como leis e morais para constranger comportamentos e na importância de se explicar a evolução das instituições, mercado a mercado, em seus detalhes (Ibid., p. 48 e p. 53).

Outras coisas que poderiam se chamar apenas de similaridades estariam na abordagem metodológica, que Hayek descreve como níveis decrescentes de abstração, para as ciências sociais (Ibid., p. 48).

Outra influência de Wieser foi a de dissuadir Hayek da teoria do equilíbrio (Ibid., p. 50). Ele era um crítico de Walras, por considerar que a teoria do valor lidava com coisas além de quantidades que pudessem ser tratadas matematicamente, sendo a matemática útil para explicar certos princípios econômicos apenas, não entender o fenômeno econômico, ideia parecida com a de Menger (Ibid., p. 52).

4.2 Karl Popper

Estes dois grandes intelectuais, Hayek e Popper, se conheceram no começo dos anos 1930 e desenvolveram próxima amizade ao longo dos anos. Apesar de certas diferenças claras em suas ideias, jamais debateram publicamente suas discordâncias (BIRNER, 2014, p. 263). Importava mais a eles terem ideias e opiniões compartilhadas, mesmo com diferentes influências (Ibid., p.264). Como, por exemplo, o destino da civilização ocidental e suas instituições - criticando todas as formas de totalitarismo e coletivismo, acreditando que teriam derivado de metodologias enganosas da ciência social, do historicismo e de uma epistemologia errada: o relativismo, tudo isso consequência de um uso errado da razão (Ibid., p.265).

Para Birner seria errado dizer que houve uma influência de Popper em Hayek, ou mesmo vice-versa. O correto é que ambos têm uma influência em comum: David

Hume. Observando o pensamento deste filósofo escocês do século XVIII podem-se observar semelhanças e diferenças dos programas de pesquisa de Hayek e Popper. Os principais elementos de sua filosofia eram o empirismo, o ceticismo, o conservadorismo e a crítica lógica à indução. Enquanto Popper faz dessa crítica à indução e sua forma de ceticismo – em que observações servem apenas como testes, não para justificar teorias – mantendo resguardada a ideia de que a indução não é nem mesmo psicologicamente necessária; Hayek combina as observações de empirismo de Hume com o conservadorismo (Ibid., p. 272).

Uma boa fonte para se ver as profundas discordâncias no pensamento destes dois intelectuais é a crítica de Popper ao artigo de 1945 de Hayek *Individualism: True or False*, mostrando a preocupação da sociedade que, buscando não ser nem individual e nem social, parecia estar rapidamente deixando de ser uma sociedade de indivíduos livres para se tornar uma de característica totalmente coletivista. Esta seria a consequência, segundo ele, de questões sociais estarem sendo vistas sem princípios fixados, sendo decidida, cada uma, “em seus méritos” - “on its merits”. O problema era que princípios se encontram mesmo quando não reconhecidos explicitamente ou mesmo em vagas ideias do que é ou do que não é feito. Aqui ele defenderia, então, a ideia de um princípio geral norteador, porque tomadas de decisões pontuais, conforme os problemas aparecem, podem levar a um sistema de comandos diretos. O objetivo do texto é explicitar princípios ligados às tradições políticas do Ocidente e do Cristianismo e depois avaliar se ainda podem ser seguidos de maneira prática (HAYEK, 1958, p. 1-2).

Sua discussão começa em apontar qual seria, na visão dele, o verdadeiro individualismo (true individualism), que seria o defendido por John Locke, Mandeville, Hume, Josiah Tucker, Adam Ferguson, Adam Smith, Burke, Tocqueville, Lord Acton – ou seja, aqueles mais ligados à tradição britânica. E, do outro lado, colocaria aquele que descreve como influenciado pelo nacionalismo cartesiano e seria a principal corrente na França e na Europa continental, cujos autores seriam Rousseau e seus influenciados e os fisiocratas. Estes teriam uma forma racionalista do indivíduo e desenvolveriam suas ideias de maneira oposta ao verdadeiro individualismo, como, por exemplo, levarem às ideias socialistas e coletivistas (Ibid., p.4).

Sua descrição do verdadeiro individualismo se dá por duas frentes: 1 – como uma teoria primária da sociedade que tenta entender as forças determinantes à vida social do homem; e 2 – o conjunto de máximas políticas derivadas dessa teoria. E a base dessa teoria primária seria o entendimento do fenômeno social como o entendimento das ações individuais dirigidas a outras pessoas e guiadas por seus comportamentos esperados (Ibid., p. 6).

Nesta abordagem, o passo seguinte da análise buscava os efeitos combinados das ações individuais. A conclusão foi de que muitas das instituições representativas das conquistas humanas funcionariam sem terem tido uma concepção prévia e, indo além, não havia uma mente por de trás de seu funcionamento. Ou seja, a colaboração espontânea de homens livres pode criar coisas maiores do que as mentes individuais são capazes de entender (Ibid., p. 6-7). Esta abordagem vê o homem como um ser muito irracional e passível de erro, esses erros individuais se conectariam no processo social que, então, buscaria uma forma de fazer o melhor desse material tão imperfeito (Ibid., p. 8-9).

O verdadeiro individualismo seria, assim, o único que poderia afirmar a formação espontânea de produtos sociais inteligíveis. Enquanto que, as teorias sobre design prévio, necessariamente levariam à conclusão que os processos sociais podem servir aos fins humanos apenas se pudessem ser submetidos ao controle da razão humana individual – para Hayek, significa levar diretamente ao socialismo. O verdadeiro individualismo acredita no contrário, isto é, caso os homens sejam deixados livres, pode-se obter mais do que a razão humana individual poderia dimensionar ou projetar (Ibid., p. 10-11).

Adam Smith partia exatamente deste ponto para afirmar que o homem deveria ter a menor chance possível de fazer o mal (“do harm”) quando estiver em seu pior. O ideal para ele e seus contemporâneos seria um sistema que garantisse a liberdade de todos, não apenas aos bons e sábios - o desejado pelos franceses na mesma época - encontrar o conjunto de instituições pelas quais o homem, pelas suas próprias escolhas, fosse induzido a um comportamento que contribuísse às necessidades de outros. Descobriram assim, no sistema de propriedade privada, essas induções. Sem descartar a capacidade de melhorias, desde que não ferissem a “harmonia natural de interesses” - “natural harmony of interests” (Ibid., p. 11-13).

O individualismo falso ignora a limitação do conhecimento de um homem, compreendido a uma pequena parte da sociedade, e cujas intenções só levam em consideração nos efeitos imediatos na esfera que ele conhece (Ibid., p. 14).

Já a tradição cristã acredita que um homem deve ser livre para agir seguindo sua consciência em questões morais, se estas forem para buscar um mérito. Os economistas clássicos acrescentaram a isso a ideia de que um homem deve ser livre também para usar totalmente seu conhecimento e habilidades, deixar-se guiar por suas preocupações pelas coisas que sabe e se importa, para, assim, fazer grandes contribuições a propósitos comuns da sociedade, da forma que ele pode fazê-las. Em outras palavras, os economistas entenderam que o mercado, da forma que se desenvolveu, criou uma maneira efetiva de tornar cada homem parte de um processo complexo e extenso, que não poderia compreender e que, através do próprio mercado, poderia contribuir com fins os quais não eram parte de seu propósito (Ibid., p. 14-15).

Neste contexto não há espaço para uma razão singular, acessível a qualquer pessoa em particular como um todo, mas como um processo em que a contribuição dos diferentes indivíduos é testada e corrigida por outros. A ninguém se qualifica um julgamento final das capacidades que outro possuidor pode exercer (Ibid., p. 15).

O ponto que Hayek toca em seguida é sobre só haver a possibilidade de uma noção de todos os homens serem iguais devido ao fato de todos serem diferentes. Ele explica: se todos os homens fossem iguais em dons e inclinações, todos teriam de ser tratados diferentemente para obter qualquer forma de organização social; por serem diferentes, a divisão de funções não é submetida a uma ordem arbitrária, criando as condições de se haver regras formais igualitárias aplicadas da mesma maneira a todos. Assim, conclui, que é totalmente diferente tratar todos igualmente e tentar fazer todos iguais, o primeiro é a condição de uma sociedade livre, enquanto o segundo seria “uma nova forma de servidão” - “a new form of servitude”, citando Tocqueville (Ibid., p. 15-16).

Passando a uma esfera política, o individualismo necessitaria de uma estrita limitação de todo poder coercitivo ou exclusivo. Assim, as organizações ideais seriam aquelas formadas por meio da colaboração espontânea e voluntária dos indivíduos, desde que não se tornem coercitivas e tomem poderes (Ibid., p. 16).

A ideia é que se um homem deve exercer seus dons, isto deve ser resultado de suas atividades e planejamento em sua esfera de responsabilidade determinada. E com regras que operem distinguindo o que é de cada um, de uma forma que fique clara a esfera de responsabilidade. Assim, o papel do governo seria o de fazer os indivíduos observarem as regras e fazê-los levarem-nas em consideração em suas tomadas de decisões, em outras palavras, o indivíduo deve facilmente reconhecer as consequências imediatas da ação em determinadas circunstâncias (Ibid., p. 18).

Hayek coloca então os princípios como meios para prevenir confrontos entre objetivos. Para ele, nossa submissão a princípios gerais seria necessária, pois não poderíamos ser guiados, em nossas ações práticas, por um conhecimento completo e, assim, avaliar todas as consequências. Restar-nos-iam, considerando a vontade de uma liberdade individual, construir regras gerais que delimitassem a esfera de decisão pertencente a cada um (Ibid., p. 19).

O ideal das regras, considerando a ideia desenvolvida acima, seria então servirem como sinais de orientação aos planos dos indivíduos, mantendo-se válidas por longos períodos. Esta ideia é uma crítica ao que ele via acontecer na época, com decisões tomadas visando os efeitos de curto prazo, - "in the long run we are all dead" - que levaria, inevitavelmente, ao realinhamento da ordem a circunstâncias particulares, ao invés de a de situações típicas (Ibid., p. 20).

Um adendo que ele faz no texto é sobre a impossibilidade da manutenção da liberdade individual com uma visão totalmente voltada à justiça distributiva. Isto porque, considerando o indivíduo livre para escolher, o risco de sua decisão está em ser capaz ou não de agradar aos outros, não de acordo com os desejos morais de suas motivações (Ibid., p. 22).

Em uma sociedade complexa – como a capitalista moderna - não haveria, para Hayek, outra escolha: é necessário adaptar-se às forças do processo social e obedecer às ordens de um superior. A uma primeira observação isto pode ser visto como totalmente compulsório, mas, prosseguindo em seu raciocínio, ele afirma que a dura disciplina do mercado ainda deixaria em aberto algumas escolhas. Esta seria a vantagem em contraposição a um direcionismo projetado por um cérebro humano, que, por sua vez, não deixaria escolha alguma aos indivíduos. E termina este raciocínio deixando um alerta: não é difícil destruir as formações espontâneas que formam as bases indispensáveis de uma civilização livre, mas a reconstrução desta

civilização pode estar além de nossas capacidades se estas bases forem destruídas (Ibid., p. 24-25).

Hayek aproveita o raciocínio para falar também do que ele chama de falso individualismo alemão: individualismo radical que não aceita tradições e convenções, em suma, nada que não possa ser conscientemente planejado e racionalmente demonstrado. Ele contextualiza essa ideia ao observar a Alemanha como um local de tradições locais, cuja vontade de unificação rejeitou tudo o que era espontâneo e substituiu por criações artificiais – Hayek cita o historiador Verneil, que chama de “desperate search for a tradition which they did not possess”. A partir disso, para Hayek, era relativamente óbvio o desenvolvimento de um estado totalitário forçando ideais na população, justamente o que ela sentia que lhe faltava (Ibid., p. 26-27).

Sobre a igualdade, ele reafirma a condição de igualdade legal – regras igualmente aplicáveis a todos – e não a uma condição que limite os ganhos de alguém em prol de uma gratificação de um senso de justiça ou de inveja (Ibid., p. 30).

A atitude do verdadeiro individualismo seria, então, a de humildade perante aos processos que a humanidade desenvolveu sem um projeto prévio ou, nem mesmo, chegou a compreender individualmente, mas que garante a operacionalização da grande sociedade hoje (Ibid., p. 32).

Mas, para Popper, diferentemente do que Hayek apresenta neste artigo, a utilização da racionalidade seria como uma aceitação provisória de hipóteses que permaneceriam válidas mesmo após críticas (BIRNER, Op. Cit., p. 265). Apesar de endossar que a ideia do fenômeno social como resultado intencional de objetivos e ações é insustentável, porque ações individuais, quase sempre, têm efeitos não intencionais (Ibid., p. 268).

Para Popper - segundo Kerstenetzky (2004, p. 454) - seria legítimo um governo democrático atuante no aperfeiçoamento da vida social, devido, justamente, ao problema do conhecimento limitado⁵⁹, a ignorância recomendaria a intervenção. Para a autora, enquanto Hayek parte “da premissa da ignorância como a condição

⁵⁹ E o intervencionismo econômico seria, então, justificável se ampliasse as liberdades substantivas na sociedade (KERSTENETZKY, 2004, p. 456).

de conhecimento dos atores”⁶⁰, enquanto que em Popper a ideia de ignorância emerge da defesa do racionalismo crítico⁶¹ (Ibid., p. 456).

Desta forma, a consequência do pensamento de Popper é de que

“a relação entre conhecimento limitado e desígnio desenrola-se no terreno das possibilidades (e não de necessidades pré-determinadas), da política, portanto. Pois mesmo não estando disponível uma técnica política – um conjunto de instruções articuláveis para se atingir propósitos abrangentes no mundo social – é possível substituí-la por uma tecnologia social, derivada de exercício de imaginação crítica; e mesmo não sendo previamente conhecido o propósito comum que uma sociedade deve perseguir, a deliberação democrática sobre fins a realizar sempre é possível, e mesmo necessária. Por conta, portanto, da ignorância de meios e fins, a política, longe de ser uma dimensão superficial da vida social enquanto tal, torna-se o terreno crucial” (Ibid., p. 460).

O papel da tradição, no pensamento de Popper, teria, em seu esquema, a função de permitir a ação racional, em um mundo em que seja possível assumir certo grau de previsibilidade, a partir de um sistema de referências, podendo, serem analisadas e criticadas, devido a sua natureza artificial (Ibid., p. 461). Ou seja, em Popper, diferentemente de Hayek, a evolução social não é cega, mas se dá devido a habilidade dos organismos de criar “circunstâncias que tendem a corroborar as soluções que eles encontram em sua busca por um mundo melhor” (Ibid., p. 462). Assim, há mais liberdade no “jogo razão-tradição”, podendo operar a criatividade e a construção de ambiente, não sendo, pois, a tradição, um absoluto⁶² (Ibid., p. 463).

⁶⁰ Para ela, Hayek chega a uma ambiguidade em suas conclusões político-normativas, causada devido a esta premissa epistêmica: “De um lado a ignorância interditária aos atores sociais a possibilidade de reformar o mundo segundo suas vontades; de outro, essa mesma ignorância não incapacitaria Hayek de singularizar a ordem de mercado como a ideal e advogar intervenções reparadoras de desvios a ela, no que foi apelidado por Michael Oakeshott* de “intervencionismo não-intervencionista””(Idem).

*Michael Oakeshott (1901 – 1990) foi um inglês, filósofo e teórico político, declaradamente conservador. Procurou demonstrar a importância da tradição e era cético em relação ao racionalismo e a ideologias.

⁶¹ “Ao invés de propugnar a ignorância como uma irremediável carência de espírito que obrigaria os atores a seguir regras e normas vigentes de modo acrítico, a ideia popperiana de ignorância aparece fortemente associada à faculdade humana de invenção: aquilo que não se pode descobrir há que se inventar” (Idem).

A crítica de Popper é, então, focada no “racionalismo ilimitado que é logicamente deficiente, não aquele que reconhece suas limitações, sua origem em preferências, sua dependência de pressupostos”, fazendo então de seu ‘racionalismo crítico’ um método “de avaliação e aquisição de conhecimento, sempre falível. A rejeição ao racionalismo compreensivo não implicaria rejeição ao racionalismo *tout court*” (Ibid., p. 461).

⁶² “A aposta de Popper parece ser, pois, que não apenas muito do mundo social é um resultado extravagante de ações intencionais (como queria Ferguson, como insiste Hayek), mas também que a limitação de conhecimento a que estamos submetidos nos deixa como única alternativa a estratégia cognitiva de segunda mão, peculiar a ignorantes racionais, de aprender com os erros e, sobretudo, *inventar o que não pode ser descoberto*, eventualmente aumentando a chance de sermos

“Na visão de Popper, portanto, a intervenção gradual é não apenas essencial para abrir o horizonte de conhecimento dos atores sociais, como a sonda de que dispõem os ignorantes racionais, mas também aparece bem fundamentada cognitivamente. De fato, enquanto sonda, as reformas criam a oportunidade epistêmica para mais reformas, dando origem a um ciclo benigno intervenção-conhecimento-intervenção, em que instituições uma vez formadas ou criadas alargariam o horizonte de situações lógicas e repercussões não antecipadas associadas, desvendando novas oportunidades para reformas institucionais” (Ibid., p. 466).

Popper também chama a atenção para o que ele denominou de ‘*paradox of freedom*’, isto é, que uma liberdade econômica em demasia levaria a um estado de opressão do rico sobre o pobre – o do forte sobre o fraco poderia ser evitado pelo Estado de Direito – sendo a intervenção democrática a forma de combater este paradoxo (Ibid., p.469).

Um exemplo de uma possível influência de Hayek em Popper seria a ideia de nós, como indivíduos subjetivos, adquirirmos conhecimento do mundo através da reclassificação de nossos sentidos em definições tautológicas, construindo uma imagem estrutural do mundo. E cada unidade individual dotada de um cérebro ter conhecimento limitado de seu ambiente próximo, ou seja, Hayek projeta a sociedade assim como interpreta a rede de funções neurais (BIRNER, Op. Cit., p. 277).

Bruce Caldwell em seu artigo de 2006 “*Popper and Hayek: Who Influenced Whom?*” argumenta que, na verdade, a única influência real entre eles foi a de linguagem, ou melhor, de termos (p. 113). Hayek não teria citado Popper em uma quantidade relevante de vezes para justificar esse tipo de afirmação e Popper, em seu *The Poverty of Historicism* faz um tipo de resposta velada a Hayek, ao mesmo tempo em que reconhece similaridades de pensamento – ou seja, que aquilo que eles tinham em comum eram fruto de período anterior ao de se conhecerem – e apontar onde eles diferiam (CALDWELL, 2006, p. 116).

Como por exemplo, para Popper,

“piecemeal social engineering is simply the application of the scientific method, conceived by Popper as a non-dogmatic method of trial and error, to realm of social policy. The method is non-dogmatic in that it does not rule out a priori any sort of social arrangement, but also in that it requires decision makers always to be ready to learn from experience and to be prepared to adapt their reforms in the face of contrary evidence” (Ibid., p. 116-117).

bem sucedidos nas mudanças que venhamos a propor ou nas tentativas de solucionar problemas” (Ibid., p. 463 – 464, grifos do autor).

Além disso, existem influências em Hayek que parecem ser muito mais claras em seu pensamento: o seminário de teoria evolucionária que organizou em 1952; os trabalhos com cibernética de Norbert Wiener; de teoria dos sistemas de Ludwig von Bertalanffy; a teoria de autômatos de John von Neumann; os estudos de fenômenos simples e complexos de Warren Weaver; e a teoria da comunicação (Ibid, p. 118).

É a partir destas influências que Hayek desenvolve sua ideia de que a economia era totalmente científica, mas, por ser mais complexa que outras como a física, a metodologia deveria ser de fazer padrões de predição, que seria o máximo a ser feito em estudos de sistemas complexos, limitando o que planejadores sociais, entre outros construtivistas racionalistas, poderiam fazer. Deve-se destacar aqui que, de fato, Popper influencia Hayek na questão de que uma teoria, para ser científica, deve ser falseável, mas Hayek dá ênfase na ideia de que, por ser a ciência econômica complexa, ela é menos passível de falseabilidade (Ibid., p. 119).

O trabalho de Hayek em que realmente parece ter uma influência muito grande Popper é o *'The Fatal Conceit'* de 1988. Mas é um trabalho em que até hoje debate-se a real participação de seu editor, William Bartley, devido ao estado de saúde dos anos finais de Hayek⁶³ (Ibid., p. 120).

Para Caldwell o aspecto mais relevante desta interação intelectual é, pela parte de Hayek, ver uma moderna base filosófica das perspectivas dos economistas austríacos, da economia como uma ciência completa com fenômenos complexos. E, da parte de Popper, ele pôde desenvolver uma crítica ao historicismo a partir de Hayek, ao ter acesso a uma bibliografia sobre as ciências sociais aos quais ainda não tinha tido contato (Ibid., p. 121).

4.3 Hayek e sua obra

Diferentemente de Mises, Hayek jamais desenvolveu a sua *Ação Humana*, ou seja, jamais fez um compêndio explicando seu modelo teórico de análise. O mais próximo disso teria sido a obra em três volumes *Law, Legislation and Liberty*, lançada entre 1973 e 1979, em que o foco é mais explicitar as diferentes visões de sociedade, como se pensou em organizá-la ao longo do tempo e que como sempre

⁶³ Devido a esta polêmica optou-se por não incluir material deste livro neste trabalho.

essas tentativas estão fadadas a diminuir a liberdade do indivíduo. Mas é mais uma obra de filosofia política do que de metodologia de análise econômica.

Assim sendo, aqui será feita uma breve tentativa de sistematização de seu pensamento a partir de uma interpretação do que ele revela de maneira dispersa em sua obra. Deve-se destacar que seu trabalho atravessou décadas e com o tempo foi se aprimorando muitos argumentos que já estavam presente em sua grande obra, *O Caminho da Servidão* [*Road to Serfdom*, originalmente publicada em 1943], porém inseridos de maneira opinativa em uma disputa política, e que, posteriormente, foram ganhando contornos teóricos, ou seja, pode-se dizer que ele primeiro mostrou ao mundo suas conclusões para, depois, ir revelando, aos poucos, o que estava por trás de seu pensamento.

Um de seus empenhos foi em fazer uma distinção entre, o que ele entendia como duas formas de individualismo (verdadeiro ou falso), dada as possibilidades da razão e do conhecimento humanos buscando uma forma de se planejar a sociedade. Observa a sociedade de mercado como uma ordem descentralizada e heterogênea, características estas fora do alcance imediato da razão e do planejamento central. Duvida da ideia neoclássica de ser possível existir um ponto ótimo para a ordem do mercado, por desenvolver a ideia de que os agentes econômicos se guiarão pela sinalização dos preços. E apenas uma sociedade, orientada a partir da concatenação de atividades dispersas através de um processo impessoal do mercado, com suas regras de conduta moral, derivadas do processo, pode sustentar uma sociedade extensiva e complexa, tal como ele observava ser no século XX (MARIUTTI, 2015, p. 54 - 55).

Assim como foi feito em Mises, serão apresentadas a seguir suas ideias principais, de maneira temática, na ordem em que entendi ser a melhor para expor e entender seu pensamento, do mais abstrato e geral para o mais prático e específico.

4.3.1 Os Fatos das Ciências Sociais

Em seu artigo *The Facts of the Social Sciences*, publicado originalmente em 1943, Hayek define ciências sociais como o estudo dos padrões de relacionamento construído pelos homens. Nelas as coisas são o que as pessoas pensam que são. Os objetos da atividade humana, para as ciências sociais, não deveriam ser

classificados de acordo com que os observadores sabem, mas de acordo com o que as pessoas observadas sabem (HAYEK, 1948, p. 60). Assim, o entendimento de um comportamento, estranho ao que comumente se vive, só é possível por meio de analogia, conseqüentemente, quando esta não é possível, não se pode entender (Ibid., p. 66-67).

A confusão que ocorre nas ciências sociais se dá porque estas, ao tentarem explicar o comportamento individual e elaborarem a classificação a ser utilizada, não fazem e nem servem a tal explicação. Estas deveriam apenas classificar os tipos de comportamento individual que podemos entender e, depois, fazer um arranjo ordenado do material a ser utilizado. Os economistas - e provavelmente outros cientistas sociais - são um pouco envergonhados em admitir que parte de seu trabalho é “apenas” um tipo de lógica. Como exemplo, Hayek fala da economia, que deveria partir da classificação das ações, cujas escolhas são, necessariamente, feitas devido à escassez de recursos disponíveis para os fins e, assim, efetuar as divisões de situações possíveis, em que não há terceiras alternativas (Ibid., p. 67-68).

Não se deveriam estudar os fatos históricos “dados” e depois tentar generalizá-los, mas sim usar uma teoria em que selecionemos do conhecimento que temos de determinado período, suas conexões e assim formar uma parte do mesmo fato histórico. Não usar uma teoria que selecione, previamente, o que é parte e o que não é parte de seu escopo, tentando formar totalidades, em cujos esquemas estruturais o historiador deve encaixar de forma significativa os elementos encontrados⁶⁴ (Ibid., p. 71-72).

4.3.2 Economia e Conhecimento

Em *Economics and Knowledge* (originalmente de 1936) Hayek vai tentar argumentar como a visão tautológica do equilíbrio de mercado só é capaz de dizer algo sobre causas no mundo real na medida em que é possível preencher suas proposições formais com afirmações definitivas sobre como o conhecimento é adquirido e comunicado. E que o elemento empírico na teoria econômica consiste de proposições sobre a aquisição do conhecimento (Ibid., p. 33).

⁶⁴ O contrário da ideia de Mises em relação à história econômica, como mostrado na página 22.

O problema que ele observava era que a ciência econômica, mesmo cada vez mais formalizada, não tinha ido longe o suficiente, em seu desenvolvimento, que justificasse um isolamento completo deste ramo, a partir de uma lógica própria. Por isso deveria resgatar a investigação de processo geral, fazendo da matemática uma ferramenta no desenvolvimento desta, não um fim em si mesmo (Ibid., p. 35).

Argumenta que a questão do equilíbrio tem um significado claro na análise de ações de um indivíduo e o que isso significa, mas por isso mesmo carecia de algum significado. As relações de equilíbrio, no caso, se comprometeriam apenas às ações durante o período em que as antecipações se provassem corretas e, considerando que as ações de alguém devem necessariamente ocorrer sucessivamente no tempo, a passagem de tempo seria essencial a dar ao conceito de equilíbrio algum significado, ao invés de tomar o equilíbrio como atemporal (HAYEK, 1948, p. 36-37).

Entrando no debate sobre a informação, Hayek começa a dissecar a questão dos dados (*datum*). Destaca que isso abarca duas faces: tanto os fatos reais objetivos observados pelos economistas, quanto o senso subjetivo das coisas que justificam determinados padrões de comportamento. E se faz, então, necessário tentar explicar estas duas faces do problema, ainda mais porque tentam fazer com que o conjunto de dados subjetivos corresponda ao objetivo, uma decisão que causa diversos problemas de análise, mas do qual não se tem nenhuma justificativa embasada para assim se proceder (Ibid., p. 39).

Desse modo, em uma situação hipotética de equilíbrio perfeito, poderia se dizer que os planos das diferentes pessoas são mutuamente compatíveis e, conseqüentemente, o esquema de eventos diversos concebidos possibilitaria a todos executar seus planos sem desapontamentos. Caso contrário, não seria um equilíbrio e a realidade apresentaria distorções “endógenas” inevitáveis (Ibid., p. 40).

O único sentido de se falar em um equilíbrio é, desta forma, quando circunscrito em um espaço de tempo em que todos os planos individuais de ações são mutuamente compatíveis. E tenderia a permanecer assim, enquanto os dados externos correspondessem às expectativas de todos os membros da sociedade. Um caso assim não dependeria dos objetivos constantes – em um sentido absoluto – e nem de um processo estacionário, sendo aplicável a uma sociedade progressiva e às relações intertemporais de preço (Ibid., p. 41).

Em uma situação destas, uma previsão correta não seria, então, uma precondição a existir para se alcançar o equilíbrio, mas sim sua característica definidora. E, a previsão em si, não precisaria ser indefinida e nem todos necessitariam prever tudo corretamente. O equilíbrio continuaria enquanto as antecipações se provassem corretas nos pontos relevantes para os indivíduos tomarem decisões. Os distúrbios seriam externos aos dados econômicos (Ibid., p. 42-43).

A teoria econômica só poderia se tornar empírica e deixar de ser uma ciência puramente lógica caso a suposta existência de uma tendência ao equilíbrio ficasse demonstrada. Mas, na época, ainda estavam obscuras as condições em que esta suposição existiria e a natureza de como se daria a mudança de conhecimento do indivíduo (Ibid., p. 44-45).

Sintetizando a crítica de Hayek: um mercado perfeito, para satisfazer os pressupostos de um mercado em equilíbrio perfeito, não deveria estar confinado aos mercados específicos de todas as commodities individuais, mas a todo o sistema econômico, e deveria ser assumido como um mercado perfeito, em que todos soubessem de tudo (Ibid., p. 45).

Sua análise, apesar de se basear na ideia praxeológica desenvolvida por Mises⁶⁵, que ele chamava de Pure Logic of Choices (Escolhas de Lógica Pura, em tradução livre), continha diferenças significativas em duas bases desse pensamento. Primeiramente, enquanto a praxeologia miseniana considera apenas os fatos sabidos comuns a toda a humanidade, desconsiderando as condições particulares em que as ações seriam tomadas, Hayek relaciona o processo individual com o mundo exterior, na medida em que este era conhecido e como as conexões causais gerariam conhecimento. E, em segundo lugar, saber selecionar, dentro de uma variedade quase infinita de situações lógicas possíveis, as que de fato a praxeologia

⁶⁵ Lógica da ação: “avaliação da ciência econômica como uma ciência a priori, uma ciência cujas proposições podem receber uma rigorosa justificativa lógica, que distingue os austríacos, ou mais precisamente, os misenianos, de todas as outras escolas de economia atuais. Todas as outras concebem a ciência econômica como uma ciência empírica, como uma ciência como a física, que desenvolve hipóteses que requerem testes empíricos constantes. E elas consideram dogmática e não científica a ideia de Mises de que os teoremas econômicos - como a lei da utilidade marginal, ou a lei dos rendimentos, ou a teoria da preferência temporal dos juros e a teoria austríaca dos ciclos econômicos - possam ser definitivamente provados, de maneira que pode ser claramente demonstrado que negar suas validades é completamente contraditório” (HOPPE, Op. Cit., p. 10).

miseniana permite, as tidas como ideais e especialmente relevantes ao mundo real (Ibid., p. 47).

O problema da divisão do conhecimento seria, então, o quanto de conhecimento os diferentes indivíduos deveriam possuir para serem capazes de falar sobre equilíbrio. Como, a partir da interação entre pessoas - em que cada uma sabe apenas dados da realidade mais imediatos e pertinentes -, emerge uma situação em que os preços correspondam aos custos. Questiona-se, deste modo, como, em um sistema planejado, alguém poderia possuir o conhecimento combinado de todos esses indivíduos. O problema da teoria econômica, que fundamenta o planejamento social, seria fugir da discussão sobre como os indivíduos passam a ter o conhecimento, assumindo que todos sabem tudo, sem resolver o problema (Ibid., p. 50-51).

A questão central das ciências sociais, que em sua época defendiam vigorosamente a centralização e o planejamento, deveria ser justamente buscar como combinar de fragmentos do conhecimento sem recorrer uma mente diretora central, condição que pessoa ou instituição alguma seria capaz de ser (Ibid., p. 54).

Muita da culpa daquele estado de coisas se deveria aos economistas mais antigos, que misturaram muitas proposições *a priori* e empíricas e que, posteriormente, seriam tomadas como verdades, levando à impossibilidade de validação de algumas declarações.

4.3.3 O Uso do Conhecimento na Sociedade

Prosseguindo a análise buscam-se os elementos em seu artigo laureado pelo prêmio Nobel *The Use of Knowledge in Society* de 1945. Nele o autor buscará os problemas de se tentar construir uma ordem econômica racional, partindo-se dos pressupostos de que seja possível ter a posse de toda a informação relevante e, assim, construir um sistema de preferências dado o conhecimento de todos os meios de produção possíveis, que neste caso seria de pura lógica (Ibid., p. 77).

A peculiaridade do problema de uma ordem econômica racional estaria justamente no fato do conhecimento ser disperso em pequenas, incompletas e, frequentemente, contraditórias partes em posse de indivíduos separados. O problema não é uma simples alocação de recursos dados, mas sim o da utilização

do conhecimento de uma forma que não é dada a ninguém em totalidade (Ibid., p. 77-78).

Assim uma discussão sobre planejamento - "planning" -, complexo de decisões interacionadas sobre a alocação de recursos disponíveis - passa necessariamente por uma explicação de como se transmitir aos planejadores e estes utilizarem o conhecimento inicialmente disperso. O planejamento, na literatura da época, necessariamente significava um planejamento central de todo o sistema econômico de acordo com um plano unificado, enquanto que a competição seria um planejamento descentralizado, ou seja, efetuado por muitas pessoas diferentes. Um caminho do meio, muito defendido em seu tempo, seria delegar o planejamento para algumas organizações industriais, ou seja, monopólios (Ibid., p. 78-79).

Hayek destaca a importância de se considerar o conhecimento não científico, que é desorganizado e refere-se ao saber particular de circunstâncias de tempo e local. Para ele, um dos grandes problemas a ser necessário encontrar respostas seria o de encontrar um método de como fazer esse conhecimento, desorganizado e específico, passar a ser amplamente disponível (Ibid., p. 80-81).

Esses saberes de tempo e local, que formam os fatos do dia-a-dia, não são examinados pelos economistas, que se concentram mais em observar mudanças de longos ciclos por meio de agregados estatísticos, deixando-os a margem dos esforços dos produtores em segurar o crescimento dos custos. Estes agregados estatísticos produzem uma visão muito mais estável da economia do que ela é na realidade, não sendo possível aos planejadores considerarem os esforços dos produtores (Ibid., p. 82-83).

Outra crítica que ele dirige ao planejamento é a importância relativa de coisas particulares que um planejador central (como indivíduo ou como instituição) está preocupado e como estas influenciam suas decisões sobre os fatores concretos de sua responsabilidade (Ibid., p. 84). O mercado, por sua vez, pode agir como um todo não porque seus membros são capazes de observar todo um assunto, mas porque, com seus campos limitados de visão, são suficientemente capazes de passar a informação por diversos intermediários e, assim, realizar-se uma comunicação objetiva, sem afetações de causas particulares (Ibid., p. 86).

É nesse ponto do artigo que ele chega ao principal: sobre o sistema de preços como um mecanismo de informação. Este sistema permite uma economia de

informação, em que seus participantes individuais precisam de tão pouco conhecimento a fim de fazer uma ação correta. A informação é passada adiante e, apenas, para aqueles que querem observá-la (Ibid., p. 86). Hayek identifica o preconceito das pessoas com o capitalismo e seu sistema de preços com o fato de não ter sido criado pela mente humana, mas a perfeição deste em guiar decisões para além dos objetivos imediatos é tal que, caso tivesse sido algo pensado, seria considerado um dos grandes triunfos da humanidade (Ibid., p. 87).

Por fim ele cita uma ideia de Alfred Whitehead, sobre o fato de a civilização avançar ao estender um grande número de operações que podem ser realizadas sem pensar. Hayek concorda e explica citando o fato de utilizarmos fórmulas, símbolos e regras sem compreender direito os significados ou como operam. Desenvolvemos práticas e instituições a partir de hábitos e instituições que tiveram sucesso em sua esfera e, só depois, se tornariam a base da civilização que construímos. Ele aprofunda a ideia da divisão do trabalho, afirmando que não só este, mas várias outras bases da atual civilização, só se tornaram possíveis a partir da coordenação da utilização de recursos baseados na divisão do conhecimento (Ibid., p. 88).

4.3.4 O Significado de Competição

No artigo *The Meaning of Competition*, originalmente publicado em 1946, o objetivo de Hayek é tentar mostrar que a concepção de competição na teoria da concorrência perfeita tem muito pouco de competição e suas conclusões são de pouca serventia em guiar políticas (Ibid., p. 92). Argumentará que a descrição de equilíbrio competitivo não tenta, nem ao menos, descrever que, se ao encontrar determinadas condições, determinadas consequências ocorrerão, mas sim se limitará a conclusões já implícitas do modelo, que podem de fato existir, porém não nos diz como podem ser buscadas. Para ele, a competição seria um processo dinâmico, cujas características essenciais estão distantes das suposições em que se baseiam as análises estáticas (Ibid., p. 94).

Lembrando os pressupostos da análise de competição perfeita: 1 – *commodity* homogênea ofertada e demandada por um grande número de pequenos vendedores e compradores, sem nenhum exercer influência perceptível nos preços;

2 – entrada livre e ausência de restrições no movimento de preços e recursos; e 3 – conhecimentos completos dos fatores relevantes de todos os participantes desse mercado (Ibid., p. 95).

A crítica de Hayek começa com o pressuposto terceiro, fala que nada é resolvido ao se considerar que todos sabem de tudo, porque o verdadeiro problema, segundo ele, é como o tanto de conhecimento é utilizado. A informação relevante a se saber é a do menor custo de produção possível de um determinado produto, sendo isso apenas possível a partir de um processo real de competição. Assim, como o conhecimento dos vendedores depende dos desejos (*whises and desires*) dos consumidores, descoberto apenas, também, por uma competição real (Ibid., p. 95-96).

A ideia de que, sob uma competição “perfeita”, os preços devem se igualar no longo prazo leva a aprovação de práticas antissociais como “competição ordenada” (“*orderly competition*”), em que se assegure um retorno justo sobre o capital e a destruição de excesso de capacidade. Assim, ele detecta que o entusiasmo teórico da competição perfeita e o suporte a monopólios na prática, surpreendentemente, encontram-se juntos (Ibid., p. 102).

Supondo um mercado organizado, de uma *commodity* totalmente padronizada, há, de fato, pouco espaço para atividades competitivas. Isto porque os melhores meios de produzi-la, suas características e usos são conhecidos ao mesmo tempo e ao mesmo nível por todos os membros desse mercado. Neste contexto, o conhecimento de uma importante mudança ocorre rapidamente e, conseqüentemente, a adaptação. Esta rápida mudança ocorre alterando as forças competitivas, cujos eventos são negligenciados na análise de estática comparativa, que só considera a situação inicial e final, sem considerar que o que realmente importa é explicar o depois a partir do que ocorreu no pequeno intervalo. Apenas em mercados cuja adaptação é lenta é que ocorre um constante e contínuo processo de competição, porque a competição é forte e ativa (Ibid., p. 103).

O problema econômico é de fazer o melhor uso dos recursos que possuímos, e não o que deveríamos fazer em uma situação diferente do que é a realidade, como se houvesse um mercado perfeito, com recursos diferentes do que são, com alguém com conhecimento perfeito do que fazer, sendo que, o papel do economista, é melhor usar o conhecimento que as pessoas têm (Ibid., p. 104).

Mais preocupante do que os preços não corresponderem aos custos marginais, é o fato de monopólios estabelecidos custarem muito mais do que o necessário. Um monopólio baseado em eficiência superior faz pouco dano, desde que desapareça com a entrada de um competidor mais eficiente (Ibid., p. 105).

Em sua conclusão, Hayek afirma que a competição é um processo de formação de opinião. Ele explica que, ao espalhar a informação, cria-se uma unidade e uma coerência do que é mais barato e do que é melhor e, assim, as pessoas sabem, ao menos, sobre as possibilidades e oportunidades que possuem. É um processo que envolve uma mudança contínua na informação e, cuja significância, pode ser totalmente perdida em uma teoria que considera os dados constantes (Ibid., p. 106).

4.3.5 A Seleção Cultural

Uma das críticas de Hayek em relação às demais formas de se pensar o problema econômico é que elas consideram o homem como um animal dotado integralmente de capacidades racionais, sendo estas intrínsecas ao gênero humano⁶⁶. (Idem, 2013, p. 246).

Para ele o desenvolvimento da sociedade primitiva – de pequenos grupos dispersos – em uma grande sociedade ocorreu não de maneira pensada e projetada *a priori*, mas sim a partir de certas condições (ou situações) aleatórias ocasionais, que foram selecionando os comportamentos mais adequados a nova realidade que não estava prevista. Ou seja, o desenvolvimento da humanidade não era fruto da nossa racionalidade, mas antes o contrário, foi o desenvolvimento cultural a partir de um processo de seleção de comportamentos - análogo ao biológico - que acabou colocando o uso da razão como um diferencial das sociedades que a desenvolveram e, assim, acabou preponderante nas atividades humanas – processo de seleção cultural.

Esta, que é uma das bases do pensamento de Hayek, pode ser mais bem entendida a partir de seu artigo *The Overrated Reason* (2013), feito originalmente em alemão no ano de 1982, para um simpósio, com o título *Die Überschätzte*

⁶⁶ E isto pode ser encontrado de diferentes maneiras, tanto em alguns pensadores liberais, quanto no marxismo e keynesianismo, visto que este pensamento é fruto das ideias de pensadores que concebiam a evolução cultural como algo planejado pela razão humana, em um sistema com leis evolutivas determinando as etapas de um progresso, como Hegel, Marx e Comte.

Vernunft (em português pode ser traduzido, de ambos os idiomas, como A Razão Superestimada).

Nele, Hayek começa falando dos instintos inatos dos homens, que não foram feitos para uma sociedade como a que vivemos hoje em dia, tendo a evolução humana agido, por milhares de anos, em face de uma existência grupal⁶⁷. E, caso tivéssemos continuado a fazer comportamentos apenas baseados nas respostas instintivas, teríamos continuado a ter aquele tipo de existência por um tempo indefinido. O desenvolvimento da humanidade até às condições atuais⁶⁸ só foi possível devido ao desenvolvimento de regras de comportamento transmissíveis, limitantes dos instintos naturais. Sendo assim, a civilização, não é algo determinado geneticamente e não é adquirida de maneira igual por todas as culturas como uma tradição cultural (Ibid., p. 239 – 40).

Neste contexto é inválida a ideia de individualismo primitivo, de Hobbes⁶⁹, porque os nossos instintos seriam de caráter coletivista. Apenas em um ambiente civilizacional poderiam se desenvolver noções de diferenciação e individualização, sendo antes os sentimentos divididos pelo grupo, cujos esforços eram direcionados para objetivos tidos como comuns e concretos a todos os membros, dada as percepções do ambiente em que viviam e, assim, fundamentavam as práticas que coordenavam o determinado grupo. O desenvolvimento das habilidades humanas, que possibilitaram a coordenação de ações de um maior número de indivíduos teria sido, então, adquiridas a partir do desenvolvimento de práticas diferentes das ocasionadas pelos instintos, em um processo de seleção de práticas comportamentais individuais. Sendo, a assimilação destas práticas, não necessariamente ligada a uma compreensão delas como melhores, mas sim porque possibilitavam aos grupos que as adotassem, mesmo acidentalmente, a crescerem, tanto vegetativamente, quanto atraindo outros grupos (Ibid., 240). Em outras palavras, primeiro um comportamento é aprendido e só depois entendido.

⁶⁷ Por motivos explanatórios Hayek chama essas pequenas sociedades primitivas de ‘micro-societies’, ou em tradução livre, micro sociedades.

⁶⁸ Por motivos explanatórios Hayek chama a sociedade contemporânea de ‘large-society’ ou ‘extended society’, ou em tradução livre, grande sociedade ou sociedade expandida.

⁶⁹ Thomas Hobbes (1588 – 1679), matemático, teórico político e filósofo inglês. Sobre o individualismo primitivo sua ideia era de que o homem em seu estado de natureza estaria voltado exclusivamente à realização de seus próprios interesses e sua própria sobrevivência, não havendo relações sociais de fato, apenas uma guerra de todos contra todos. Cunhou o termo: “O homem é o lobo do homem” para sintetizar esta sua ideia.

O homem só pode, então, adquirir inteligência porque há uma tradição do aprender. Sendo aprendido o que ele deveria, ou não, fazer em determinadas circunstâncias e não quais eventos ele deveria esperar que ocorressem. Em um pequeno grupo, em que se deve agir em unidade, todo indivíduo deve aprender seu papel na atividade compartilhada para a sobrevivência de todos. Foi o processo de ir suprimindo as reações inatas em prol de regras de conduta aprendidas que teria diferenciado o homem dos outros animais (Ibid., p. 241).

Em uma *'large-society'* - como a atual - não existiriam apenas os indivíduos, mas continuariam a existir *'micro-societies'* - como as primitivas -, com relações significantes de solidariedade e altruísmo. Disto surgiria o dilema de termos de nos ajustar, no dia-a-dia, a duas formas distintas de sociedade, mas que caso utilizássemos as regras desenvolvidas na micro sociedade na macro, a destruiríamos. Altruísmo e solidariedade perdem suas qualidades morais quando impostas, pois não há percepção comum dos objetivos. Assim, o apelo à razão, não é a primeira alternativa ao instinto, mas antes o costume e a tradição. Coisas estas que não são criações humanas deliberadas, mas herança e resultado da evolução (Ibid., p. 241 - 42).

Neste debate, sobre o que seria ou não natural ou artificial dentro das relações humanas, Hayek vai à origem da raiz da palavra *'natural'* buscar seu significado. De origem latina, esta palavra derivava de verbos que significavam desenvolver ou crescer, assim, neste aspecto, todo crescimento espontâneo não conscientemente planejado por uma mente poderia ser chamado de natural. Mas, na idade média, o termo natural passou a significar algo inato e o termo artificial algo resultado de um planejamento (ideia com raízes no pensamento de Aristóteles, que ignorava o conceito de evolução), podendo-se concluir que, o desenvolvimento cultural, não é nem um nem outro, neste caso. Sobre o termo crescimento (growth na versão em inglês), Hayek diz que significava um processo auto direcionado em uma estrutura auto preservadora, que seria mais bem utilizado no sentido de processos, os quais podem ser observados sem ser possível assegurar uma explicação do que representa (Ibid., 242). Diante disso, a utilização do termo *'natural'*, para descrever a evolução cultural, é enganosa, devendo ser entendido como um processo distinto, mais similar à evolução genética ou biológica (Ibid., p.243).

Continuando sua busca por um maior entendimento de como se definir a evolução cultural, fala da qual ele considera a maior contribuição de Adam Smith ao pensamento científico: sua imagem de um processo auto ordenado, como uma mão invisível. Porém a falta de compreensão sobre o que ele quis dizer com este termo o torna objeto de chacota, mesmo entre os economistas que ainda não teriam compreendido que este é o principal problema de uma explicação, acerca da ordem em nossa sociedade, tem que resolver. A importância desta ideia é tão cara a Carl Menger que este a chama de elemento genético do conceito das ciências teóricas⁷⁰. Seria através do conceito de evolução e de formação espontânea da ordem como ferramentas de análise que poderíamos entender a formação das estruturas sociais, abandonando leis simples e mecanicistas, que proveem apenas explicações insuficientes para tão complexo fenômeno (Ibid., p. 244).

O conceito de evolução cultural, em Hayek, tem um caráter lamarckiano⁷¹, ou seja, é uma evolução baseada em caracteres adquiridos. O progresso da transmissão cultural se difere, assim, da transição genética, mas a partir dos mesmos critérios - vantagens reprodutivas. E não fala da evolução dos indivíduos, mas dos procedimentos sociais, a tradição (Ibid., p. 245). Porém, não existiriam “leis da evolução”, no sentido de a evolução ter uma sequência necessária de etapas, sendo um processo de ajustamento contínuo a desconhecidas e imprevisíveis condições aleatórias levando a conclusão de resultados também imprevisíveis (Ibid., p. 246).

Poderia se ter em conta então que o desenvolvimento cultural é um processo inconsciente – em que o costume antecede a tradição - e que os indivíduos são selecionados tanto pela sorte, quanto pela evolução biológica (Ibid.). O homem não teria feito a si mesmo escolhendo o caminho da civilização.

“Although our actions are guided by what we have learned, it does not mean that we understand why we act in a certain way. [...] Culture, as well as intelligence, is not a genetically transmitted attribute of the species homo. The single individual is endowed only with the capability to acquire skills through learning” (Ibid., p. 247).

⁷⁰ Hayek cita uma passagem de MENGER, C. Investigation into the Methods of the Social Sciences. New York: New York University, 1985.

⁷¹ Referência a Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, Chevalier de Lamarck (1744 — 1829), naturalista francês que desenvolveu a teoria dos caracteres adquiridos, uma teoria da evolução agora desacreditada na biologia.

Outro ponto da explicação é a de que sistemas complexos tendem a, continuamente, crescer conforme a complexidade de suas estruturas aumenta – ideia inspirada no funcionamento da energia cinética, em que conforme partículas vão se colidindo, perdem energia e vão se ligando. Em fenômenos sociais isto pode ser entendido que processos de diferenciação - que resultam em aparente desordem – na verdade aumentariam a ordem e a regularidade⁷². Seria possível observar uma hierarquia de ordens superpostas, explicadas por um processo de seleção de variações aleatórias, com estruturas abrangentes provendo proteção - átomo e molécula, célula e organismo, indivíduo e sociedade (Ibid., p. 248).

Neste contexto, ele entende a introdução da propriedade privada como um método de utilizar o conhecimento disperso para criar uma ordem de padrão supra individual, um desenvolvimento que substitui o esforço de se ter uma opinião e um objetivo em comum, possibilitando o uso de intuições e habilidades dispersas. A oposição a este sistema vem do fato que, a ordem emergente, resulta de um processo competitivo, em que o sucesso, não o mérito individual, determina o resultado. Por ser aleatório, ligado ao fato de ser uma experimentação, faz as pessoas quererem controlar o processo e fazê-lo ser de acordo com seus desejos (Ibid., p. 249 – 50).

A evolução cultural seria, pois, a formação de uma tradição que não é inata, mas passada através de ensinamento e imitação, as pessoas precisam ser disciplinadas a serem sábias e morais. Não foi a inteligência humana que nos teria possibilitado descobrir a moralidade, foi essa grande estrutura que possibilitou, que submetendo-se, sem saber a moralidade, pudéssemos adquirir conhecimento que nos desse poder sobre o ambiente, A razão, como é entendida hoje em dia, se formou por um processo de evolução cultural, não o contrário (Ibid., p. 250).

Entendendo que estruturas auto replicantes são características objetivas do mundo, as bases da direção de desenvolvimentos posteriores e, mesmo que não percebidos por nossos sentidos, não são construções de nossa mente, mas fatos a serem descobertos - coisas incompreensíveis a uma visão materialista e que

⁷² Em Mariutti (2016, p. 63) o autor faz uma crítica de que Hayek, sobre esta questão, considera qualquer tentativa de nivelamento da sociedade poderia implicar a destruição da grande sociedade. Isto, para o autor, só seria possível se a única forma de diferenciação dos atores sociais fosse da posse de capitais, ignorando a heterogeneidade de elementos como propósitos e formas de identidade social.

passam a ser compreendidas, sendo nossa habilidade de reconhecer essas estruturas no mundo real que constitui a razão. Razão é tradição, é um padrão transmissível que pode se desenvolver e existir indefinitivamente. Assim, ordem não requer razão, mas a razão é uma das estruturas ordenadas desenvolvidas que proveem ao indivíduo uma orientação do mundo em que está. Possibilitando-o a interpretar diferentes eventos que afetam seus sentidos, adaptar suas reações a estruturas complexas de expectativas alternativas de eventos, que podem se seguir a suas diferentes reações. Conforme ordens auto replicantes se desenvolvem, aumentam a chance de mais ordens deste tipo se desenvolverem, protegendo e promovendo o aumento de subordens constituídas, tornando-os, desta forma, objetos particulares que contribuem ao desenvolvimento do cosmos em que ocorrem (Ibid., p. 250).

A tradição, para Hayek, seria então um fundamento da sociedade estendida (ou de mercado), que transcende fronteiras de estados organizados e resultam do desenvolvimento social – como a linguagem, a moralidade, a família, o mercado, o dinheiro. Formações, estas, que não se sabe quem em específico inventou e, cuja função, não é possível de se entender totalmente - ao menos não da mesma forma que podemos entender a função e funcionamento de máquinas criadas pelo homem.

Os elementos culturais, tendo sido selecionados de acordo com os princípios de multiplicação mais rápida das culturas por ele adotadas, leva ao estabelecimento de instituições que permitem uma procriação favorável. É aí que apareceria o papel das religiões, ao se acreditar naquilo que não poderia ser provado. E, uma das causas do que ele chamava de “*modern crisis*” era a ideia racionalista cartesiana⁷³, de que não se deveria acreditar em nada que não pudesse ser entendido ou justificado. Mas, segundo Hayek, apenas o credo em justificativas que não poderiam ser provadas que possibilitariam o desenvolvimento de uma tradição (Ibid., p. 253). Destaca ainda que, das religiões mais bem-sucedidas – as que contam com um grande número de fiéis há incontáveis anos -, são aquelas que tinham em seu conjunto de credos a moralidade da propriedade e da família, selecionadas ao permitirem a uma maior procriação dos que estavam sujeitos a ela (Ibid., p. 254).

⁷³ Referência a René Descartes, ou em latim: Renatus Cartesius,(1596 – 1650) foi um filósofo, físico e matemático francês.

4.3.6 O Bem-Estar Geral e os Propósitos Particulares

Hayek é direto: em uma sociedade livre o bem geral consiste, principalmente, em facilitar a busca por propósitos individuais desconhecidos. Porém, alega que o bem-estar comum, ou bem público, é tão vago e indefinido que pode acabar tendo o sentido que interessa ao grupo governante (Idem, 1982, v. 2, p. 1). E isto ocorreria porque, por algum motivo, o interesse público é considerado aquele que soma todos os interesses privados, mesmo sendo um problema insolúvel como agregá-los. A saída, para Hayek, é o bem-estar geral que, em uma Grande Sociedade, é a possibilidade de os indivíduos utilizarem seus próprios conhecimentos, para suas satisfações particulares, que é impossível de serem sabidas por qualquer outro, inclusive o governo. O maior bem público é, então, neste contexto, assegurar as condições nas quais os indivíduos e pequenos grupos tenham oportunidades de prover suas necessidades de maneira mútua (Ibid., p. 2). Neste contexto, concordar com uma regra significa que, baseado no conhecimento presente, ela dá condições de melhores chances de atingir objetivos, mesmo que, no fim, ela se mostre pior do que alguma outra regra que era opção de ter sido adotada em princípio (Ibid., p. 4). O sistema de regras, como um todo, não pode, assim, ser reduzido a uma construção de propósitos conhecidos, devendo manter-se como um sistema de valores herdado e que guia a sociedade (Ibid., p. 5). Assim, é errado considerar todo interesse coletivo como interesse geral da sociedade (Ibid., p. 6).

A chave para o entendimento encontra-se, então, na conduta individual necessária para a formação de uma ordem espontânea. Deve-se recordar sobre a impossibilidade de alguém ter conhecimento de todos os fatos particulares nos quais da ordem geral em que se baseia a Grande Sociedade. As regras são, então, uma maneira de se lidar com nossa ignorância (Ibid., p.8).

O que chamamos de tradição são, assim, manifestações de regras governando as ações e percepções das pessoas, ou, indo além é

“What makes men members of the same civilization and enables them to live and work together in peace is that in the pursuit of their individual ends the particular monetary impulses which impel their efforts towards concrete results are guided and restrained by the same abstract rules” (Ibid., p. 12).

O que faz a maior parte das regras de conduta não é, pois, um processo intelectual dos fatos, mas adaptações do homem a esses fatos não notados e, conseqüentemente, não passíveis de serem mostrados em pensamentos conceituais, mas que se manifestam quando os obedecemos em nossas ações (Ibid., p.21).

4.3.7 A Ordem de Mercado ou Cataláxia

Sua descrição é de que a cataláxia

“describe the order brought about by the mutual adjustment of many individual economies in a market. A catallaxy is thus the special kind of spontaneous order produced by the market through people acting within the rules of the law of property, tort and contract” (Ibid., p. 108-109).

Neste contexto uma sociedade livre é uma sociedade plural, sem uma hierarquia comum de fins. Só sendo possível constituir uma colaboração pacífica através da adoção da troca como uma forma de fazer pessoas com diferentes usos e fins, para as mesmas coisas, tivessem benefícios através dessa relação, tendo-se estabelecido, apenas, regras para determinar o que era de quem e como se podia transferir a propriedade através do consentimento – em outras palavras, em uma cataláxia as pessoas são induzidas a contribuir com a necessidade dos outros, mesmo sem se importar, ou até mesmo sem saber, sobre os outros (Ibid., p. 109).

É assim que Hayek justifica que sua visão de que é errado acreditar que uma escala comum de fins é necessária para a integração das atividades individuais em uma ordem, como condição necessária à paz. Uma Grande Sociedade é irreconciliável com a ideia de ‘solidariedade’, no sentido de busca por um objetivo comum (Ibid., p. 111).

A cataláxia, segundo ele, pode ser entendida como um jogo de criação de riqueza - diferentemente da visão da teoria dos jogos como um jogo de soma zero - em que um, ao aumentar o fluxo de bens, aumenta as chances de todos os participantes satisfazerem suas necessidades. É, ainda por cima, um tipo de competição regida por regras, que é decidida por uma mistura de habilidades superiores, força e sorte de cada um dos participantes; sendo um dos objetivos dele,

Hayek, tentar clarear cada um desses pontos relevantes na determinação dos resultados de cada participante (Ibid., 115).

Começa tratando da remuneração determinada pelo mercado, de como ela se relaciona com o que as pessoas deveriam fazer, funcionando como um incentivo ao sucesso, mas só criando uma ordem devido a haver a tendência de desapontamento das expectativas devido a mudanças nas circunstâncias relevantes. Isto ocorre porque uma das principais funções da competição é mostrar quais planos são falsos, recompensando a melhor utilização da informação limitada da formação de preços e da aproximação de mudanças de expectativas. Sendo, assim, o elemento sorte um elemento tão importante da operação quanto as habilidades (Ibid., p.116-117).

Neste jogo não há necessidade de justificativas morais de distribuição de renda e riqueza, visto que é o resultado de um jogo que aumenta a chance de todos, ao tratar e respeitar a todos igualmente (Ibid., p. 117).

“Men can be allowed to act on their own knowledge and for their own purposes only if the reward they obtain is dependent in part on circumstances which they can neither control nor foresee. And if they are to be allowed to be guided in their actions by their own moral beliefs, it cannot also be morally required that the aggregate effects of their respective actions on the different people should correspond to some ideal of distributive justice. In this sense freedom is inseparable from rewards which often have no connection with merit and are therefore felt to be unjust” (Ibid., p. 120, grifos do autor).

Neste contexto as ‘rules of just conduct’, que são independentes aos fins, não podem determinar o que alguém deve fazer (Ibid., p. 123). Elas podem, apenas, proteger sobre os termos nos quais umas coisas são trocadas por outras, canalizando os esforços sobre a forma de se obter algo possuído por outros, sem garantir o sucesso ou determinando os termos de um acordo (Ibid., p.124). Sendo, nesse contexto, a nossa ignorância sobre a aplicação das regras que torna a justiça possível em uma ordem de pessoas livres (Ibid., p. 127). Uma regra pode servir à reconciliação de diferentes propósitos, por diferentes indivíduos, limitando apenas a extensão das escolhas, ou fazendo com que se cumpram algumas expectativas para a realização da satisfação criada (Ibid., p. 128).

No processo contínuo da cataláxia a cadeia de eventos que afetam alguém é maior do que o período de sua vida, sendo o ponto de partida e as perspectivas diferentes para cada um. Com isso ele não quer justificar posições determinadas em

condições injustas que podem ter ocorrido, mas adverte que estas injustiças (sociais) devem ser claras e recentes, pois, em caso contrário, correções podem ser impraticáveis (Ibid., p. 131).

A ideia de competição dentro de um mercado se dá pela cataláxia. Deve-se ter em conta a competição a partir do que ela pode oferecer, ao invés de colocar padrões irreais do que ela deveria fazer (Ibid., v. 3, p. 65). Ou seja, a competição deve ser julgada pela sua capacidade de assegurar o acesso a coisas que as pessoas desejam em relação a alguma outra forma nas quais poderiam obtê-las (Ibid., p. 67). Ela informa quem performou melhor em determinada ocasião (Ibid., p. 67-68).

Assim, ela é igual uma experimentação científica, um procedimento de descoberta; é como obter uma utilização ótima do conhecimento, habilidades e oportunidades dispersos nas pessoas através de um processo de comunicação dessas informações (Ibid., p. 68-69). A explicação dos resultados da competição é um dos principais objetivos da ciência econômica (*catallactics*), que não seria necessário se os resultados pudessem ser previstos, sendo o papel do economista o de derivar conclusões sobre o caráter geral dos resultados a partir de modelos mentais e testar em modelos artificiais que, apesar de importantes, não revelam as etapas que mais interessam (Ibid., p. 69-70).

A melhoria do processo competitivo se dá a partir da motivação de obter lucros monopolísticos temporários, que só são possíveis por aqueles que lideram as inovações em seus mercados (Ibid., p. 71). Existir, temporariamente, apenas um ou alguns poucos produtores não é um privilégio, desde que isso não se dê de maneira impositiva (Ibid., p. 73).

5. Confrontando as Ideias

Uma pesquisa começa com uma questão a ser respondida. Esta questão é apresentada, as hipóteses levantadas e confrontadas com a bibliografia disponível ao pesquisador. Em um projeto de conclusão de curso não se espera de um estudante de graduação algo muito revolucionário, este deve se focar em mostrar sua capacidade de pesquisa e explanação. A ideia deste trabalho era fazer isso com os dois intelectuais que mais despertaram a vontade do estudo da economia no

autor, era fazer algo comparando suas metodologias e, como apresentado no resumo (p. 2), a questão a ser respondida era sobre a compatibilidade de se colocar Mises e Hayek em uma mesma tradição de pensamento. Era uma dúvida bem sincera ao observar muitas diferenças nos dois, mas, ao mesmo tempo, aceitar o consenso que os colocava como integrantes de uma mesma escola de pensamento. O intuito do trabalho era justamente de clarear o porquê.

Mas ao longo da pesquisa muitos problemas foram surgindo sendo o primeiro que me chamou a atenção foi o fato que, na verdade, Hayek não havia sido aluno ou discípulo de Mises, eles só se tornaram de fato conhecidos após Hayek já ser doutor, a relação deles sempre foi entre colegas com tradições intelectuais, que até aquele momento, pareciam semelhantes, como onde estudaram (Universidade de Viena) e a admiração pelo trabalho de Carl Menger (professor de seus professores: Böhm-Bawerk de Mises e Wieser de Hayek). Apesar de isto ser mera tecnicidade, era uma confusão (ou um mito) existente entre os que estudam a chamada Escola Austríaca (favorável ou contrariamente) e encontrar esta incongruência parece ter aguçado a procura por mais coisas assim.

Outra coisa mais lateral que acabou, então, mostrando certa inconsistência foi a parte sobre as influências filosóficas dos autores. A de Mises, em um primeiro momento, parecia ser atribuída ao pensamento do filósofo iluminista alemão Immanuel Kant e a de Hayek é comum de ser referenciada às ideias do também austro-britânico Karl Popper e seu racionalismo crítico. Como mostrado no trabalho as primeiras se mostraram muito mais complexas tendo Mises, na verdade, desenvolvido um sistema próprio a partir de autores neokantianos e Hayek ter na verdade mais uma coincidência de visões e significados com Popper, anteriores ao encontro dos dois, sendo suas influências muito mais maiores e complexas e, em certa medida, inclusive ter sua obra sutilmente criticada por Popper (como mostrado nas páginas 46-49).

Mas mais importante que esses aspectos são os pontos irreconciliáveis de suas teses centrais. Destaco-as a seguir para, depois, entrar em alguns aspectos mais laterais sobre diversos termos e interpretações, que parecem diferentes nas visões destes dois autores de maneira irreconciliável e, portanto, compromete, no meu entendimento, uma síntese em uma só escola de pensamento, devido a dualidade de significado que pode gerar.

Enquanto em Mises toda a ação humana é sempre racional em essência e com um objetivo final delimitado de desejo com uma respectiva satisfação dessa necessidade - não sendo escopo da ciência econômica investigar os porquês, apenas a adequação dos meios - em Hayek é central a ideia do uso da razão como uma das consequências da seleção cultural e que toda a ação está sujeita a consequências inesperadas, impossíveis de serem estimadas por mera análise racional prévia.

A ideia de uma universalidade na regularidade de eventos econômicos e sociais a serem descobertos pela razão e só esses seriam conhecimento válido em Mises permite colocá-lo na descrição do que Hayek chama de “racionalismo Cartesiano”⁷⁴, de que tudo deve ser racionalmente justificado e que apenas a razão, salvo acidentes, pode possibilitar a construção de instituições e práticas benéficas de forma a possibilitar uma nova sociedade⁷⁵ (HAYEK, 1982, v. 1, p. 10). Indo além, Hayek fala de como a relação de causa e efeito em nosso ambiente não é nem mesmo o principal componente que determina nosso padrão de sucesso em ações, mas sim que estas são governadas por circunstâncias que não estamos cientes (Ibid., p. 12). Circunstâncias - ou, em outras palavras, as condições particulares que determinam eventos históricos - que Mises relega ao simples estudo de dados relativos à ação humana (MISES, 2010, p. 76).

Em Hayek a própria ideia de uma mente totalmente desenvolvida capaz de desenvolver instituições que possibilitam a vida em sociedade é contrária à evolução humana (HAYEK, Op. Cit., p. 17). E nosso entendimento, tal como o chamamos, é nossa capacidade de responder ao ambiente mediante a uma capacidade de observação de padrões (Ibid., p. 18). Diferentemente de Mises, aqui esses padrões não são verdades universais, mas ambientais - condicionadas no tempo e no espaço - e que condiciona a geração de conhecimento como o ato de descobrir verdades universais por meio da razão, ideia que não faz nenhum sentido nas ideias hayekianas, como pode se observar na seguinte passagem:

⁷⁴ Em Hayek isso é mais referência aos seguidores do filósofo francês René Decartes do que ao próprio filósofo, pois, segundo ele, “among his followers [...] the acceptance of anything which was based merely on tradition and could not be fully justified on rational grounds appeared as an irrational superstition” (HAYEK, 1982, v. 1, p. 10).

⁷⁵ Enquanto para os cartesianos a razão é o instrumento para projetar instituições e práticas (Ibid., p. 10), em Mises a razão é o instrumento para a busca dessas instituições e práticas universais e a construção dessa “nova sociedade” - defendida por libertários americanos inspirados em seu trabalho, como Murray Rothbard - se daria “respeitando” esta lógica universal da ação humana.

“every man growing up in a given culture will find himself rules, or may discover that he acts in accordance with rules – and will similarly recognize the actions of others as conforming or not conforming to various rules. This is, of course, not proof that they are a permanent or unalterable part of ‘human nature’, or that they are innate, but proof only that they are part of a cultural heritage which is likely to be fairly consistent, especially so long as they are not articulated in words and therefore also are not discussed or consciously examined” (Ibid., p. 19).

Ao colocar o aspecto da herança cultural, Hayek assenta um de seus aspectos principais: a seleção cultural – uma seleção de instituições e práticas sociais. Ou seja, dentro de uma sociedade humana existem elementos que se adaptam e transformam de acordo com as condições ambientais de cada momento e isso impacta nas decisões dos indivíduos, que são então coagidos a agir de acordo com as regras do grupo na hora de tomar suas decisões⁷⁶. Algo que dentro da lógica apresentada por Mises não faz sentido algum para sua praxeologia, sendo responsabilidade de outras ciências humanas⁷⁷.

Apesar da crítica de Hayek ser às ideologias que superestimam a capacidade de planejamento da razão humana ser pensada nos cartesianos, encaixar-se-ia o desenvolvimento da ideia de Mises que, mesmo não entrando nesse debate, foi a partir de suas ideias que seus discípulos desenvolveram tipos ideais de sociedades guiadas por esse ideal racional - se só a razão lógica de análise dos meios dos indivíduos para determinados fins importa, pode-se reafirmar que o seu pensamento leva a uma forma de racionalismo construtivista que não vê limites às aplicações conscientes da razão ao tentar possibilitar a formação de uma sociedade baseada nessa razão pura, com a construção (podendo ser mais bem entendida neste caso

⁷⁶ “Essas ações [“ individuais dirigidas aos demais, porém orientadas pelas suas expectativas de comportamento], ao gerarem efeitos combinados (e não intencionais), ultrapassam a escala limitada da consciência e da esfera de ação dos indivíduos, geram efeitos sociais que, pela via da seleção cultural, sedimentam instituições (em sentido lato), práticas e regras de conduta abstratas que moldam a vida social (MARIUTTI, Op. Cit., p. 56)

⁷⁷ É difícil entender como Mises coloca as demais ciências humanas em sua análise. Ao mesmo tempo em que coloca a praxeologia como a ciência da ação humana e a cataláxia como a ciência econômica e diz que “o economista não pode, jamais, ser um especialista. Ao lidar com qualquer problema, deve ter sempre uma visão abrangente de todo o conjunto” (MISES, 2010, p. 98), não trata em nenhum momento no seu *magnus opus* sobre a questão da cultura, coloca a história como coleção de dados e a psicologia como responsável de entender as escolhas e desejos – ou seja, meros acessórios. Indo além, em “A Mentalidade Anticapitalista” observa-se que a única abordagem no aspecto cultural é sobre o mercado cultural em que busca defender a escolha de autores por escrever às massas ao mesmo tempo em que critica a abordagem socialista desses – e que agrada às massas - não entrando em questões de instituições e práticas tal como Hayek.

como desconstrução) racional e deliberada de instituições e práticas que maximizem o controle do indivíduo de ações baseadas nos princípios universais descobertos pela praxeologia; o que seria também uma superestimação dos poderes da razão. Podendo-se afirmar, portanto, que teria a mesma consequência daquelas críticas feitas por Hayek, que levaria à desilusão e a uma reação violenta à razão abstrata e à exaltação de uma vontade particular (Ibid., p. 31-32). Em outras palavras, tal como outras utopias, a utopia libertária se tornaria em uma distopia autoritária⁷⁸. Em Hayek a razão é vista como um meio de dizer o que não fazer⁷⁹, algo necessário devido à nossa incapacidade de compreender a realidade como um todo⁸⁰ (Ibid., p. 32).

Para entender a realidade, para Hayek, deve-se entender a questão da ordem, que, para ele, é o estado na qual uma multiplicidade de elementos de diferentes tipos se relacionam com os outros de forma a podermos aprender parte do todo e assim formar expectativas sobre o restante – que podem vir a ser, ou não, provados corretos. E, neste sentido, toda sociedade teria uma ordem sem necessariamente ter sido criada deliberadamente, é o que ele denomina de Ordem Espontânea⁸¹ - diferente da ordem no sentido autoritário, a que tem necessidade de forças externas ao sistema para seu funcionamento (Ibid., p. 36).

Enquanto, como vimos, em Hayek a análise da realidade dá-se, portanto, em circunstâncias concretas, o caráter apriorístico da metodologia de Mises⁸² rechaça tudo isso ao dizer que

”A história não nos pode ensinar qualquer regra geral, princípio ou lei. Não há meio de extrair de uma experiência histórica, *a posteriori*, qualquer teoria ou teorema relativo à conduta humana ou às políticas. Os dados da história não seriam nada além de uma tosca acumulação de ocorrências sem nexos, um monte de confusão, se não pudessem ser esclarecidos, animados e

⁷⁸ A explicação se daria pela ilusão que leva aos racionalistas construtivistas para o entronamento da vontade por acreditar que a razão pode transcender o plano abstrato e por si mesma determinar o desejo de ações particulares. É a sociedade como uma máquina racionalmente orientada à fins comuns imposta a todos (HAYEK, Op. Cit., p. 32).

⁷⁹ “a razão é um resultado do mesmo processo que sedimentou a “grande sociedade”, e não, como se costuma alegar, a sua base ou fundamento” (MARIUTTI, Op. Cit., p. 53).

⁸⁰ “a razão não é capaz de previsões acuradas e, portanto, é intrinsecamente incapaz de planejar conscientemente o evolover da sociedade. Hayek, na realidade, propõe uma inversão do modo como o racionalismo moderno tende a ser caracterizado. Para ele a razão é uma consequência do “desenvolvimento cultural”, e não a sua causa (Ibid., p. 54).

⁸¹ Em Hayek “Toda ordem social é espontânea em um sentido muito preciso: os seus elementos fundamentais não são frutos da razão ou de um planejamento humano (ou sobrenatural), mas sim de circunstâncias concretas” (Ibid., p. 60).

⁸² Que ele insiste de que “é e sempre foi, apriorística” e, assim, “Todos os autores que pretendem estabelecer uma base epistemológica das ciências da ação humana segundo o padrão das ciências naturais erram lamentavelmente” (MISES, 2010, p. 67-68).

interpretados pelo conhecimento praxeológico sistematizado” (MISES, 2010, p. 69).

Isto vai contra tudo o que é defendido por Hayek em *Law, Legislation and Liberty*, onde ele mostra a evolução histórica de conceitos e práticas até chegar às condições que possibilitaram o surgimento e, por enquanto, a manutenção da Grande Sociedade tal como vivemos hoje⁸³.

Sendo a própria ideia de sociedade uma diferença fundamental entre os dois. Em Hayek ela existe somente devido ao processo de seleção de regras que evolui levando os indivíduos a se comportar de uma maneira em que seja possível a vida social, sendo esta seleção guiada por propriedades de suas respectivas ordens, sustentada por propriedades individuais, ou seja, existe uma propensão a se obedecer a regras de conduta as quais a ordem de ação de um grupo se sustenta (HAYEK, Op. Cit., p. 44). Sendo possível organizar⁸⁴ esta ordem espontânea que é a sociedade de maneira a utilizar seu conhecimento disperso, podendo-se melhorá-la ou corrigi-la a partir de comandos direto, salvo melhorias de comandos específicos que diminuam a possibilidade dos indivíduos de utilizarem seus conhecimentos para seus propósitos (Ibid., p.51).

Em Mises não tem nada desses elementos do convívio social de maneira assim tão interdependente entre os indivíduos e a formação social. Ele diz: “Sociedade é divisão de trabalho e combinação de esforços” (MISES, Op. Cit., p.183). Mais adiante complementa:

“O ser humano nasce num ambiente socialmente organizado. Somente nesse sentido é que podemos aceitar quando se diz que a sociedade - lógica e historicamente – antecede o indivíduo. Com qualquer outro significado, este dito torna-se sem sentido ou absurdo. O indivíduo vive e age em sociedade. Mas a sociedade não é mais do que essa combinação de esforços individuais. A sociedade em si não existe, a não ser através das ações dos indivíduos. É uma ilusão imaginá-la fora do âmbito das ações individuais. Falar de uma existência autônoma e independente da sociedade, de sua vida, sua alma e suas ações, é uma metáfora que pode facilmente conduzir a erros grosseiros”⁸⁵ (Ibid.).

⁸³ Ver nota 41.

⁸⁴ No sentido de consequência natural da descoberta dos poderes do intelecto humano, a *taxis grega*.

⁸⁵ Esta descrição de sociedade de Mises lembra muito o comportamento de uma população de zebras - a maior motivação para uma vida social é de natureza individual -, cuja motivação maior de viverem em conjunto é a de ter maior segurança individual (CGP Grey, 2019).

A partir da concepção de sociedade discute-se a condição de liberdade. A defendida por Hayek é a de cada um usar seu conhecimento de acordo com seus propósitos, que, segundo ele, está de acordo com a concepção de Adam Smith. Isto se daria por meio de serem aplicadas somente regras de justa conduta de aplicação universal, cuja autoridade do poder coercitivo é limitada por princípios gerais comprometidos pela própria comunidade. A liberdade individual, assim, é o produto do respeito a esses princípios. A preservação da liberdade se daria melhor onde os princípios são vagamente⁸⁶ percebidos, visto que tentativas de institucionalização de expansão progressiva do governo sempre parecem inadequadas quando transferidas a países com tradições diferentes. O valor da liberdade está nas oportunidades que ela gera para ações não vistas e não premeditáveis, sendo, assim, impossível de saber o que se perde em uma restrição particular e - no caso de interferências na ordem de mercado - apenas consequências diretas e imediatas são visíveis, sendo as mais indiretas e remotas, em grande parte, desconhecidas e ignoradas⁸⁷ (HAYEK, Op. Cit., p. 55-56).

Mises concorda com a ideia de liberdade só fazer sentido em relações inter-humanas. Em sua praxeologia “refere-se à situação na qual um indivíduo tem a possibilidade de escolher entre modos de ação alternativos”, uma questão de permitir a escolha de seus fins e os meios a serem empregados, quaisquer sejam as consequências. Lembra que para ter acesso às vantagens da divisão do trabalho como cooperação pacífica devem-se respeitar regras que tornam a vida em sociedade possível⁸⁸ (MISES, Op. Cit., p. 339). O estado de liberdade se daria, assim, quando a escolha do indivíduo “não é mais limitada pela violência do governo

⁸⁶ Hayek diz “vaguely and dimly” no original. Ambas são normalmente entendidas como ‘vagamente’, apesar de ‘dimly’ também poder ser entendida por ‘obscuramente’, assim não se fez devido à visão negativa que o termo poderia causar e que não parece ser a intenção do autor.

⁸⁷ “Experience tells us much about the effectiveness of different social and economic systems as a whole. But an order of the complexity of modern society can be designed neither as a whole, nor by shaping each part separately without regard to the rest, but only by consistently adhering to certain principles throughout a process of evolution” (HAYEK, Op. Cit., p. 60).

⁸⁸ “ Para preservar um estado de coisas onde haja proteção do indivíduo contra a ilimitada tirania dos mais fortes e mais hábeis, é necessária uma instituição que reprima a atividade antissocial. A paz - ausência de luta permanente de todos contra todos - só pode ser alcançada pelo estabelecimento de um sistema no qual o poder de recorrer à ação violenta é monopolizado por um aparato social de compulsão e coerção, e a aplicação deste poder em qualquer caso individual é regulada por um conjunto de regras – as leis feitas pelo homem, distinta tanto das leis da natureza como das leis da praxeologia. O que caracteriza um sistema social é a existência desse aparato, comumente chamado de governo” (MISES, Op. Cit., p. 340).

do que o seria, de qualquer forma, pela lei praxeológica” (Ibid., p. 341). Sobre a economia de mercado ele afirma que é a única a proporcionar, a partir de seus princípios, a liberdade e autonomia (Ibid., p. 343). Sendo para ele espúria a ideia de separar, na vida e na ação humana, entre um campo “econômico” e outro “não econômico” (Ibid., p. 345).

Neste ponto que há uma influência muito aparente de Mises em Hayek, a ideia da praxeologia é aqui integrada no pensamento de Hayek como Escolhas de Lógica Pura (ver seção 4.3.2 Economia e Conhecimento). Mas combina com as condições particulares reais para a formação de conexões causais que geram conhecimento. E explica isto ao colocar que a lei antecede a legislação, de como primeiro se formam práticas aceitas para depois serem entendidas e colocadas em palavras⁸⁹ (HAYEK, Op. Cit., p. 72-73). Leis são práticas descobertas, legislação são regras criadas pelos homens a partir da vontade dos governantes⁹⁰ - “will of the ruler” - podendo corresponder ou não às leis⁹¹. Um dos desdobramentos de Hayek é a possibilidade de criação de legislação de modo a criar incentivos à obediência de leis sem ferir a liberdade do indivíduo⁹², se feita de forma a preencher um vazio nas leis reconhecidas mantendo e melhorando a ordem das ações⁹³ (Ibid. 99-100).

⁸⁹ “For the understanding of the process of gradual articulation of rules which have long been obeyed, it is important to remember that abstractions, far from being a product of language were acquired by the mind long before it developed language (HAYEK, Op. Cit., p. 76). E, mais a frente, continua o raciocínio “It is closely connected with the fact that the rules that govern action will often be much more general and abstract than anything language can yet express. Such abstract rules are learnt by imitating particular actions from which the individual acquires ‘by analogy’ the capacity to act in other cases on the same principles which, however, he could never state as principles” (Ibid., p. 77).

⁹⁰ “It would therefore probably be nearer the truth if we inverted the plausible and widely held idea that law derives from authority and rather thought of all authority, but in the sense that authority commands obedience because (and so long as) it enforces a law presumed to exist independently of it and resting on a diffused opinion what is right. Not all law can therefore be the product of legislation; but power to legislate presupposes the recognition of some common rules and such rules which underlie the power to legislate may also limit that power” (Ibid., p. 95).

⁹¹ A ‘common law’ inglesa seria um exemplo ao, na verdade, não consistir de casos particulares, mas de expressões de princípios gerais ilustrados e explicados caso a caso (Ibid., p. 86). Alega que assim também era com o Código de Justiniano – a base da tradição legal da Europa continental – por este se basear nas ideias gregas e romanas de entender as leis e instituições como se sempre tivessem existido, sendo estranho à mentalidade da época a criação de leis - isto teria se corrompido e passado a ter seu entendimento atual a partir do século XVII, devido ao termo ‘natural law’ passar a ser entendido como ‘natural reason’ (Ibid., p. 82-84).

Neste contexto um juiz, ao julgar, refere-se a certos pressupostos de uma ordem existente mesmo sem ter sido feita por ninguém (Ibid., p. 98). Deve resolver um enigma (“puzzle”) em que há mais de uma solução, mas que dificilmente alguma se encaixe totalmente, de maneira a melhorar uma ordem ao estabelecer uma regra que permita impedir a recorrência deste tipo de conflito (Ibid., p. 100-101).

⁹² “All that we are here maintaining is that we know only of one kind of such systems of rules undoubtedly still very imperfect and capable of much improvement, which makes the kind of open ‘humanistic’ society possible where each individual counts as an individual and not only as a member

Apesar de serem parecidas até certo ponto, a liberdade em Hayek carrega a ideia de tradição e história ao falar de princípios gerais de uma comunidade, remete à ideia dos antigos gregos e Cícero, passando pela Idade Média até os liberais clássicos como John Locke, David Hume, Kant e os filósofos morais escoceses aos homens de Estado dos Estados Unidos em que lei e liberdade coexistem (Ibid., p. 52). Enquanto Mises condiciona a liberdade a um ideal de que as leis humanas correspondam às leis praxeológicas. E sobre a liberdade econômica, enquanto Mises trabalha com a ideia de que a economia de mercado como uma ferramenta para a liberdade em absoluto, Hayek vê interferências como oportunidades perdidas, dando a entender na existência de toda uma grade de escolhas entre um determinado grau de interferência e a liberdade de atuação dos agentes.

Essa visão de Hayek permite a ideia de que diferentes grupos sociais desenvolverão diferentes regras, podendo estas ter diferentes potenciais de sucesso – de acordo com a capacidade de estas guiarem as expectativas em relação a outras pessoas independentes em um mesmo grupo, a criação de uma ordem entre pessoas com diferentes propósitos contribuam de maneira que os inter-relacionem, não sendo necessário nem que saibam disso, apenas que saibam como (“*know how*”) se articularem - gerando grupos mais fortes que outros (Ibid., p. 99).

Nada disso tem espaço na visão universalista de Mises. Para ele a evolução humana se deu sob condições em que “pela influência do meio cósmico atuando sobre sucessivas gerações”, colocando a questão de como o homem desenvolveu a razão para o campo da história. Não há como pensar na praxeologia pura para

of a particular group, and where therefore universal rules of conduct can exist which are equally applicable to all responsible human beings. It is only if we accept such a universal order as an aim, that is, if we want to continue on the path which since the ancient Stoics and Christianity has been characteristic of Western civilization, that we can defend this moral system as superior to others – and at the same time endeavour to improve it further by continued immanent criticism” (Ibid., v. 2, p. 27).

Aqui a posição de Hayek fica controversa ao afirmar que apenas a civilização ocidental teria a chave para um desenvolvimento mais humanístico, parecendo ignorar o caráter de não sabermos as consequências de todas as decisões, que ele tanto advoga, colocando um caráter determinista de que a cultura ocidental é superior.

“Na teoria de Hayek, após a introdução da questão da seta do tempo, pode se concluir que *não existem leis em um sentido forte, isto é, hegeliano/marxista*. Dada a contingência intrínseca ao processo de seleção cultural que preside a evolução da sociedade, *não é possível tecer previsões acuradas sobre as tendências futuras e muito menos interferir racionalmente no curso da sociedade, para eliminar suas imperfeições. A evolução não é previsível*” (MARIUTTI, Op. Cit., p. 62, grifo nosso).

⁹³ “Any new rule intended to settle one conflict may well prove to give rise to new conflicts at another point, because the establishment of a new rule always acts on an order of actions that the law alone does not wholly determine. Yet it is only by their effects on that order of actions, effects which will be discovered only by trial and error, that the adequacy or inadequacy of the rules can be judged” (HAYEK, Op. Cit., v. 1, p. 102).

essas questões de seleção cultural, história das leis, dos grupos sociais, da ideia de liberdade, tudo isso está no campo da história (MISES, Op. Cit., p. 60), pois o ferramental da mente humana para compreender a realidade é anterior a qualquer experiência (Ibid., p. 62)⁹⁴.

A partir da conceituação de leis pode-se discutir a questão da propriedade. Em Mises a propriedade privada é inextricavelmente ligada à própria civilização⁹⁵ (MISES, Op. Cit., p 322). Em seu entendimento a propriedade dos meios de produção é uma responsabilidade social em que capitalistas e proprietários de terras devem utilizar suas propriedades de modo a satisfazer os consumidores (Ibid., p. 372). Fundamental à economia de mercado, é a instituição que o caracteriza, na noção cataláctica do direito é “o poder de desfrutar de todos os serviços que um bem possa proporcionar” Ibid., p. 776).

E Hayek vai além das coisas materiais – inspirado em Locke⁹⁶ - ao falar da vida, liberdade e posses ('life, liberty and estates') de todo indivíduo, como único meio de se reconciliar o problema da liberdade individual e a ausência de conflito; a trinca lei, liberdade e propriedade é inseparável, pois

⁹⁴ Neste ponto Mises parece estar ligado a suas influências neokantianas em Lotze e Windelband vistas anteriormente. Isto pode ser mais bem visto na seguinte passagem: “As relações lógicas fundamentais não estão sujeitas a prova ou refutação. Qualquer tentativa de prová-las tem que pressupor sua validade. É impossível explicá-las a um ser que já não as possua, por conta própria. Os esforços para defini-las, de acordo com as regras de uma definição, inevitavelmente fracassam. São proposições básicas que antecedem qualquer definição real ou nominal. São categorias finais, impossíveis de serem analisadas. A mente humana é absolutamente incapaz de imaginar outras categorias lógicas diferentes das suas. Para o homem, suas relações lógicas são imprescindíveis e inevitáveis, qualquer que seja a forma que possam assumir no caso de seres sobre-humanos. É o pré-requisito indispensável da percepção e da experiência” (MISES, Op.Cit., p. 62). Ou seja, são coisas que não podem ser provadas, refutadas, explicadas, definidas ou analisadas, mas que existem, mas diferente de Windelband não apela a Deus para justificá-las. E de alguma forma antecede a qualquer ato concreto (Ibid., p. 62) – dando a entender alguma forma de determinismo histórico *a priori* - e faz da praxeologia “duplamente humana”, pois “É humana porque reclama para os seus teoremas validade universal em toda a ação humana. É humana também porque lida apenas com a ação humana e não pretende saber nada sobre ações não humanas – sejam elas sub-humanas ou super-humanas” (Ibid., p. 63) (independentemente do que signifique esses tipos de ação sub e super-humanas). Ou seja, as bases que fazem o estudo praxeológico possível são incompreensíveis à mente humana que, de alguma forma, deve aceitá-las e imaginá-las para o desenvolvimento de conhecimento válido universalmente para explicar as consequências da ação humana.

⁹⁵ Nos primórdios da história as pessoas se apropriavam daquilo que não era propriedade de ninguém até o ponto que passou a ser necessária a espoliação violenta, sendo o dono atual o sucessor legal. Mas para o funcionamento da economia de mercado isto não tem importância, sendo uma decisão dos consumidores a alocação dos meios de produção em favor dos que melhor sabem usá-los: “A propriedade só é um ativo para aqueles que sabem como empregá-la, da melhor maneira possível em benefício dos consumidores. É uma função social” (MISES, 2010, p. 777).

⁹⁶ John Locke (1632 – 1704), filósofo inglês. Considerado o pai do liberalismo, principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social.

“There can be no law in the sense of universal rules of conduct which does not determine boundaries of the domains of freedom by laying down rules that enable each to ascertain where he is free to act” (HAYEK, Op. Cit., p. 107).

Ele afirma que há evidências antropológicas para dizer que o reconhecimento da ideia de propriedade teve origem em grupos primitivos e, assim, certamente o que chamamos de civilização cresceu nesta base de ordem espontânea de ações que possibilitaram a delimitação de domínios protegidos de indivíduos e grupos (Ibid., p. 108). Assim, um pequeno detalhe importante de ser levado em consideração é que em Mises a definição de propriedade é a da propriedade privada de bens materiais, em Hayek esta delimitação é rechaçada.

Em Mises a ideia de lei natural é arbitrária, tanto para defender quanto para atacar a propriedade privada. Um Estado ou um governo são meios que, a partir da coerção e da compulsão, podem salvaguardar o funcionamento de um sistema específico de organização social, suas limitações dependem das características do próprio sistema. E a noção de justiça só faz sentido como referência dentro de uma dessas organizações sociais, em seu sistema de normas específico. Alterações em um sistema legal não teriam, então, a ver com busca por justiça, mas com utilidade ou conveniência (MISES, Op. Cit., p. 819 – 820).

Já em Hayek o conceito de justiça aparece de maneira bem sutil após uma reflexão sobre o desenvolvimento das regras de conduta a partir de testes negativos de maneira a se constituírem independentes aos fins e quem as tem que obedecer possam sabê-las e verificá-las prontamente (HAYEK, Op. Cit., v. 2, p. 39 – 40): justiça é a regra geralmente mais aplicável, devendo prevalecer sobre o desejo particular; de maneira que, ocasionalmente, possa ser necessário rejeitar algumas regras aceitas em prol de princípios mais gerais (Ibid., p. 41). Aqui se pode ver uma ideia inspirada em Popper de que a justiça funcionaria como a verdade científica, a partir de persistentes esforços de falsificação de maneira a provar a consistência de todo o sistema, sempre eliminando o injusto (falso), mas sem saber se chegou à justiça (verdade) final (Ibid., p. 43).

A partir do seu conceito de justiça Hayek desenvolve sua visão acerca da Justiça Social. Ele acredita que a base dessa ideia se dá a partir de um pensamento primitivo, que interpretou a ordem de mercado como se os benefícios e prejuízos

ocorresse a partir de um direcionamento deliberado⁹⁷ e, assim, haveria alguma forma de direcioná-los a partir de regras morais (Ibid., p. 62). Mas, para Hayek, como visto anteriormente (p. 61-62 deste trabalho), a sociedade se guia a partir de um comum respeito a regras gerais, não a partir de um propósito específico. Para ele, a ideia de justiça social se torna, na prática, uma forma de destinar partes do produto da sociedade a diferentes indivíduos ou grupos, levantando a questão sobre se há um dever moral de se submeter a um poder, e que este coordene os membros da sociedade, de forma a se obter um padrão particular de distribuição considerado justo⁹⁸ (Ibid., p. 64). Mas, para haver justiça, necessita-se de outros indivíduos - que possam ser responsabilizados por suas ações intencionais - tenham afetado o bem-estar de outros, não havendo como aplicar isto na maneira impessoal na qual o processo de mercado aloca recursos (Ibid., 70). Assim, também, não faria sentido em falar de 'valor social' ('*value to society*⁹⁹'), pois, segundo ele, serviços tem valor apenas a pessoas ou organizações em caráter particular, tendo, assim, diferentes valores a diferentes membros da sociedade¹⁰⁰ (Ibid., p. 75). Mesmo se o foco fosse a igualdade de oportunidades, o governo, para isso, teria de ter o controle de todo o espaço físico e de todo o ambiente humano de todas as pessoas, de maneira a

⁹⁷ "It has of course to be admitted that the manner in which the benefits and burdens are apportioned by the market mechanism would in many instances have to be regarded as very unjust *if* it were the result of deliberate allocation to particular people. But this is not the case. Those shares are the outcome of a process the effect of which on particular people was neither intended nor foreseen by anyone when the institutions first appeared – institutions which were then permitted to continue because it was found that they improve for all or most the prospects of having their needs satisfied. To demand justice from such a process is clearly absurd, and to single out some people in such a society as entitled to a particular share evidently unjust" (HAYEK, Op. Cit., v. 2., p. 64-65).

"our complaints about the outcome of the market as unjust do not really assert that somebody has been unjust; and there is no answer to the question of who has been unjust (Ibid., p. 69).

⁹⁸ Sendo que "the prevailing belief in 'social justice' is at present probably the gravest threat to most other values of a free civilization" (Ibid., p. 67). Assim, "So long as the belief in 'social justice' governs political action, this process must progressively approach nearer and nearer to a totalitarian system" (Ibid., p. 68).

⁹⁹ "But though the conception of a 'value to society' is sometimes carelessly used even by economists, there is strictly no such thing and the expression implies the same sort of anthropomorphism or personification of society as the term 'social justice'. Services can have value only to particular people (or an organization), and any particular service will have very different values for different members of the same society" (Ibid., p. 75-76).

¹⁰⁰ "To regard them differently is to treat society not as a spontaneous order of free men but as an organization whose members are all made to serve a single hierarchy of ends. This would necessarily be a totalitarian system in which personal freedom would be absent" (Idem).

E mais a frente conclui o raciocínio dizendo que "in ever increasing fields of welfare policy, an authority instructed to achieve particular results for the individuals must be given essentially arbitrary powers to make the individuals do what seems necessary to achieve the required result. Full equality for most cannot but mean the equal submission of the great masses under the command of some élite who manages their affairs. While an equality of rights under a limited government is possible and an essential condition of individual freedom, a claim for equality of material position can be met only by a government with totalitarian powers (Ibid., p. 83).

prover, a cada pessoa, chances equivalentes, sempre removendo ou compensando desvantagens e, assim, colocar encargos extras aos relativamente favorecidos (Ibid., p. 84-85).

A busca pela 'justiça social' pode levar, na prática, a uma luta por poder de interesses organizados, em que os argumentos de justiça são meros pretextos (Ibid., p. 137). Ainda mais que, para ele, ações coletivas de grupos podem ser contrárias ao interesse geral (Ibid., p. 138). Sobre a pobreza ele alega que a pobreza relativa sempre existirá em uma sociedade desigual, mas a busca por 'justiça social' é um dos empecilhos para a eliminação da pobreza absoluta (Ibid., p. 139). Seria a tentativa de tentar moldar a Grande Sociedade a partir das emoções naturais primitivas que, caso de fato venham a ser implementadas, levará à ruína da grande sociedade. A tentativa de impor aos indivíduos propósitos comuns e visíveis produzirá uma sociedade totalitária¹⁰¹ (Ibid., p. 147).

Já Mises coloca a questão sobre "situações consideradas "socialmente" indesejáveis" em outros termos, coloca na questão de intervencionismo que, para ele, nada mais é do que uma direção na qual, fatalmente, conduzirá à implantação do socialismo, um regime autoritário de planejamento central. Pois passa a ser do governo a responsabilidade de decidir o que é ou não "socialmente" desejável (MISES, Op. Cit., p. 822-823). Sendo que, na economia de mercado, há um sistema de cooperação que faz os indivíduos se ajustarem de maneira a contribuir com o esforço produtivo da sociedade ao mesmo tempo em que buscam atingir seus próprios objetivos, isso tudo sem uma interferência de ordens e proibições de uma autoridade com poder de punição a quem recusar participar (Ibid., p. 824). A busca por medidas contra a pobreza, a desigualdade e a insegurança levam a ideia de "sabedoria superior do governante perfeito". Alega que as deficiências apontadas do capitalismo são apenas ilustrações das necessidades ilimitadas das pessoas, sendo que os que defendem o estado provedor nunca mostram a possibilidade de o Estado realmente resolver estes problemas. Ele questiona a possibilidade de aumentar a

¹⁰¹ "The kind of abstract order on which man has learnt to rely and which has enabled him peacefully to co-ordinate the efforts of millions unfortunately cannot be based on such feelings as love which constituted the highest virtue in small group. Love is a sentiment which only the concrete evokes, and the Great Society has become possible through the individual's efforts being guided not by the aim of helping particular other persons, but the confinement of the pursuit of their purposes by abstract rules" (Ibid., p. 150).

abundância sem aumentar a produtividade e o que melhor providenciou isso, mostrando assim ser benéfico às massas, foi o capitalismo (Ibid., 962-964).

Apesar de serem similares neste ponto, Mises parece não se preocupar em explicar como se dão os processos de estímulos e limites para o funcionamento do sistema, tudo parece ser dado de maneira transcendental. Diferentemente de Hayek que busca explicações históricas e sobre o comportamento humano na antropologia e psicologia, além de todos os princípios liberais desenvolvidos anteriormente a ele, deixando uma margem para a possibilidade de atuação visando diminuir o que ele considera de fato injustiças sociais¹⁰². Já Mises não deixa espaço para nada, ou é capitalismo ou é socialismo.

Da justiça social para a democracia¹⁰³, esta significa, para Hayek, a um procedimento ou método para determinar decisões governamentais, excluindo referências a bens substantivos, objetivo de governo ou aplicação em qualquer organização não governamental; não é a liberdade em si, mas sim um dos mais importantes bastiões ao ser a única forma de mudança de governo pacífica conhecida (HAYEK, Op. Cit., v. 3, p. 5). Mas não se deve cair ao reducionismo de vontade da maioria, visto que esta não é guiada pelo que é acreditado como certo, mas sim pelo que acredita ser necessário para se manter uma coerência considerada justa¹⁰⁴ (Ibid., 12). Fala também sobre os grupos de influência sobre determinados interesses particulares organizados e operantes como grupos de pressão (Ibid., p. 13) que agem de maneira a competir pelo controle dos recursos do governo (Ibid., p. 16). Não se deve acreditar que políticos tem o dever de eliminar toda a insatisfação, pois leva a manipulação dos problemas das pessoas por parte dos políticos (Ibid., p. 16), pois, ao fazer isso se justifica dar a eles poderes ilimitados. O abuso do termo democracia por sistemas que criam novos privilégios através de coalizões ou interesses organizados leva cada vez mais as pessoas a se colocarem contrárias ao sistema prevalecente (Ibid., p. 40).

¹⁰² Ver página 66.

¹⁰³ Em *Law, Legislation and Liberty* Hayek tenta explicar o preconceito de que a democracia é falha e leva a corrupção. Para ele corrupção é uma forma de manter-se no poder garantindo o apoio de quem é necessário manter, mesmo que isso se mostre ruim aos outros, desde que se mantenham escondidas ou os grupos atingidos não sejam muito populares. É um meio de governar que, apesar de poderosa e capaz de esmagar resistências minoritárias, não é capaz de manter uma ação consistente (Ibid., v.3, p. 11).

¹⁰⁴ Por isso que entre os objetivos da limitação de poderes em uma sociedade livre é justamente impedir que a maioria tenha poderes ilimitados sobre o uso de recursos que devem ser dirigidos ao uso comum e outro é que o cidadão e sua propriedade não se sujeitem a comandos específicos de uma legislatura (Ibid., p. 24).

Para Mises um governo democrático é a forma de preservação da paz social defendida pelo liberalismo, é poder de substituir os homens no poder quando desagradam à maioria. A aptidão, para ser eleito se revela pela capacidade de convencimento dos cidadãos¹⁰⁵ (MISES, Op.Cit., p. 190). Seu debate é com defensores do universalismo e do coletivismo que alegam, segundo ele, que os indivíduos deveriam agir de acordo com um código ético e que a razão é incapaz, por si só, de concebê-lo e, assim, invalidam a ideia de convencimento da maioria (Ibid.). Parece defender a ideia utilitarista de que um governo popular – junto com propriedade privada, tolerância e liberdade – de que importa porque tem utilidade social¹⁰⁶, ou seja, são benéficas tanto para os homens "mais eficientes e superiores" quanto para os "menos eficientes e inferiores"¹⁰⁷ (Ibid., p. 217). Assim como Hayek busca atacar a ideia dar plenos poderes a maiorias e defende as ideias essenciais da filosofia social liberal ao não considerar sistemas de maioria infalíveis e a proteção das minorias da opressão. Para ele o liberalismo se assenta no objetivo de evitar conflitos violentos que desintegram a colaboração social, contra os barbarismos, sendo o melhor sistema de governo para isso a democracia (Ibid., p. 193).

Ou seja, sobre democracia eles parecem ter uma visão parecida de que é a melhor forma de organização do meio social e que ela não pode ser entendida como uma prevalência da vontade da maioria, havendo limites ao que pode ser decidido a partir dela. Mas enquanto Hayek se preocupa se de fato isso acontece, Mises

¹⁰⁵ "Se a maioria da nação está dominada por princípios falsos e prefere candidatos indignos, não há outro remédio a não ser tentar mudar suas ideias, explicando princípios mais consistentes e recomendando homens melhores" (MISES, Op. Cit., p. 190). Pois, "Eleições democráticas não garantem que o homem eleito esteja isento de defeitos, mas apenas que a maioria dos eleitores preferem-no a outros candidatos" (Ibid., p. 743) (O trecho refere-se à nota de rodapé nº 8 da página citada).

Acredita que é impossível alguém poder se manter no poder e governar a partir da violência física, necessitando de apoio ideológico para conseguir de fato subjugar grupos contrários - "O tirano precisa ter um séquito de adeptos que obedeçam, voluntariamente, a suas ordens. Esta espontânea obediência lhe proporciona o aparato necessário para dominar os demais. [...] Embora um tirano possa governar durante algum tempo apoiado numa minoria, estando essa minoria armada e a maioria não, em longo prazo uma minoria não consegue manter submissa a maioria (Ibid., p. 234).

¹⁰⁶ "Os utilitaristas não combatem o governo arbitrário e os privilégios por serem contrários à lei natural, mas por serem prejudiciais à prosperidade" (Ibid., p. 217).

¹⁰⁷ Mises coloca isso não só plano nacional, entre diferentes indivíduos, mas no internacional, ao reclamar do uso pródigo do termo democrático por diferentes povos. "Os economistas e os historiadores são indiferentes a esse tipo de efusão emocional [nacionalismo]. Ao descreverem as civilizações asiáticas como civilizações inferiores, não estão expressando um julgamento de valor. Meramente consignam o fato de que esses povos não souberam estabelecer as condições ideológicas e institucionais que, no Ocidente, produziram a civilização capitalista, cuja superioridade os asiáticos hoje implicitamente reconhecem ao clamarem pelo menos por seus implementos terapêuticos e tecnológicos e por sua parafernália" (Ibid., p. 951).

parece não ver grandes problemas pois, em um sistema livre, é só eleger um melhor governante em uma próxima eleição para resolver o problema. De forma mais abrangente, enquanto Hayek se preocupa com as corrupções que podem acontecer no sistema democrático, Mises acha que, desde que respeitados os verdadeiros ideais da democracia, não existirão problemas assim. Mas, somado a outros aspectos de seu pensamento, para Mises essa democracia tem como única opção econômica o livre mercado, sendo que na prática - e Hayek parece ter essa ideia em seu raciocínio - a disputa política em uma democracia é sobre como administrar os recursos do Estado em prol de melhoras sociais gerais – por isso a crítica a grupos de pressão. Assim não fica claro em Mises sobre como se daria uma disputa democrática se apenas o que ele considera ideal em uma administração pública é válido e não é um autoritarismo socialista ou comunista.

5.1 A Cataláxia

Recapitulando o que foi exposto anteriormente para explicitar um dos pontos principais do trabalho: a diferença de entendimento da cataláxia. Em Mises é a análise das ações executadas com base no cálculo econômico, é o mercado explicado a partir da ação humana individual baseada na observação dos preços de bens e serviços, em moeda e intercambiados, a partir da troca indireta no mercado. Para Hayek é um processo de descoberta e transmissão de informações acerca das condições de mercado - através de trocas e competição - de modo a gerar incrementos de riqueza e satisfação a todos os envolvidos, por possibilitar a melhor utilização possível de conhecimento, habilidades e oportunidades que se encontram, normalmente, dispersos.

6. Conclusão

Para muitos pode soar desatualizado um trabalho sobre estes economistas. Mises teve seu momento de maior brilho nas décadas de 1910 e 1920 em seus trabalhos sobre o ciclo econômico e o problema do cálculo econômico socialista. E Hayek, antes do Nobel, foi marginal por décadas na academia e, posteriormente, foi considerado mais um filósofo do que um economista. Mas a relevância das ideias

desses homens ultrapassou suas vidas e tem sim espaço no debate contemporâneo, sobre a economia e a sociedade.

Um erro comum é acreditar que Hayek era um defensor do estado mínimo, mas ele não se considera um teorista do 'minimal state', apesar de ele de fato acreditar que assim seria melhor para países subdesenvolvidos - aplicação da lei e defesa -, mas, para sociedades mais avançadas, acreditava que o governo deveria sim arrecadar fundos por meio de taxaço¹⁰⁸ e prover serviços e condições que as empresas competindo no mercado não podem – ao menos não adequadamente – ofertar¹⁰⁹ (HAYEK, Op. Cit., p. 41). Além disso, desenvolve a ideia de bens coletivos¹¹⁰ como aqueles que beneficiam a todos, mesmo os que não façam uso direto e não podem ser fornecidos pelo mercado, necessitando de outros métodos para estarem ao alcance dos usuários¹¹¹ (Ibid., p. 44).

Ele também já observava consequências das políticas sociais dos países desenvolvidos nos anos 1970, que parecem hoje estar no debate público internacional, como pode ser visto na seguinte passagem:

“It is obvious that for a long time to come it will be wholly impossible to secure an adequate and uniform minimum standard for all human beings everywhere, or at least that the wealthier countries would not be content to secure for their citizens no higher standards than can be secured for all men. But to confine to the citizens of particular countries provisions for a minimum standard higher than that universally applied makes it a privilege and necessitates certain limitations on the free movement of men across frontiers. There exist, of course, other reasons why such restrictions appear unavoidable so long as certain differences in national or ethnic traditions (especially differences in the rate of propagation) exist – which in turn are not likely to disappear so long as restrictions on migration continue. We must face the fact that we here encounter a limit to the universal application of those liberal principles of policy which the existing facts of the present world would make unavoidable. These limits do not constitute fatal flaws in the argument since they imply merely that, like tolerance in particular, liberal principles can be consistently applied only to those who themselves obey liberal principles, and cannot always be extend to those who do not. The

¹⁰⁸ Uma contribuição compulsória, para Hayek, é justa se, e somente se, for igual para todos (HAYEK, Op. Cit., p. 45). É esta arrecadação não deve ser concentrada em uma única autoridade central, mas sim delegada a agências locais, para otimizar os limites e os benefícios da ação governamental que, será assim, proporcional (Ibid., 45-46).

¹⁰⁹ Como proteção contra a violência, epidemias e desastres naturais. E também serviços que facilitem a vida – mesmo daqueles que não fazem uso direto – e, considera que, não podem ser fornecidos a partir de um sistema de vendas no mercado como a maior parte das estradas, padrão de medidas, informação de terras, registros e estatísticas e certificados de qualidade.

¹¹⁰ Como proteção à violência, epidemias, desastres naturais e também bens que facilitam a vida como estradas (em sua maioria), padrão de medidas, informação de terras, registros e estatísticas e certificados de qualidade (HAYEK, Op. Cit., p. 44).

¹¹¹ O que não significa exclusividade, não havendo razão para proibição caso circunstâncias permitam o desenvolvimento de métodos para a iniciativa privada oferecer esses serviços (Ibid., p. 47).

same is true of some moral principles. Such necessary expectations to the general rule do therefore provide no justification for similar exceptions within the sphere in which it is possible for government consistently to follow liberal principles” (Ibid., p. 56).

Uma crítica muito comum a ele é sua associação com a ditadura de Pinochet no Chile, mas, dentro de seu esquema teórico, faz sentido uma luta pela liberdade econômica em uma ditadura, pois, em seu esquema de Grande Sociedade, a interconexão das necessidades de mercado para seu pleno funcionamento acaba por levar a liberdades civis e políticas. Não sendo uma contradição apoiar uma ditadura sendo um defensor da liberdade e do liberalismo, concordando-se ou não com esta visão.

Sobre Mises deve-se destacar seu papel como grande influenciador do movimento libertário estadunidense ao ser a principal influência de grandes nomes do movimento como Murray Rothbard, Israel Kirzner (dos quais foi professor), Henry Hazlitt e Hans-Herman Hoppe (aluno de Rothbard). Estes influenciariam muito o movimento do *Tea Party* que foi um dos grandes movimentos de oposição ao então presidente Barack Obama e foi um dos principais apoios de Donald Trump em sua eleição.

Estes nomes também influenciam muitos dos apoiadores do atual governo brasileiro, como Eduardo Bolsonaro (deputado federal, filho do atual presidente e que fez pós-graduação no Instituto Mises Brasil, sem concluir), Adolfo Sachsida (atual Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia), Hélio Coutinho Beltrão (fundador e presidente do Instituto Mises Brasil, defensor público do atual presidente, do ministro da economia Paulo Guedes; é filho de Hélio Beltrão, ex-Ministro do Planejamento no governo Costa e Silva e um dos signatário do AI-5), além de outros políticos e figuras públicas que tem participado cada vez mais do debate político e econômico brasileiro tem a pós-graduação no Instituto Mises Brasil ou tem como referencial muitas ideias de Mises e seus discípulos.

Mas, um fator importante a ser levantado, é a compatibilidade do pensamento de Mises com ideais autoritários, apesar de ele sempre, explicitamente, defender a liberdade e mesmo seus seguidores que se dizem libertários parecem ir mais a frente ainda nesse caminho. Partindo do que foi exposto, pode-se, a partir da teoria

de Hayek, enquadrar as ideias racionalistas de Mises dentro da crítica feita aos “racionalistas Cartesianos” (p. 61 deste trabalho).

Um dos objetivos de Mises expostos em *Ação Humana* é delinear “todas as condições imaginárias e deduzindo, a partir delas, todas as consequências logicamente possíveis”, constituindo um sistema que buscasse compreender tudo, estabelecendo uma teoria sobre a ação humana que vai além do “mundo real onde o homem vive e age”. Mas “também com ações hipotéticas que poderiam ocorrer sob condições irrealizáveis em mundos imaginários” (MISES, Op. Cit., p. 94). E mais à frente no texto de que governantes (democráticos ou não) estão “sujeitos às leis da natureza” e, assim, a história econômica seria “um extenso registro de políticas de governo que falharam porque foram elaboradas com um imprudente desrespeito às leis da economia” (Ibid., p. 96-97).

Ou seja, a única possibilidade de atuação econômica por parte de um governo é a que respeite integralmente sua construção hipotética, pois é, segundo ele, a única que reconstrói fielmente o funcionamento de uma economia, lembrando que, como já exposto, o objetivo final das pessoas é sempre o econômico, a cooperação social é a divisão do trabalho, que a lógica econômica está mesmo em satisfações de coisas não econômicas. As coisas são como são e não podem ser modificadas, devem ser aceitas. Na prática, então, pode-se afirmar que a ação humana não é uma liberdade, mas um dogma. É uma ótima justificativa para se manter um sistema desigual e injusto, pois não pode ser alterado sem levar ao socialismo, um sistema em que o caos ocorre pela falta de possibilidade de realização de um cálculo econômico. É uma ótima justificativa para a implantação de um regime autoritário, que poderá assim garantir as relações racionais do sistema econômico tal como a teoria desenvolvida por Mises, enquanto mantém um sistema de privilégios, pois assim é o funcionamento ótimo da economia, desprovido de uma análise das condições históricas e sociais das condições presentes que fizeram a realidade ser do jeito que se apresenta.

Diante do que foi exposto neste trabalho fica difícil corroborar com a tese de que é possível unir em uma mesma escola de pensamento pessoas que tinham ideias, interpretações e metodologias tão diferentes e com consequências que também se mostraram muito distintas. O que separa os dois autores – dificultando uma síntese tal como está na seção 2.1 Ideias e Termos deste trabalho - é o fato de

Mises rejeitar totalmente a possibilidade de uma análise empírica da realidade, enquanto que para Hayek é fundamental testar as hipóteses desenvolvidas *a priori* no processo de aprendizado, tal como ele entende o processo da cataláxia.

Assim os três núcleos apresentados na seção 2.1 podem ser negados: a ação humana de Mises não é utilizada por Hayek; o tempo dinâmico não é uma característica presente no trabalho de Mises, pois, em seu esquema, é impossível encaixar a ideia de eficácia causal ao desconsiderar a possibilidade de comprovação empírica; e, também, como consequência do ponto anterior, desconsidera a possibilidade de efeitos involuntários não previsíveis da ação humana, tanto positivos quanto negativos, pois tudo poderia ser deduzido *a priori*.

E sobre os que colocam oito pontos como característicos da identidade Austríaca (ver página 6). Como visto ao longo deste trabalho, Mises mesmo não se encaixaria em 2 (ver a seção sobre Kant), 3 (as consequências econômicas podem ser totalmente deduzidas *a priori*), 4 (todo indivíduo age, necessariamente, de maneira racional e como todo conhecimento é deduzível *a priori*), 6 (ele fala praxeologia como o estudo dos meios, mas não discute a questão dos preços em si), 7 (cultura como parte da ciência histórica, podendo ser totalmente ignorada pela ciência econômica em sua busca por conceitos válidos universais) e 8 (o centro da análise de Mises é o indivíduo, sendo a sociedade um mero arranjo em prol de um melhor aproveitamento da divisão do trabalho, não há espaço para a discussão de instituições sociais). E Hayek não se enquadraria em 3 (a incerteza é um grau, devido a impossibilidade do conhecimento de todas as informações necessárias, mas é baseado na possibilidade de se adquirir mais conhecimento por meio da cataláxia - pelo jogo de tentativa e erro - que se podem criar expectativas possíveis).

Uma ressalva a ser feita é a possibilidade de colocá-los juntos em um grupo cujas características aglutinadoras sejam a de uma postura radical contra o planejamento central, o socialismo, o comunismo e o distanciamento de um modelo de equilíbrio geral, adotando-se um método de análise de processos de mercado - porém com metodologias muito distintas.

E sobre a própria ideia de Escola Austríaca tal como entendida hoje¹¹² é rechaçada por ambos. Mises afirmava que ela não era diferente da Anglo-americana ou da de Lausanne nas ideias fundamentais, mas apenas na maneira de expressar terminologias e certas particularidades, o “Austríaca”, para ele, referia-se apenas a uma referência histórica de um capítulo da história do pensamento econômico, não a uma doutrina econômica (CALDWELL, 2002, p. 60-61). E para Hayek era, simplesmente, a escola da teoria da utilidade marginal (HAYEK, 1983b, p. 55), que deixou de existir ao ter suas ideias incorporadas ao pensamento dominante, fundidas juntamente com as teorias desenvolvidas a partir de Jevons, Walras e Marshall (HAYEK, 1992 apud SALERNO, 1999, p. 57).

Enquanto as ideias de Hayek podem ser encontradas como pano de fundo de muitos debates do *mainstream* econômico, Mises é uma figura só lembrada por gente à margem do debate econômico, muitas vezes sem nenhum conhecimento prévio de economia. Ou seja, o presente parece representar a teoria por trás dos dois: o que coloca papel fundamental na realidade tem até hoje influência, o que descarta a possibilidade de confrontações entre o mundo das ideias e o mundo real só é lembrado por quem não parece entender a realidade econômica.

¹¹² Ao menos, aqui no Brasil, pelo Instituto Ludwig von Mises Brasil, que é inspirado pelo Instituto Ludwig von Mises dos EUA.

Bibliografia

ABREU, M.P. **Cataláxia: A Escola Austríaca vs o Mainstream**. Mises: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia, n. 1, 3ª edição, p. 81-98, 2014.

ANGELI, E. **Caminhos da Escola Austríaca: relação com ortodoxia, engajamento e produção de novo conhecimento**. Nova Economia, n. 2, v. 28, p. 681-704, 2018. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/3377>>. Acesso em: 12/08/2020.

BIRNER, J. **Popper and Hayek on Reason and Tradition**. Philosophy of the Social Sciences, v. 44, n. 3, p. 263-281, junho 2014. Disponível em: < <https://doi.org/10.1177/0048393112452793>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BÖHM-BAWERK, E. **Teoria Positiva do Capital**. Tradução de Luiz João Baraúna. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

BORDEAU, L. Praxéologie: Science des Fonctions. IN: BORDEAU, L. **Théorie des sciences: Plan de Science intégrale**. Paris: Librairie Germer Baillière et Companie, 1882. V.2, cap. Définition de la Praxéologie, p. 453–464. Disponível em: <<https://iris.univ-lille.fr/handle/1908/3842>>. Acesso em: 29/05/2020.

BUECHNER, M. N. **Roundaboutness and Productivity in Böhm-Bawerk**. Southern Economic Journal, v. 56, n. 2, oct. 1989, 499-510. Disponível em: <<http://www.jstor.com/stable/1059226>>. Acesso em: 12/08/2020.

CALDWELL, B. **Wieser, Hayek and Equilibrium Theory**. Journal des Economistes et des Études Humaines, v. 12, n. 1, mars 2002, p. 47-66. Disponível em: <<http://public.econ.duke.edu/~bjc18/docs/Wieser,%20Hayek,%20and%20Equilibrium%20Theory.pdf>> Acesso em: 18/03/2020.

_____. **Popper and Hayek: who influenced whom?**. In: JARVIE, I.; MILFORD, K.; MILLER, D. (eds.). **Karl Popper: A Centenary Assessment** Volume I: Life and

Time, and Values in a World of Facts. London: Routledge, 2006, p. 113-124.
Disponível em:
<<http://public.econ.duke.edu/~bjc18/docs/Popper%20and%20Hayek%20-%20Who%20Influenced%20Whom.pdf>>. Acesso em: 18/03/2020.

CGP GREY. **Zebra vs Horses: Animal Domestication**. 2019. (5m34s). Disponível em: <<https://youtu.be/wOmjnioNulo>>. Acesso em: 22/05/2020.

EBELING, R. M. **Hayek and Mises**: dos dias em Viena às concepções sobre o Processo de Mercado. Tradução de Claudio A. Tellez-Zepeda. MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics, v. 2, n. 2, p. 629-650, Dec. 2014. Disponível em: <<https://www.revistamises.org.br/misesjournal/article/view/697/391>>. Acesso em: 23/07/2020.

HAYEK, F. A. **Individualism and Economic Order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

_____. **Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy**. Londres: Routledge, 1982. 3 v.

_____. **Introdução**. IN: **A teoria da economia política**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983a, p. 213-232. (Os Economistas).

_____. Tape: Leijonhufvud I, Side Two . [Transcrição de uma entrevista concedida a] Axel Leijonhufvud. IN: ALCHIAN, A. (edi.) **Nobel Prize Winning Economist: Friedrich A. von Hayek**. Oral History Program, University of California, Los Angeles, 1983b, p. 44-58. Disponível em: <<https://archive.org/details/nobelprizewinnin00haye/page/n149/mode/2up>>. Acesso em: 02/06/2020.

_____. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 6ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. **The Overrated Reason**. Tradução de Evelyn Gicke e Petrik Kunst. *Journal of the History of Economic Thought*, 35, n. 2, p. 239–256, June, 2013. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-the-history-of-economic-thought/article/overrated-reason/B6B510F9AA96235156798A908BCC0723>>. Acesso em: 29/05/2020.

HINRICHS, A. F. **Translator's Preface**. IN: WIESER, F. von. **Social Economics**. Tradução de A. F. Hinrichs. New York: Adelphi Company, 1927, p. xiii-xvi. Disponível em: <https://cdn.mises.org/Social%20Economics_4.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

HOPPE, H-H. **A Ciência Econômica e o Método Austríaco**. Tradução de Fernando Fiori Chiocca. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

KELLER, A. J. **MICHAELIS**: dicionário escolar de alemão. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

KERSTENETZKY, C. L. **Ignorância e Intervenção em Hayek e Popper**. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 3 (95), p. 454-471, jul./set. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172004-1612>>. Acesso em: 12/08/2020.

LACHMANN, L. M. **The Science of Human Action**. IN: **Capital, Expectations, and the Market Process**: Essays of the Theory of the Market Economy. Kansas City: Sheed Andrews and McMeel, 1977, p. 94-111. Disponível em: <https://cdn.mises.org/Capital,%20Expectations,%20and%20the%20Market%20Process_2.pdf>. Acesso em: 25/05/2020.

MARIUTTI, E. B. **A Sobrevivência do Maior Número**: notas sobre o pensamento de Hayek. *Novos Estudos CEBRAP (Impresso)*, v. 35, p. 53–64, 2016. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/nec/v35n3/1980-5403-nec-35-03-53.pdf>>. Acesso em: 12/05/2020.

MENGER, C. **On the Origin of Money**. The Economic Journal, v. 2, n. 6, p. 239-255, June 1892. Disponível em: <<https://mises.org/library/origins-money-0>>. Acesso em: 29/05/2020.

_____. **Princípios de Economia Política**. IN: **A teoria da economia política**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 212-391. (Os Economistas).

_____. **Principles of Economics**. Tradução de James Dingwall e Bert F. Hoselitz. Auburn, AL: Ludwig von Mises Institute, 2007.

MISES, L. von. **As seis lições**. Tradução de Maria Luiza Borges. 7ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2009.

_____. **Ação Humana**. Tradução de Donald Stewart Jr. 3.1ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

_____. **A Mentalidade Anticapitalista**. Tradução de Carlos dos Santos Abreu. Campinas, SP: Vide Editorial, 2013.

_____. **O Cálculo Econômico em uma Comunidade Socialista**. Tradução de Leandro Augusto Gomes Roque. 2ª ed. São Paulo: LVM, 2017.

NORI, R. B.; BERNARDO, M. P.; MEYER, L. G. **A Escola Austríaca de Economia na História do Pensamento Econômico**. MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics, v. 7, n. 1, Maio 2019. Disponível em: <<https://revistamises.org.br/misesjournal/article/view/1115>>. Acesso em: 2 maio 2019.

OSTROWSKI, J. J. **Notes biographiques et bibliographiques sur Alfred Espinas.** Review Philosophique de la France et de l'Etranger, n. 147, p. 385–391, 1967. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/41094144.pdf>>. Acesso em: 29/05/2020.

OXFORD. **Dicionário Oxford Escolar:** para estudantes brasileiros de inglês. Oxford, NY: Oxford University Press, 1999.

PARSON, S. **The philosophical roots of modern Austrian economics:** past problems and future prospects. History of Political Thought, v. 22, n. 2, p. 295-319, Summer 1990. Disponível em: < <https://read.dukeupress.edu/hope/article-abstract/22/2/295/11444/The-Philosophical-Roots-of-Modern-Austrian?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 26/03/2020.

ROTHBARD, M. N. **O Essencial von Mises.** Tradução de Maria Luiza Borges. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

SALERNO, J. T. **The Place of Mises's Human Action in the Development of Modern Economic Thought.** The Quarterly Journal of Austrian Economics, v. 2, n. 1, p. 35–65, Spring 1999. Disponível em: <https://cdn.mises.org/qjae2_1_3.pdf>. Acesso em: 08/06/2020.

_____. **Mises e Hayek Desomogeneizados.** Tradução de Claudio A. Tellez-Zepeda. MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics, v. 2, n. 2, p. 651–676, dez. 2014. Disponível em: <<https://revistamises.org.br/misesjournal/article/view/699>>. Acesso em: 23/07/2020.

SMART, W. **Editor's Preface.** IN: WIESER, F. von. **Natural Value.** Tradução de Christian A. Malloch. London, New York: MacMillan and Co., 1893, p. v-xxvi. Disponível em: <<https://archive.org/details/naturalvalue00wiesiala>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

TRAGTENBERG, M. **Atualidade de Max Weber**. IN: WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais Parte 1**. São Paulo: Cortez Editora; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. XII-L.

WEBER, M. The Fundamental Concepts of Sociology. IN: **Max Weber: The Theory of Social and Economic Organization**. Tradução de A. M. Henderson e Talcott Parsons. New York: Oxford University Press, 1947, cap. The Definitions of Sociology and of Social Action, p. 88–115.

WIESER, F. von. **Author's Preface**. IN: WIESER, F. von. **Natural Value**. Tradução de Christian A. Malloch. London, New York: MacMillan and Co., 1893, p. xxvii-xxxvi. Disponível em: <<https://archive.org/details/naturalvalue00wiesiala>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

_____. **Author's Preface**. IN: WIESER, F. von. **Social Economics**. Tradução de A. F. Hinrichs. New York: Adelphi Company, 1927, p. xvii-xxii. Disponível em: <https://cdn.mises.org/Social%20Economics_4.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.